



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Engenharia

Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável O Papel da Arquitetura Vernacular

Cátia Isabel Marques Martins

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitetura
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato

Covilhã, Outubro de 2012

Agradecimentos

Uma nota de gratidão a todos aqueles que acreditaram em mim e que direta ou indiretamente contribuíram para a realização deste trabalho.

Agradeço particularmente à minha orientadora, Professora Doutora Cláudia Sofia São Marcos Miranda Beato, pela compreensão e disponibilidade demonstrada durante a execução desta dissertação.

Agradeço também aos meus grandes amigos, que estiveram sempre presentes e que me deram força e determinação para o culminar de mais um capítulo da minha vida. Com destaque especial para a Liliana Esteves e Pedro Antunes que estiveram sempre presentes, ainda que muitas vezes não fosse de perto, nunca me deixaram sentir sozinha, auxiliando-me e motivando-me a continuar.

E por último, e um carinho muito especial, um grande obrigado para toda a minha família, onde não posso deixar de destacar os meus pais, irmã, cunhado e sobrinhas que são a minha alegria de viver e que nunca deixaram de acreditar em mim acompanhando de perto durante todo o meu percurso e apoiando-me em todos os momentos.

Resumo

A presente investigação concretiza a abordagem holística ao fenómeno do turismo nacional, abordando aspetos conceituais sobre o seu âmbito e algumas fragilidades do seu sistema. Por outro lado, equaciona o papel do turismo, não só em termos de adequação às dinâmicas e às perspetivas que enquadram as atividades turísticas em geral, como também em relação aos efeitos que pode gerar nos domínios económico, social, cultural, ambiental e territorial. Existe uma particularização do turismo em áreas rurais como fator de desenvolvimento sustentável, permitindo a compreensão das transformações ocorridas no contexto do espaço rural, ao nível social e do uso do território. Destacando-se neste sentido a programação setorial do funcionamento deste meio (rural) perante os novos desafios que se impõem, de modo a garantir um desenvolvimento equilibrado. Esta multifuncionalidade do turismo tem sido indicada por muitos autores como sendo uma característica que pode contribuir para o desenvolvimento local em espaço rural.

Pretende-se desta forma demonstrar como o turismo, revitalizando os aglomerados rurais através de métodos e técnicas baseadas no desenvolvimento sustentável, com respeito pelos valores ecológicos e estéticos da paisagem, pode perspetivar um futuro onde as práticas tradicionais se aliam ao conhecimento científico, com benefício para a reestruturação e sustentabilidade do Espaço Rural. Para a reestruturação do património arquitetónico rural, é necessária uma nova abordagem mais consciente e responsável da arquitetura; devido aos desperdícios que lhes são diagnosticados no panorama atual. A arquitetura vernacular, apresenta-se neste domínio numa relação intrínseca ao clima e à geografia do lugar, mostrando-se uma solução viável na procura de uma construção sustentável.

Palavras-chave

Turismo, Portugal, rural, sustentabilidade, desenvolvimento, arquitetura vernacular.

Abstract

The present research embodies the holistic approach to the phenomenon of national tourism, addressing conceptual aspects on its scope as well as weaknesses of its system. On the other hand, tackles the role of tourism, not only in terms of adaptation to the dynamics and perspectives that frame the touristic activities in general, but also about the effects that it can generate in the fields of economy, society, culture, environment and territory. There is a particularization of tourism in rural areas as a factor of sustainable development, enabling the understanding of the changes occurred in the rural space, socially and in the form of use of the land. Standing out in this sense the sectoral programming of the functioning of this environment (rural) towards the new challenges imposed in order to ensure a balanced development. This multifunctionality of tourism has been indicated by many authors as a characteristic that can contribute to local development in rural areas.

The aim is in this way to demonstrate how tourism, revitalizing the rural settlements through methods and techniques based on sustainable development, with respect for ecological and aesthetic values of the landscape, can foreseeing a future where traditional practices are allied to scientific knowledge, with benefit for restructuring and sustainability of Rural Areas. For the restructuration of rural architectural heritage, a new approach is needed more aware and responsible for the architecture; due to the waste they are diagnosed in the current scenario. The vernacular architecture, presents itself in this area with an intrinsic relationship to the climate and geography of the place, proving to be a viable solution in search of a sustainable building.

Keywords

Tourism, Portugal, rural, sustainability, development, vernacular architecture.

Índice de conteúdos

Introdução	1
Capítulo I - Turismo	
1.1 Evolução histórica	7
1.1.1 Turismo desde a antiguidade clássica	7
1.1.2 Aparecimento do turismo em Portugal	16
a) De 1900 a 1950	16
b) Pós-Guerra: de 1950 a 1974	18
c) De 1974 à atualidade	20
1.1.3 Portugal e o resto do mundo no turismo	31
1.1.4 Saldo da balança turística dos países da EU	33
1.2 Conceitos gerais de turismo	35
1.2.1 Definição de turismo	35
1.2.2 Tipos de turismo	37
1.2.3 Tipos de turista	39
1.2.4 Análise sistémica do turismo	42
1.2.5 Conta satélite do turismo	44
1.2.6 Produtos turísticos: Turismo tradicional Vs novo turismo	47
1.3 Sustentabilidade no turismo em geral	48
1.3.1 Turismo sustentável	48
1.3.2 Turismo sustentável em Portugal	51
Capítulo II - Turismo em áreas rurais	
2.1 Contextualização do turismo em áreas rurais	57

2.2 Definição do turismo em áreas rurais	59
2.3 Turismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural	62
2.4 Turismo rural em Portugal	64
2.5 O TER como produto específico em Portugal	65
2.5.1 Contexto do TER	69
a) A atração pelo campo	69
b) Autenticidade, coleção de experiencias e distinção social	79
2.6 Constrangimentos ao nível do TER em Portugal	84

Capítulo III - Turismo e Desenvolvimento sustentável

3.1 Desenvolvimento - o conceito	91
3.3 Desenvolvimento sustentável	92
3.3 Desenvolvimento rural	97
3.4 Desenvolvimento sustentável na atividade turística em espaço rural	101
3.4.1 Turismo como potencializador do desenvolvimento rural e sustentável	103
3.4.2 Áreas rurais como lugares de lazer	105

Capítulo IV - Arquitetura Vernacular

4.1 Património rural: a importância e os limites de um recurso	109
4.2 O papel da tradição na arquitetura	110
4.3 Evolução da arquitetura vernacular	111
4.4 A tradição vernácula em Portugal	116
4.5 Arquitetura portuguesa no século XX	118
4.6 Contributo da arquitetura vernácula para o TER	122
4.7 Contributo da arquitetura vernácula para a construção sustentável	125

4.8 O meio envolvente como utensilio de técnicas sustentáveis	129
4.8.1 Tratamento de águas residuais	132
a) Captação e armazenamento de água da chuva	133
b) Sistemas de tratamento pelo solo	133
c) Fito-ETAR's	135
4.8.2 Climatização passiva	136
4.8.3 Coberturas verdes	137
4.8.4 Construção Cooperativa	137
4.9 Materiais modernos a consolidar com as técnicas vernaculares	140
Capítulo V - Conclusão	145
Capítulo VI - Referências	
6.1 Referências bibliográficas	151
6.2 Referências eletrónicas	161

Índice de Figuras

Figura 1.1 - Entradas gerais de visitantes em 1998, segundo o país de nacionalidade. <i>Estatísticas do Turismo, 1998.</i>	21
Figura 1.2 - Total de chegadas internacionais em Portugal entre 1988 e 2005. OMT, 2006.	22
Figura 1.3 - Receitas do Turismo em Portugal entre 1998 e 2005 em mil milhões de euros. OMT, 2006.	23
Figura 1.4 - Total de chegadas de turistas internacionais entre 2007 e 2011. UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial - Maio 2012.	24
Figura 1.5 - Valor das receitas do turismo entre 2007 e 2011. Banco de Portugal - Maio 2012.	25
Figuras 1.6 - Evolução do Turismo em Portugal (2005-2010), a) Hospedes, b) Dormidas. INE, Turismo de Portugal, análise Roland Berger, 2010.	25
Figura 1.7 - Progresso nas vendas <i>online</i> no turismo. INE, Turismo de Portugal, análise Roland Berger, 2010.	27
Figuras 1.8 - a) Evolução do tráfego das companhias aéreas <i>low cost</i> nos aeroportos ANA; b) peso <i>low cost</i> nos passageiros transportados, relativo somente a passageiros desembarcados. ANA, análise Roland Berger, 2010.	28
Figuras 1.9 e 1.10 - Objetivos de hóspedes e dormidas de turistas ao nível interno (inclui apenas turistas alojados em hotéis, hotéis-apartamento, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos e pousadas). Turismo de Portugal, 2010.	30
Figuras 1.11 e 1.12 - Objetivos de hóspedes e dormidas de turistas ao nível externo (inclui apenas turistas alojados em hotéis, hotéis-apartamento, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos e pousadas). Turismo de Portugal, 2010.	31
Figura 1.13 - Principais destinos dos turistas internacionais, por (sub)região de destino 2011. UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial, Maio 2012.	32
Figura 1.14 - Balança turística dos países da União Europeia, 2011. EUROSTAT, 2011.	34
Figura 1.15 - Classificação dos viajantes de acordo com o país de origem <i>OMT (1995).</i>	41
Figura 1.16 - Classificação dos viajantes. <i>OMT (1995).</i>	41

Figura 1.17 - Análise sistémica na procura da definição de turismo. Leiper (1990, 2004).	43
Figura 1.18 - Emprego no setor do turismo (milhares). INE, Conta Satélite do Turismo, 2010.	53
Figura 1.19 - Distribuição dos consumos de energia (Gj; %). DGEG, 2009.	54
Figura 2.1 - Elementos característicos do turismo em áreas rurais. Leal, 2001.	59
Figura 2.2 - Estabelecimentos TER-TN 2010 - Tipologia geográfica das principais áreas de oferta. Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Turismo de Portugal, 2010.	72
Figura 2.3 - Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e TER, por NUTS II (%). Turismo de Portugal, 2010.	76
Figura 2.4 - Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (%). Turismo de Portugal, 2010.	77
Figura 3.1 - Principais interações do desenvolvimento sustentável segundo a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS). PIENDS, 2007.	94
Figura 4.1 - Habitação de madeira em Zakopane. Wikipedia.org, 2012 (2005).	112
Figura 4.2 - Yurt original. Rodsbot.com, 2012.	112
Figura 4.3 (Linhares da Beira) e 4.4 (Sortelha) - Exemplos de casas tradicionais do Norte. Recolha própria.	117
Figura 4.5 e 4.6 - Exemplos de casas tradicionais do sul. “Inquérito à habitação rural”, Barros, 1947.	117
Figura 4.7 - Casita no Ribatejo. “Casas Portuguesas” Lino, 1992 (1993).	119
Figura 4.8 - Casita na Extremadura. “Casas Portuguesas” Lino, 1992 (1993).	119
Figura 4.9 - Solução de uma casa característica de um clima tropical húmido. HowStuffWorks, 2007.	130
Figura 4.10 - Solução de uma casa característica de um clima temperado. HowStuffWorks, 2007.	130

Figura 4.11 - Solução de uma casa característica de um clima tropical seco. HowStuffWorks, 2007.	131
Figura 4.12 - Pormenor tipo do sistema ETAP. Pormenor cedido por Biopiscinas, Lda, 2008.	136
Figura 4.13 - Cobertura verde inclinada HowStuffWorks, 2007.	138
Figura 4.14 - Cobertura verde plana HowStuffWorks, 2007.	138

Índice de Tabelas

Tabela 1.1 - Principais tendências estruturais do sector (padrão da procura). Turismo de Portugal, 2010.	29
Tabela 1.2 - Rankings dos principais indicadores de turismo, 2011. UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial, Maio 2012.	33
Tabela 1.3 - Fatores que motivaram as viagens a partir da década de 50. Foster, 1992.	37
Tabela 1.4 - Descrição dos tipos de turismo.	38
Tabela 1.5 - Representatividade das receitas turísticas na balança corrente (milhões de euros). Banco de Portugal, 2010.	45
Tabela 1.6 - Características adjacentes à Conta Satélite de Turismo. OMT <i>et al</i> (2008).	46
Tabela 1.7 - Funções da CST de acordo com a OMT e OCDE. OMT, 1999; OCDE, 2000.	52
Tabela 1.8 - Contribuição do turismo para o PIB. Conta Satélite do Turismo, 2010.	52
Tabela 1.9 - Consumo de energia direta por setor (Gj; %). DGEG, 2009.	54
Tabela 2.1 - Modalidades de alojamento em espaço rural. Decreto-Lei n.º 169/97, de 4 de Julho.	66
Tabela 2.2 - Estabelecimentos do Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (número). <i>Turismo de Portugal, 2010</i>	71
Tabela 2.3 - Estabelecimentos do Turismo de Habitação e do TER, segundo as modalidades, por região (NUTSII). <i>Turismo de Portugal, IP- Inquérito ao turismo de Habitação e ao Turismo no Espaço Rural, 2011</i>	72
Tabela 2.4 - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (nº de camas). <i>Turismo de Portugal, 2010</i>	74
Tabela 2.5 - Capacidade de alojamento do TH e do TER, segundo as modalidades, por regiões (NUTS II). <i>Turismo de Portugal, IP - Inquérito ao Turismo de Habitação e ao Turismo em Espaço Rural, 2011</i>	75

Tabela 2.6 - Serviços, atividades e equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos TER/TN, segundo as entidades prestadoras (%). Inquérito aos estabelecimentos no âmbito do estudo de caracterização do TER/TN em Portugal, IESE,2008.	78
Figura 2.7 - Distribuição dos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, por grupo etário. IESE, 2008	82
Tabela 3.1 - Características do meio rural ao longo da história. Adaptado de Pereira, 2000:77 citando Ferrão, 2000.	104
Tabela 4.1 - Sistemas de Tratamento Pelo Solo. <i>Santos, 2010.</i>	134

Lista de Acrónimos

AG - Agroturismo

ANA - Aeroportos de Portugal

CAET - Conselho de Administração das Estradas e do Turismo

CC - Casas de Campo

CMAD - Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento

CMET - Código Mundial da Ética do Turismo

CPTP - Comissão de Propaganda do Turismo em Portugal

CST - Conta Satélite do turismo

CT - Concelho de Turismo

DGEG - Direção Geral de Energia e Geologia

DPP - Departamento de Prospetiva e Planeamento

EUA - Estados Unidos da América

ENDS - Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

EPBD - Energy Performance of Building Directive

GAL - Grupos de Ação Local

ICEP Portugal - Investimentos, Comercio e turismo

IESE - Instituto dos Estudos Sociais e Económicos

ICNB - Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade

INE - Instituto Nacional de Estatística

LEADER - Liason Entre Actions de Développement d L'Économie Rurale

LNU - Liga das Nações Unidas

MCC - Ministério do Comércio e Comunicações

MEE - Ministério da Economia e do Emprego

NUT - Nomenclaturas de Unidades Territoriais para fins estatísticos

OCDE - Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Económico

OMT - Organização Mundial do Turismo (UNWTO, na versão inglesa)

ONU - Organização das Nações Unidas

OCOMOS - International Council On Monuments and Sites

PAC - Política Agrícola Comum

PCPP - Programa de Construção de Pousadas de Portugal

PENT - Plano Estratégico Nacional de Turismo

PIB - Produto Interno Bruto

PNT - Plano Nacional de Turismo

PNUD - Plano de Desenvolvimento da Nações Unidas

PIENDS - Plano de Implementação da Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável

RN - Rede Natura

SPP - Sociedade de Propaganda Portuguesa

TA - Turismo de Aldeias

TER - Turismo em espaço rural

TH - Turismo de Habitação

TN - Turismo de Natureza

TP - Turismo de Portugal

TR - Turismo Rural

WTTC - World Travel & Tourism Council

“ (...) O que queremos não é adivinhar o futuro provável, mas preparar um futuro que seja desejável e talvez ir um pouco além e tentar fazer do futuro desejável o provável (...)”

Jacques de Bourbon-Busset citado por Müller (2007)

Introdução

O termo turismo tem ganho cada vez mais importância com o passar do tempo, devido às várias vantagens que este traz às sociedades em termos de viabilidade económica, social, patrimonial e territorial. É nesse sentido, que se pretende recorrer ao turismo como dinamizador das zonas mais fragilizadas do país, os espaços rurais, que devido às circunstâncias de evolução dos tempos, têm vindo a perder os seus habitantes e com isso, sofrido as consequências desse abandono.

De fato, tem-se constatado graves problemas ao nível das assimetrias verificadas por todo o país, os meios urbanos continuam a crescer freneticamente, enquanto os espaços rurais vão perdendo as suas gentes e com isso vão ficando cada vez mais descuidados, vítimas do esquecimento. Esta problemática tem vindo há muito sendo alvo de estudo por muitos autores nas mais variadas áreas, sendo que perante isso, algumas soluções foram sendo sugeridas, uma delas, é o turismo como dinamizador dos espaços rurais.

Desta forma pretende-se estabelecer a pesquisa, se de fato o turismo pode ser utilizado como instrumento para o desenvolvimento destas áreas, e com que medidas é que o turismo pode intervir no espaço rural sem alterar a sua verdadeira essência, ou até, se é possível fazê-lo. Para isso é necessário compreender-se que na situação atual, qualquer que seja o desenvolvimento que se procure fomentar, este necessita de uma base sustentável, não só por ser um assunto em voga, mas principalmente porque só com uma base sustentável é possível alcançar soluções eficazes que não tragam consequências graves para as gerações que ainda não vir.

Compreende-se portanto com esta dissertação, que sejam analisados conceitos como turismo e desenvolvimento sustentável, para que se possa conferir o que tem acontecido nas sociedades atuais, segundo estes denominadores, e com isso perceber-se quais os indicadores que conferem as melhores soluções no desenvolvimento sustentável do meio rural.

É nesta vertente que se promove o carácter da arquitetura vernacular, como sugestão na viabilização do sistema de turismo, que dentro do meio rural se vê muitas vezes obrigado a recuperar o património arquitetónico legado pelas gerações passadas.

Pretendendo-se com isso perceber em que termos este tipo de arquitetura pode estimular o turismo em espaço rural.

Basicamente tenta-se criar com esta pesquisa, uma ferramenta que concilie três temáticas que poucas vezes aparecem de forma integrada (turismo rural, sustentabilidade e arquitetura vernacular), e que permite perceber como é que a sociedade chegou a este ponto, o que está bem e o que está mal com essa evolução e em que medida é ainda possível viabilizar os espaços rurais com soluções sustentáveis.

Para se desenvolver esta dissertação, recorreu-se ao método de análise documental, isto porque se trata de um trabalho estritamente teórico, que assumiu este contorno por se considerar que na realidade não existem muitos documentos escritos que confinem as temáticas consideradas. Isto é, considerou-se importante o estudo da interação que estes temas têm entre si, sendo que estes ganham uma nova projeção se se perceber como é que funcionam entre si.

Numa breve síntese da estruturação deste documento, compreende-se que o primeiro capítulo é relativo ao turismo em geral, sendo que este, como é conhecido, implica uma deslocação, para fora da residência habitual do viajante, uma viagem cujas características variam de acordo com o motivo de quem a realiza, sendo necessário para isso que o viajante utilize um serviço de alojamento, mesmo que não seja público, como por exemplo a casa de um amigo ou familiar. Desta forma, nem todas as viagens podem ser consideradas turísticas e, se em alguns casos, é relativamente simples associá-las ao turismo, como uma visita cultural, noutros, esta associação não é tão imediata, como é o caso de uma viagem para assistir a um espetáculo desportivo ou a um congresso.

Torna-se portanto importante demonstrar a evolução histórica do turismo e da sua importância a nível mundial e a nível nacional, como situação mais específica, para que seja possível perceber-se uma série de conceitos característicos deste tema, como sejam o que se entende por turismo, por turista, por produtos e recursos turístico. Com o intuito de se apresentar posteriormente o turismo no âmbito do espaço rural e a evolução a que este último tem sido sujeito.

A concorrência entre territórios é hoje uma realidade inegável. Nas últimas décadas as políticas territoriais foram chamadas a responder aos desafios das diferentes unidades territoriais, da globalização, das novas formas de se planejar e projetar o espaço geográfico. Tudo isto implicou novos quadros de mudança em termos das políticas

territoriais, assim como novas formas de governação baseadas na descentralização e desconcentração de poderes, que impõem simultaneamente maiores níveis de participação mas também de responsabilização das sociedades.

É neste âmbito que se introduz o capítulo II, com a atividade turística em áreas deprimidas, podendo esta constituir uma forma de complemento ou alternativa à atividade agrícola que tem vindo a conhecer um acentuado declínio devido ao rumo que tomou este tipo de sociedades, contudo, isto não significa que tenha sido encontrada a solução para todos os problemas que o meio rural enfrenta.

Este é precisamente o caso das áreas rurais portuguesas, que têm sido marcadas por processos de perda de população e desvitalização económica, social e política, colocando-as numa situação de crise, em grande parte, devido ao “esquecimento” político a que estas áreas foram submetidas, sendo assim destituídas de políticas de desenvolvimento local e de apoios aos mais variados níveis. Esta situação acabou por se revelar insustentável para as populações rurais, o que levou a classe mais jovem a procurar saídas na emigração ou na migração para os grandes meios do litoral.

Só perante este cenário desolador, é que foram implementadas algumas medidas de desenvolvimento rural, com apoio sobretudo da União Europeia e com o propósito de se aproveitar o potencial que as áreas rurais podem oferecer nas diferentes esferas. Desta forma o turismo, que surge cada vez mais associado aos planos de desenvolvimento das zonas rurais, é entendido como instrumento de desenvolvimento local, constituindo uma atividade geradora de emprego e com capacidade de promover outras atividades e mais-valias relativamente aos recursos locais.

Porém, o turismo por si só não é suficiente para promover o desenvolvimento rural, e tão pouco pode ser entendido como a resolução de todos os problemas que as áreas rurais enfrentam. Podendo apenas ser visto, em alguns casos, como uma forma de atenuar os estrangulamentos passíveis de ser encontrados nestes espaços.

Perante isto, admite-se o capítulo III, onde é possível compreender a evolução do espaço rural, conhecer os acontecimentos que conduziram à situação atual, os hábitos e costumes dos que lá vivem, de modo a não proporcionar conflitos, para que se proceda a uma reestruturação global e integrada de acordo com os valores e conhecimentos atuais. Esta solução, de acordo com os princípios da sustentabilidade (envolvendo as suas três

dimensões: ambiental, social e económica), poderá ser a opção mais coerente a tomar para atingir o desejado desenvolvimento sustentável do espaço rural. Para tal, a salvaguarda e o respeito pelo património e pelos componentes ecológicos da paisagem, é o pensamento fundamental para que possam ser preservados os valiosos recursos essenciais à continuidade da vida humana.

Por fim, no capítulo IV, constata-se o legado arquitetónico deixado ao longo de gerações, que deve ser preservado perante a situação atual, relativa ao estado da construção que aparece nos dias de hoje associada a impacto ambiental deveras significativo. Isto, para além de outros componentes que aparecem associados às construções, como é o caso da distribuição de energia nos edifícios, que representa só na Europa, cerca de 40% do consumo final de energia, sendo que os edifícios são também responsáveis por consumo de água, recursos naturais e emissões poluentes. Desta forma, é necessário um plano emergente de regulamentação ambiental neste setor.

Isto, a par de uma tendência que se tem sentido nos últimos anos, onde se verifica um interesse crescente pela procura da identidade local, no meio do fenómeno da globalização. A importância da identidade foi valorizada pelas últimas tendências filosóficas que reclamam o direito à diferença e ao respeito pelo outro, seja a que nível for, chegando também esta abordagem ao nível da arquitetura.

Juntamente com este direito a reclamar um conjunto de valores próprios, os ambientalistas mostraram até que ponto o desenvolvimento tecnológico que não é autêntico, já que conduz mundo a pontos insustentável. Os estudos sobre o meio ambiente colocaram em evidência a importância das propostas arquitetónicas que são capazes de manter a sua validade por muito tempo, isto é, que mantêm uma existência superior à data de caducidade da maioria dos produtos de consumo atuais.

Neste sentido, a arquitetura tradicional voltou a ser reconsiderada, embora, surpreendentemente, não só pelos arquitetos mas também por outros setores da sociedade. E, tal como aconteceu com os movimentos vanguardistas dos anos vinte e trinta do século XX, a arquitetura vernácula é reconhecida como o verdadeiro produto de racionalidade, onde não sobra nada na arquitetura vernácula, sendo as suas soluções resultado de séculos de empirismo.

Simultaneamente, a relação com o meio acaba por ser a mais adequada, uma vez que ele próprio constitui a fonte da vida para todos aqueles que nele vivem, onde o meio é cuidadosamente preservado, transformado com extrema sensibilidade, nunca esquecendo que terá de ser transmitido às gerações vindouras.

Visa-se assim, perceber-se o papel da arquitetura na recuperação ou proteção das especificidades culturais do meio rural, atendendo ao mesmo tempo ao seu estado de desenvolvimento tecnológico, económico, social e cultural, e ao desejo pela busca da modernidade, que nos dias de hoje se constata como uma necessidade essencial. Sendo para isso necessária uma análise aprofundada da arquitetura vernacular, tentando perceber nas suas características lógicas e dinâmicas de funcionamento e de evolução, os princípios mais pertinentes nos dias de hoje, passíveis de ser conjugados com a arquitetura moderna. Estando a mesma estratégia aplicada à arquitetura moderna para que o estudo de ambas vertentes esteja em pé de igualdade de forma a ser possível a comparação e conjugação dos mesmos.

É portanto, nesta dicotomia entre arquitetura vernacular e arquitetura moderna que se apura a resposta mais pertinente tentando atingir um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação da identidade. Contudo, não se pode esquecer que cada situação é específica, e que apesar das linhas gerais expostas, só através dos casos de estudo se pode perceber que uma mesma resposta resultaria ou não em dois diferentes casos.

Capítulo I - Turismo

1.1 Evolução histórica

1.1.1 Turismo desde a antiguidade clássica

A percepção do aparecimento do turismo na atualidade, tem como base a observação da sua importância desde antiguidade clássica. Onde o turismo foi considerado algo extremamente relevante na melhoria da qualidade de vida da população. Desde essa altura que os filósofos, como Aristóteles, apelavam aos cidadãos para exercerem atividades inseridas no turismo: desde viajarem, a ocuparem o seu tempo com atividades do foro cultural e recreativo.

Assim, foram surgindo variadas manifestações culturais e desportivas, que assumiam um papel essencial na sociedade de então, nas quais os jogos olímpicos, realizados na cidade de Olímpia a partir do ano 776 a.C., originaram grandes afluxos de turismo que se alojavam em acampamentos, albergues e nas habitações de residentes locais. Sendo que já nessa altura se tinha em consideração a necessidade de reunir condições necessárias, com meios e infraestruturas auxiliares, para que as pessoas pudessem usufruir da melhor forma e com maior comodidade da atividade turística.

No entanto, o império Romano revelou-se mais concentrado ainda no desenvolvimento do turismo, visto que para além de sua imponência económico-militar, existia também uma filosofia de vida que potencializava as condições do turismo no império. Era o próprio estado que criava e fomentava infraestruturas e atividades que atraíam um grande número de visitantes aos vários pontos do império. Essas infraestruturas eram, entre outras, termas, salas de espetáculo, recintos desportivos e zonas balneares.

Era muito frequente assistir-se à deslocação de pessoas de classes privilegiadas, durante os meses de Verão para cidades costeiras como Nápoles, Pompeia e Herculano, assim como realização de viagens de aprendizagem por parte dos mais jovens a vários pontos do império, onde se encontravam ainda vestígios das antigas civilizações. Este tipo de viagem era designado como a "*Grand Tour*" e era muita das vezes baseada nos relatos

escritos de autores clássicos como Herodoto, relatos esses, que foram considerados os primeiros guias de viagem conhecidos.

Roma-cidade era um ponto marcante do império, dessa forma estava particularmente repleta de infraestruturas concebidas para fins turísticos, sendo esta uma cidade que vivia permanentemente em espetáculo, desde festivais, aos desfiles, às peças de teatro e aos eventos desportivos. Para todos estes atrativos, foi necessário pensar-se também na criação de infraestruturas, subjacentes às principais atividades turísticas praticadas, que suportassem o acolhimento de todos os visitantes estrangeiros, como albergues, restaurantes, casas e bares (Beato, 2008).

Toda esta rápida evolução do turismo no Império Romano, só foi possível devido ao modo de vida das sociedades da época, isto porque, por exemplo, a classe media/alta de Roma, no auge do império, gozava de duzentos dias de férias por ano, o que permitia que as pessoas procurassem novas e melhores formas para passarem o tempo livre. Assim, e também devido à sua colocação estratégica, muitos homens de negócios deslocavam-se à cidade, de vários pontos do império, utilizando as novas redes de estradas, pontes, portos, entre outras redes de comunicação (Mumford, 1991).

Na Idade Média, assiste-se ao retroceder da atividade turística, devido ao desmembramento do Império Romano, à instabilidade política e à insegurança vivida na época, que deixava para traz questões como a evolução tecnológica e a manutenção de redes viárias e infraestruturas.

Esta contrariamente à sociedade Romana, era uma sociedade onde o cristianismo ascendia, seguindo ordens religiosas monásticas, numa sociedade baseada no feudalismo, dos camponeses aos nobres, não apelando à viagem nem a qualquer atividade lúdica. Contudo, eram praticadas algumas atividades de ócio, mesmo que grande parte não fosse apoiada pela igreja, como os festivais, feiras e torneios que atraíam um grande número de visitantes aos locais onde ocorriam. Por outro lado, existia um grande empenho por parte da igreja católica em promover a deslocação de peregrinos aos vários lugares "Santos" assim como à participação em certos acontecimentos religiosos. Para esse fim, foram criadas uma série de infraestruturas de alojamento e restauração nesses locais, conseguindo-se perceber essa intenção no caso do "Caminho de São Tiago", onde ainda hoje se encontram inúmeros albergues e locais de descanso da época (Stock, 2003).

No período da Renascença, as consciências começam a mudar, com o reavivamento da época clássica, voltando a valorizar-se o culto pelo tempo de lazer, sendo que a atividade turística aumentou, sobretudo nas cidades Italianas, devido às fortes relações comerciais.

Volta-se a verificar nesta fase o reaparecimento de um movimento, sendo este inicialmente confinado às classes Aristocratas e só posteriormente alargado a membros do Clero e das artes. Este movimento baseava-se na busca dos vestígios das civilizações clássicas. É portanto o ressurgir da prática da "*Grand Tour*", e com ela, uma nova dimensão turística associada à necessidade de descobrir e aprender. Nesse espírito, durante o século XVI, eruditos como Montaigne e Erasmo, percorreram toda a Europa onde redigiram os primeiros manuais destinados a facilitarem as viagens, nos quais era descrito o estado dos caminhos, a possibilidade de alojamento e onde mencionavam também os riscos inerentes a determinadas rotas (Page et al., 2002).

Seguindo os roteiros da "*Grand Tour*" surgem as primeiras estâncias turísticas fundadas no continente Europeu, na maior parte dos casos por ingleses, como é o caso de Chamonix nos Alpes. Sendo que com o progredir da atividade mercantilista do império britânico e com a evolução dos meios de transporte, novas classes sociais menos abastadas, apesar de consideradas classes média/ alta, jovens pertencentes a famílias burguesas, clero e exercito, por exemplo, têm acesso à "*Grand Tour*".

O espírito dessa época e segundo esta perspectiva, vai sendo sublimado por pintores e poetas românticos europeus e americanos, que perpetuam as qualidades dos cenários paisagísticos nas suas obras. Estes revelam-se uns dos principais responsáveis pela divulgação das paisagens e dos locais junto das sociedades e conseqüentemente despertam o interesse na atividade turística. Outro grande grupo impulsor das potencialidades de locais estrangeiros, foram os próprios aristocratas e burgueses, que sempre que se dirigiam a outro país ou região, traziam consigo objetos tradicionais do local recetor para recordação. Essas peças tornavam-se alvo de curiosidade por parte dos amigos e familiares, tendo-se o exemplo disso nas várias pinturas de Veneza por Canaletto ou nos inúmeros artefactos arqueológicos egípcios, greco-romanos, levados para a Grã-Bretanha.

No entanto, no mesmo período, e contrariando este movimento, continuam a existir países que sendo fortemente influenciados pela reforma de 1500, sob a ideologia de

Lutero e Italo Calvino, onde as atividades lúdicas continuam a ser conotadas com sentidos pejorativos, relacionadas com "pecado" e toda a sua definição estabelecida pela Igreja (tanto a Católica como a Luteriana), estabelecem que os homens só seriam valorizados aos olhos de Deus, e conseqüentemente aos da sociedade, se consagrassem a sua vida ao trabalho (Mumford, 1991). Este pensamento, que em alguns países durou até ao século XIX, acompanhou sistemas de produção capitalista, onde o lazer era visto como um entrave à produtividade e ao próprio enriquecimento das nações.

Numa fase mais avançada, devido à crescente industrialização, aliada à reforma agrária assim como à própria evolução tecnológica, na Grã-Bretanha, verificou-se o crescimento de várias cidades, que derivaram, dos pequenos núcleos em torno das indústrias que se situavam junto dos principais pontos de matéria-prima (Hall, 1998).

Em alguns países da Europa, verificava-se simultaneamente um fenómeno ligado à valorização da cultura clássica: o termalismo. Sendo estes espaços de grande apreço para as sociedades, muitos deles tinham como patronos membros da família real, que recuperavam as ruínas das antigas termas romanas (que haviam sido menosprezadas durante a Idade Média), e que surgem novamente como locais de convívio e de recreio, ao mesmo tempo que as suas águas eram utilizadas para fins terapêuticos. Estes espaços, destinados às classes sociais mais abastadas, eram vistos como locais propícios ao estabelecimento de novos contatos e proporcionavam oportunidades de negócio entre os utentes dessas estâncias termais.

O desenvolvimento deste tipo de espaços era promovido também pelas próprias entidades estatais, que adotaram várias estratégias, como a doação de terrenos a entidades privadas dando-lhes a oportunidade de desenvolver as suas próprias estâncias termais. Na Grã-Bretanha, onde isso aconteceu, no início do século XX contava já com 170 centros termais (Stock, 2003).

O grande entrave do turismo desta época era o fato de se destinar apenas às classes mais abastadas da sociedade, isto porque eram as únicas que possuíam tempo e rendimentos para despenderem em atividades turísticas. Para estas, era notória a necessidade de infraestruturas que reunissem o maior número de atividades lúdicas possível no mesmo espaço físico.

Era visível, já naquela altura, uma grande tendência para destinos em regiões inexploradas, ou pouco conhecidas, onde a natureza, pela sua grandiosidade extasiava o observador. Isto dado os princípios naturalistas, que enalteciam a observação e o contato com a vida selvagem, vividos durante esse período, e que estavam em voga em sociedades como os Estados Unidos da América e a Inglaterra. Ao mesmo tempo, os locais com um grande peso cultural começam a ser suprimidos pelo crescimento desmesurado das sociedades (Yellés, 2002).

Verifica-se nesta fase uma tendência baseada no espírito romântico da época, onde a busca de paisagens grandiosas predomina face às grandes metrópoles, apilhadas devido ao crescimento populacional massivo acompanhando a revolução industrial.

Mas o cenário do turismo, sempre dinâmico, torna a mudar, verificando-se uma evidente contrariedade nos impulsos turísticos: em troca dos locais de grande beleza natural, geralmente no interior dos países europeus, aparecem as estâncias balneares no século XIX (Yellés, 2002).

Era manifesto o confronto entre o espírito iluminista que ganhava nesta fase, cada vez mais impulsionadores, com o pensamento religioso. Este último punia a presença das pessoas em zonas balneares, dado que segundo as crenças religiosas, as zonas costeiras eram consideradas lugares onde o mal e o pecado aconteciam. Pensamento contrariado pelo espírito iluminista e romântico que encarava o mar como sendo algo belo e digno de visita. Em acréscimo ocorre a descoberta das propriedades terapêuticas dos banhos e das lamas marítimas, contribuindo tudo isto para um crescimento exponencial das estâncias balneares por toda a Europa (Stock, 2003).

Mais tarde, com o progressivo avanço tecnológico e o melhoramento dos meios de transporte, (que se tornaram cada vez mais rápidos e baratos), bem como com a melhoria das condições de trabalho, que ofertaram maior capacidade financeira a famílias de *status* sociais mais baixos, novos extrato sociais começam a ter oportunidade de praticar também algumas atividades turísticas.

Face a isto, foram criadas várias estâncias de férias, como Scheveningen na Holanda, Travemünde na Alemanha, Dieppe na Grã-Bretanha, que desta vez eram acessíveis não só às classes mais abastadas como também à classe média; enquanto os elementos da

classe operária se convertiam em turistas domésticos (Page et al., 2002; Cooper, et al., 2005).

Com esta maior acessibilidade em chegar mais rápido a sítios mais distantes, começam a ser criados autênticos movimentos turísticos. Em 1851, um pouco por toda a Europa, vão sendo criadas Exposições Mundiais, sendo que a primeira exposição criada em Londres contou com mais de 6 milhões de visitantes.

Mais tarde estas organizações dão origem ao aparecimento dos primeiros pacotes de férias, organizados por agentes de viagens como Thomas Cook, que foi o responsável pela primeira viagem internacional organizada. Os agentes de viagens foram portanto, responsáveis pelo impulsionamento da atividade turística, assim como por toda uma nova indústria promotora do turismo e difusão de viagens. (Page et al., 2002).

Enquanto isso, nos Estados Unidos, área onde a evolução do turismo se foi tornando cada vez mais evidente devido ao empenho da sociedade com a criação de vários parques temáticos (dos maiores em todo o mundo) como Sea World em São Diego e a Disneyland em Los Angeles. Na Califórnia, a exploração de praias como Santa Cruz e Santa Barbara inicia-se em 1850. Já no fim do século, Malibu é denominada a “Riviera Americana”. Com esta exploração, toda a zona costeira sofre um rápido crescimento devido à indústria militar e petrolífera (Stock, 2003).

Posteriormente, verifica-se o desenvolvimento da indústria cinematográfica, que contribuiu como um grande cartão-de-visita para os cenários deslumbrantes e de clima aprazível que eram exibidos nos filmes, incrementando assim o turismo nas principais estâncias balneares americanas, como as praias de Daytona, Key West e Palm (Stock, 2003).

Durante este período, são desenvolvidos também novos métodos de divulgação e promoção do turismo, como é o caso dos Guias de Viagem, que ganham cada vez mais importância e nos quais é possível encontrar descrições de viajantes e exploradores, assim como as suas próprias sugestões de pontos a visitar, locais de estadia e condições de segurança. Registaram-se nesta fase, uma série de manuais que orientavam os turistas em países como Espanha, Itália e Suíça, sendo que o primeiro guia publicado deste último país data de 1863 (Stock, 2003).

No final do século XIX, considerou-se que o principal fator incrementador do turismo foi a introdução do período de férias na classe trabalhadora na pós-Revolução Industrial. Sendo que até então, apenas nas sociedades rurais os trabalhadores tinham períodos livres associados às paragens devido ao ritmo das colheitas e das estações do ano.

Com a revolução industrial e conseqüente industrialização e urbanização, o tempo livre diminuiu consideravelmente, onde as classes operárias realizavam jornadas de trabalho muito longas, intensas e na maior parte dos casos em condições de salubridade muito precárias.

Com o passar do tempo, verificou-se que o excesso de trabalho, em muitos países fixada em 12 horas diárias de trabalho e as condições precárias do mesmo se poderiam revelar contraproducentes, segundo uma série de relatórios médicos realizados, que manifestavam graves preocupações com o estado sanitário da classe trabalhadora.

No final do século XIX, os sindicatos não tinham como objetivo a aquisição de período de férias, apenas pretendiam a redução da carga horária semanal, assim como a melhoria das condições de trabalho. Sendo essa uma vitória gradual, visto que ao longo do século XX, a carga horária semanal foi decrescendo das cinquenta e quatro horas semanais com um dia de descanso (geralmente ao Domingo) para as atuais quarenta e oito horas semanais praticadas em média nos países ocidentais (Stock,2003; Cooper et al., 2005).

Os próprios governos vão percebendo a importância de se garantirem melhores condições de trabalho aos seus trabalhadores, em Inglaterra por exemplo, de 1871 a 1875 implementaram mais dias livres para que os ativos se pudessem dirigir às estâncias balneares, o que originou uma diferenciação das estâncias balneares consoante o tipo de classes que as frequentavam, visto que a classe operária tinha também acesso a este tipo de espaços (Page et al.,2002; Stock, 2003).

Desta forma, o turismo vai-se alargando cada vez mais a um maior número de pessoas, e conseqüentemente, vai sendo possível encontrarem-se várias iniciativas que são agora direcionadas a um público mais vasto e diversificado, exemplo disso é a publicação oficial, em 1914, das praias segundo o "gosto da classe média britânica", na qual constavam principalmente praias francesas, suíças, alemãs e italianas, das quais as classes com menos poder económico também poderiam usufruir. (Stock, 2003)

O grande apogeu do desenvolvimento turístico, na maior parte dos países ocidentais verifica-se após a Segunda Guerra Mundial, com os vários governos a quererem promover uma economia mista, baseada num sistema económico capitalista aliado a um estado social forte.

Sendo que nesta fase apareceu uma consciência acrescida ao modo de vida das sociedades e à incrementação do mesmo. Desta forma verificou-se que o rendimento das famílias aumentou tal como o tempo de lazer e os períodos de férias pagas. A isto veio juntar-se a reconversão de meios e infraestruturas militares da Grande Guerra para uso civil. Também foi depois dos anos cinquenta que se viu o proliferar do automóvel ao domínio privado, que associado ao "*baby boom*" vai provocar um aumento nunca antes registado do número de turistas, é este o início do denominado "turismo de massas" (Stock, 2003).

Verifica-se ainda nesta fase o impulsionamento do turismo da Europa do Leste, que emerge do pós-Segunda Grande Guerra implementando a construção de novas estâncias e campos de férias para os trabalhadores, assim como casas de férias para a elite partidária, denominada "dachas" (Stock, 2003).

O automóvel ganha um papel vital na vida familiar, trazendo uma grande autonomia às famílias. Ao mesmo tempo, outro meio de transporte que vai ganhando cada vez mais adeptos, devido à sua comodidade e facilidade em chegar a sítios mais distantes num curto período de tempo: o avião. As primeiras ligações estabelecidas com este meio de transporte realizaram-se na década de cinquenta, operadas pelas companhias de "charter" para destinos turísticos.

Em 1959, mais de dois milhões de britânicos haviam já viajado para o estrangeiro, dos quais, oitenta mil, para Espanha. Já nos anos sessenta, verifica-se que outros países aderem também a esta grande "onda de turismo", como é o caso do Japão, devido ao melhoramento das condições de vida dos cidadãos, embora estes primeiramente explorem as suas próprias terras e só mais tarde se alastrem as suas visitas à Europa (Page et al., 2002; Cooper, et al., 2005).

Este crescimento exponencial do turismo a nível mundial é alvo de uma recessão devido à crise petrolífera dos anos setenta e posteriormente devido às crises económicas do

início dos anos noventa e no seguimento dos atentados terroristas em Nova Iorque em Setembro de 2001 (Stock, 2003).

Como resposta a isto, nos anos noventa, novos mercados dinamizadores do turismo mundial abrem portas, como é o caso das grandes potências asiáticas. Isto porque até então, países como Coreia do Sul e China, tinham uma capacidade quase nula de participarem em práticas turísticas. Nos anos noventa, estas sociedades viram o seu período de férias alargado de 15 dias para 5 semanas, duas delas no Verão, uma no Ano Novo Lunar Chinês, outra contemplando o 1º de Maio (Dia do Trabalhador) e por fim na sua festa nacional no dia 1 de Outubro. Estes países ajudaram a responder à recessão que se verificava na época, revelando-se até aos dias de hoje, um dos principais dinamizadores do turismo mundial. Com isto constata-se uma relação entre o turismo e o desenvolvimento económico dos diferentes países (Stock, 2003; Cooper et al., 2005).

Verificou-se também durante este período um grande aumento de produtos turísticos nas sociedades ocidentais, associados às mudanças na procura e oferta exigida pelos turistas. Assim, observaram-se durante esta altura, melhorias constantes nos transportes (aviões, carros e comboios de alta velocidade), introdução de novas modalidades de alojamento como o *time-sharing*, novas formas de venda e divulgação de produtos turísticos (muito diretamente associadas ao aparecimento de internet). Também a proteção dos consumidores contribuiu para o incremento do turismo nas sociedades ocidentais. A implementação da moeda única no espaço europeu e as medidas estabelecidas neste espaço para facilitar o acesso entre os países pertencentes à comunidade europeia, potencializou o turismo nesta zona específica do globo (Stock, 2003).

Associado à evolução dos tempos e dos modos de vida, aparecem cada vez mais famílias monoparentais, ou por outro lado famílias sem filhos, o que conduz ao reajustamento das ofertas turísticas para essas situações específicas e mais uma vez estende-se o leque de produtos turísticos, tendo estes o objetivo de responder às necessidades cada vez mais variadas dos diferentes grupos sociais (Page, 2003; Cooper et al., 2005).

O fato de a prática de turismo se ter tornado tão popular, traz nos dias de hoje, um efeito contrário àquilo que se verificava no início desta prática. Isto é, no início, só determinadas classes sociais tinham acesso a determinadas atividades turísticas, sendo evidenciadas por o fazerem. Ao passo que na atualidade toda a gente tem acesso à

prática turística, sendo que quem não adere acaba por ser de algum modo alvo de exclusão, expondo assim, a sua desigualdade social. O turismo é portanto um fenómeno importante nas sociedades ocidentais, e que fazendo parte delas, dita os próprios comportamentos das mesmas (Beato, 2008)

1.1.2 Aparecimento do Turismo em Portugal

Tal como muitos outros movimentos, a prática do turismo chegou mais tarde a Portugal do que na maioria dos países europeus, começando-se a evidenciar numa fase de resposta à implantação da República, já em 1910. Sendo nesse ano, no decorrer do I Congresso Nacional, que o escritor e jornalista Vitor Maximiano Ribeiro, introduz o termo "tourismo" que entrará a partir daí no vocabulário português (Pina, 1988; Cunha, 2001).

Pode-se constatar que a evolução do turismo em Portugal, se dividiu em três etapas essenciais (Beato, 2008):

a) De 1900 a 1950

Antes do início do século XX, o turismo em Portugal assumia um papel irrelevante para a economia do país, não era algo muito praticado até então, por isso não se verificavam grandes fluxos de turistas e conseqüentemente, revelava-se ser pouco importante pensar em programar uma rede de infraestruturas que apoiassem o mesmo. Este confinava-se portanto às regiões da Madeira, à zona do Estoril e algumas situações pontuais relativas a estâncias termais distribuídas pela região do centro e do norte do país.

No entanto, este cenário preparava-se para mudar. Em 1906 é criada a Sociedade de propaganda de Portugal (SPP), e tinha como objetivo a inventariação de todos os monumentos, relíquias artísticas, curiosidades e lugares de interesse de todo o país, para a sua posterior divulgação e dessa forma incentivar ao turismo, não só para turistas portugueses, mas também estrangeiros.

Pela primeira vez em Portugal, procurava-se a promoção do turismo ao nível interno e internacional, sendo que esse assunto começou a ganhar cada vez mais importância, passando a fazer parte de conferências e artigos na imprensa por todo o país, e o que

era inicialmente uma preocupação de cariz privado, rapidamente se tornou alvo de estudo por parte das entidades públicas.

Em 1909, foi possível, como o apoio da Casa Pia, a realização da primeira formação profissional para o pessoal da hotelaria e a criação das primeiras ligações internacionais com o intuito de abrir Portugal ao turismo estrangeiro. Para isso apostou-se no desenvolvimento de uma linha de navegação entre Lisboa e Londres e outra férrea que unia Lisboa a Paris.

Mesmo face à instabilidade política vivida na época, com a queda da monarquia e a consequente implantação da República, a sociedade revela-se ciente da importância deste assunto a nível do progresso e abertura do país. Assim, em 1911 foi criada a primeira organização oficial do turismo: um Conselho de Turismo (CT) coadjuvado por uma Repartição do Turismo e integrados no ministério do Fomento. Visava o desenvolvimento do turismo tanto a nível nacional como internacional (Cunha, 2001). Convém referir, que na época, Portugal foi um dos poucos países europeus a ter um organismo estatal na área do turismo, e mesmo com a situação de instabilidade que se vivia na altura, devido à Primeira Grande Guerra, foi realizado, em Portugal, um plano de aproveitamento turístico da zona do Estoril, que entretanto se transformou no primeiro grande centro de turismo internacional do país, e também o Programa de Construção de Pousadas de Portugal (Pina, 1988).

O até então Ministério do Fomento, transforma-se em 1920, em Ministério do Comércio e Comunicações (MCC), sendo assim o Conselho do Turismo substituído pelo Conselho da Administração das Estradas e do Turismo (CAET). Mais tarde em 1928, é criada a repartição de Jogos e Turismo, integrada no Ministério do Interior. No ano seguinte foi criado o Conselho Nacional, para atuar na exposição ibero-americana de Sevilha, com o intuito de promover a vinda de Americanos ao país, fato que acabou não acontecer. Em 1930, é criada a Comissão de Propaganda do Turismo de Portugal no Estrangeiro e são também realizadas as Casas de Portugal em Paris, Londres e Antuérpia, tudo com o fundamento de aumentar o número de turistas estrangeiros, sendo uma preocupação necessária, pois enquanto a Itália recebia mais de cinco milhões de turistas por ano, Portugal ultrapassava pouco mais que os cinquenta mil. (Pina, 1988).

Durante essa década, reuniram-se esforços ao longo de todo o país para a promoção do turismo português, evidenciando-se determinadas estâncias termais e balneares, como é

o caso de Cascais e Figueira da Foz mais a sul, Espinho e Póvoa do Varzim mais para norte e com “clientela monos elitista”. Verificou-se que nesse período estas estâncias recebiam cada vez mais visitantes, sendo os estrangeiros maioritariamente espanhóis. Associado ao desenvolvimento turístico destas zonas, aumentou o número de casinos, onde primeiramente foram constituídos seis casinos de cariz temporário (Figueira da Foz, Espinho, Praia da Rocha, Cúria, Sintra e Viana do Castelo) - e dois de cariz permanente (Madeira e Estoril) sendo que numa fase posterior se viriam extinguir o da Praia da Rocha, Sintra e Cúria (Pina, 1988).

Um grande fator responsável, não só pelo encerramento destes estabelecimentos, mas também pelo declínio do turismo registado na década de trinta, deveu-se à Guerra Civil de Espanha (1936), que para além de não permitir que os próprios espanhóis se dedicassem à prática de turismo, sendo estes, uma percentagem significativa dos turistas que visitavam Portugal, também se revelou como um grande entrave à entrada de turistas vindos do resto da Europa. A Segunda Grande Guerra veio agravar a crise que já se verificava no setor do turismo ao nível nacional.

Apesar de se terem verificado alguns melhoramentos: de determinadas infraestruturas destinadas ao alojamento, dos incentivos vindos do Estado (tanto em conteúdos legislativos, como à estruturação de apoios) e até ao nível transportes, com a criação da TAP em 1944; não se confirmaram os resultados pretendidos, sendo que em 1950 registavam-se aproximadamente setenta e seis mil entradas de estrangeiros no país, enquanto Espanha, ainda com os efeitos da crise, registava já quatrocentas e cinquenta e seis mil entradas, ou até mesmo, comparativamente a países mais gravemente afetados pela Segunda Grande Guerra, como França e Itália que foram nesse ano visitadas por mais de três e cinco milhões de visitantes correspondentemente (Cunha, 2001).

As entradas analisadas em território nacional eram asseguradas principalmente por britânicos, espanhóis, brasileiros e alguns americanos que se deslocavam fundamentalmente em peregrinação a Fátima e em negócios (Cunha, 2001).

b) Pós-Guerra: de 1950 a 1974

O grande causador do fraco desempenho do turismo nacional averiguado no início da década de cinquenta, deveu-se maioritariamente ao atraso das infraestruturas e à

produção de bens e eventos, deformidade esta, que se revelou objeto da insatisfação por parte dos clientes estrangeiros habituados a melhores e mais cómodas formas de receção (Cunha, 2001).

Contudo esta tendência não se manteve por muito tempo, rapidamente o regime começa a perceber as aptidões do turismo: a sua capacidade de aumentar as receitas do país assim como forma de propaganda do regime e conseqüente expansão do seu prestígio. Segundo este pensamento, em 1954, é promulgada a Lei 2073 que, face à posição de utilidade turística, admitiria um conjunto de isenções às empresas, incrementado por uma linha de crédito que visava incentivar o desenvolvimento e a promoção das mesmas. Passados dois anos é criado o Fundo de Turismo, com o intuito de apoiar financeiramente ações de promoção do setor tal como a Lei 2082, que previa o enquadramento das condições institucionais que permitissem o seu fomento (Pina, 1988).

Por requerimento dos próprios municípios, foram criadas zonas de turismo, como praias, estâncias hidrológicas, climáticas, de altitude, de repouso, de recreio e monumentos (Pina, 1988), sendo que, perante todo este dinamismo vivido pelos municípios e até pelos próprios munícipes, o número de turistas aumentou efetivamente, registando-se em 1963 a entrada de aproximadamente 514 mil visitantes estrangeiros em território português, provenientes principalmente do Reino Unido, França e Estados Unidos da América (Cunha, 2001).

O ano seguinte é visto, para muitos autores, como o ponto mais marcante no desenvolvimento do turismo português, sendo que enquanto aproveitava o esforço da recuperação económica dos países industrializados afetados pela guerra, registou-se mais de um milhão de visitantes internacionais no país, devido à otimização dos serviços e dobrando assim o valor apurado o ano anterior. Portugal era então, escolhido pela sua posição geográfica, pelas suas condições climatéricas e pela acessibilidade dos preços praticados (Cunha, 2001).

Grandes empreendimentos turísticos vão sendo construídos, tal como infraestruturas de apoio à atividade turística, como por exemplo aeroportos, aparecendo nessa altura o aeroporto do Funchal (Madeira) e o de Faro (Algarve), que permitiram o estabelecimento de ligações aéreas com as principais cidades emissoras de turistas.

Contudo, autores como Pina (1988), consideram que esta evolução tão repentina de todas estas infraestruturas, contribuíram mais tarde para um desequilíbrio que se foi tornando cada vez mais evidente com o passar do tempo. Segundo este, o próprio presidente do Conselho, o Professor Doutor Oliveira Salazar em 1965, dizia rezear que os interesses económicos prevalecessem sobre as preocupações ambientais.

Todavia, o número de turistas estrangeiros em 1973, ultrapassava já os quatro milhões, sendo 43% deles vindos do Reino Unido, Estados Unidos, Alemanha, Espanha e França. Estes eram os países mais dinamizadores do turismo em território nacional e tendo em conta que desde essa altura o turismo internacional superou largamente o número de turistas nacionais, na medida que em 1964 os turistas portugueses ocupavam 61% das dormidas, em 1974 viu-se esse número reduzido a apenas 45%.

Assim, em plena ascensão, principalmente com toda esta diligência em divulgar as potencialidades de Portugal ao resto do mundo, despontou uma procura dominante pelas condições próprias do litoral (sol, mar, areia fina e boas condições climatéricas), acontecimento este que contribuiu para a concentração da população nacional nesta área do território e concludentemente para o maior desenvolvimento da mesma. Em contrapartida, provocou o progressivo abandono do turismo do interior, bem como a preservação de valores turísticos associados a esta zona, sendo estes igualmente ricos, como é o caso do termalismo, da cultura, da gastronomia e das paisagens (Pina, 1988; Cunha, 2001, 2006).

c) De 1974 à atualidade

Tal como se verificou até agora, o desenvolvimento do turismo em Portugal, nunca teve uma projeção gradual no seu progresso, e mais uma vez, o que parecia ser a ascensão eminente do setor, sofre uma nova quebra a meados dos anos setenta devido às crises económicas ocorridas na época. Crises estas, muito diretamente ligadas aos cortes do petróleo por parte da Arábia Saudita e que resultaram em graves quebras na produção industrial dos países industrializados, originando desemprego e taxas de inflação. Por outro lado, a própria instabilidade política vivida no país com a Revolução Portuguesa de 1974 e a conseqüente chegada de um grande número de desalojados das ex-colónias que viriam ocupar muitos dos estabelecimentos hoteleiros existentes no continente.

O impacto foi de imediato evidente, em 1974 e no ano seguinte entraram menos 45% de turistas estrangeiros em Portugal e as receitas no setor caíram 18%.

Contudo, a partir de 1976, as economias ocidentais mostram oferecer uma maior resposta face à crise e já no final da década de setenta, registam-se 2,255 milhões de entradas de turistas em território nacional, expondo o reverter dos comportamentos consequentes dos tempos de crise e mostrando-se, este movimento, crescente até 1996. De fato, entre 1980 e 1992, Portugal tem a maior taxa de crescimento turístico relativamente ao resto da europa, sendo as zonas do Algarve e a Região Autónoma da Madeira a recolherem a maior parte das receitas vindas deste setor devido à importância que iam ganhando as praias portuguesas no estrangeiro.

Porém, todo este crescimento desenfreado, trouxe ao país também muitas vulnerabilidades, desde uma grande dependência pelas potências que mais investiam no turismo em Portugal, sobretudo o Reino Unido e Espanha (Figura 1.1), a uma consequência direta proveniente do extraordinário crescimento da procura, que provocou um excesso de oferta, com estabelecimento de infraestruturas inadequadas tal como o desordenado aproveitamento dos espaços (Cunha, 2001, 2006).

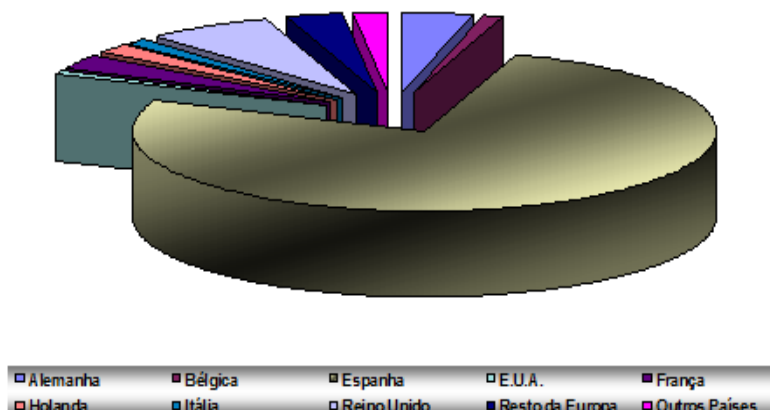


Figura 1.1 - Entradas gerais de visitantes em 1998, segundo o país de nacionalidade.

Fonte: *Estatísticas do Turismo*, 1998.

Para combater estas vulnerabilidades, desenvolveu-se um Plano Nacional de Turismo (PNT) a meados dos anos oitenta, e visava fazer frente aos défices cambiais, às assimetrias no desenvolvimento das regiões que se iam verificando a nível nacional,

melhorar a qualidade de vida dos portugueses assim como a valorização e proteção do património natural e cultural nacional (Cunha, 2001).

O PNT não se destinava apenas à estimulação do turismo para os estrangeiros, correspondendo estes a uma importante percentagem do turismo em Portugal, o plano tentava também promover o turismo a nível interno, direcionado aos próprios portugueses. Para isso, optou-se pela promoção e pela implementação de um serviço de qualidade nos serviços turísticos mais utilizados internamente, evidenciando-se nas estâncias balneares por todo o país, termalismo, *city e short breaks*, *touring* e turismo ativo, turismo religioso (distinguindo-se Fátima), festivais culturais, golfe, estágios desportivos, de negócios e congressos (ICEP, 2005).

Toda esta promoção resultou num crescimento contínuo até 2001. No entanto essa situação reverteu-se até 2006, e segundo os dados da Organização Mundial do Turismo OMT (2006), Portugal foi perdendo quota no mercado mundial, isto porque em 1998, 1,83% dos turistas mundiais tinham Portugal como destino, colocando o país em décimo terceiro país no ranking dos países mais visitados sendo que em 2005, caiu para décimo nono no mesmo ranking com apenas 1,32% de turistas estrangeiros (Figura 1.2).

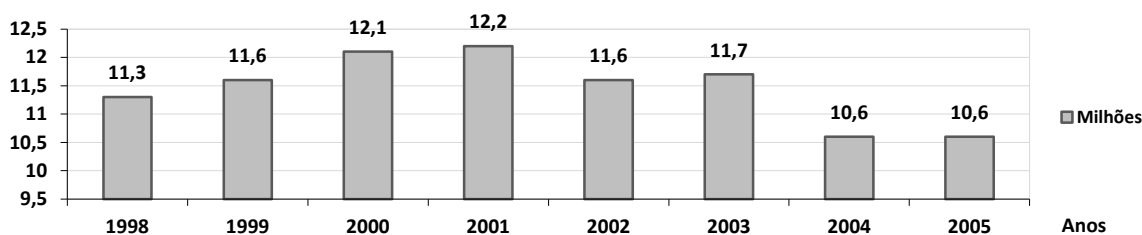


Figura 1.2 - Total de chegadas internacionais em Portugal entre 1988 e 2005.

Fonte: OMT, 2006.

Contudo, e em termos absolutos, registou-se um aumento significativo da receita por turista entre 1998 e 2004 fato a que teve como justificação a importância crescente de região de Lisboa e Vale do Tejo e que foi acompanhado com a tendência mundial onde se regista uma pequena diminuição nos anos 2002 e 2003 (Figura 1.3).

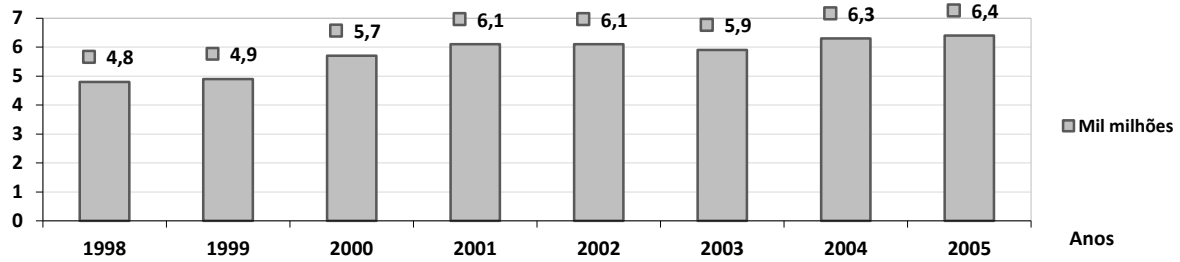


Figura 1.3 - Receitas do Turismo em Portugal entre 1998 e 2005 em mil milhões de euros.

Fonte: OMT, 2006.

A evolução do turismo em Portugal não estava a seguir os contornos previstos segundo o PNT, por isso em 2006, optou-se por uma otimização do mesmo, resultando daí o Plano Estratégico Nacional do Turismo (PENT) para o desenvolvimento sustentável do turismo e que só veio a ser aprovado pelo governo em 2007. Este plano veio servir como referência no ordenamento e qualificação do território, no investimento público e privado, na dinamização das acessibilidades, na qualificação dos recursos humanos, no desenvolvimento dos produtos e serviços, assim como na própria promoção do turismo no país (Bernardo Trindade, 2010).

A realização deste plano, deveu-se à importância que o turismo tem vindo a ganhar no país, sendo considerado como um elemento fundamental na economia deste, contribuindo para a correção de assimetrias e para a criação de emprego, sendo encarado atualmente como um dos principais motores de desenvolvimento regional em Portugal. Com recurso ao PENT, constatou-se um empenho acrescido na dinamização do turismo logo a partir da sua fase estruturação e conseqüentemente, logo em 2006 esse empenho trouxe logo reflexos nos estudos estatísticos realizados no setor.

Mesmo perante este espírito dinamizador promovido pelo PENT, houve fatores externos que apareceram paralelamente à implementação do plano, como é o caso da crise financeira internacional, que apareceu em 2008 e a qual tem prejudicado muito o setor turístico até aos dias de hoje. Essa crise veio interromper mais uma vez a trajetória delineada para o crescimento do turismo em Portugal.

Mesmo assim, numa mesma análise dos pontos já referidos, ou nível do número de chegadas de estrangeiros e do valor das receitas arrecadadas pelo turismo, verifica-se

uma tendência positiva nos dados entre 2007 e 2011, tal como se pode constatar nas figuras 1.4 e 1.5.

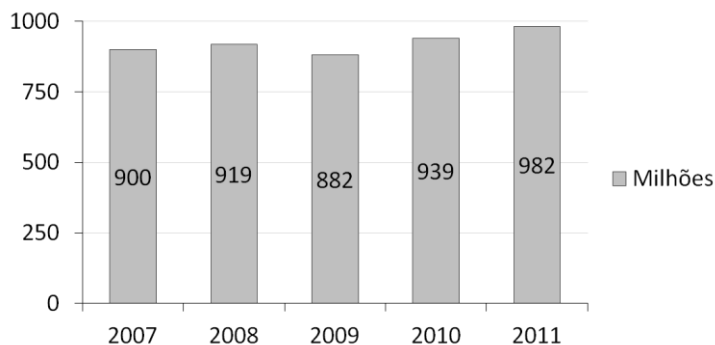


Figura 1.4 - Total de chegadas de turistas internacionais entre 2007 e 2011.

Fonte: UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial - Maio 2012.

Sendo que as chegadas de turistas de todo o mundo ao país atingiram os 982 milhões em 2011, o que representa um incremento de 4,6% face ao ano anterior. E mesmo com um registo de um mais crescimento económico mundial em 2011 face ao ano anterior, as principais economias, apresentaram desempenhos positivos. Mantendo-se assim o setor do turismo na mesma tendência de recuperação que caracterizou o ano 2010.

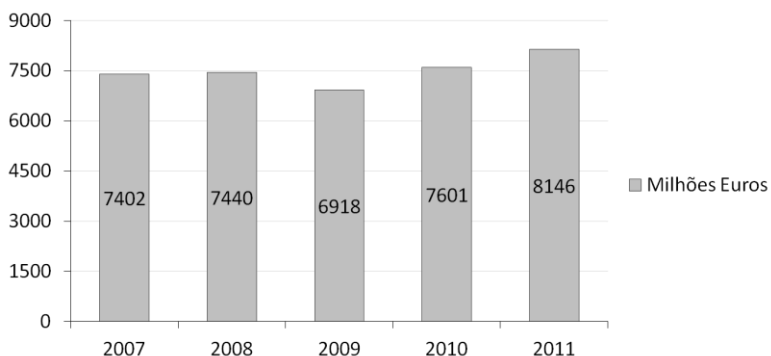


Figura 1.5 - Valor das receitas do turismo entre 2007 e 2011.

Fonte: Banco de Portugal - Maio 2012

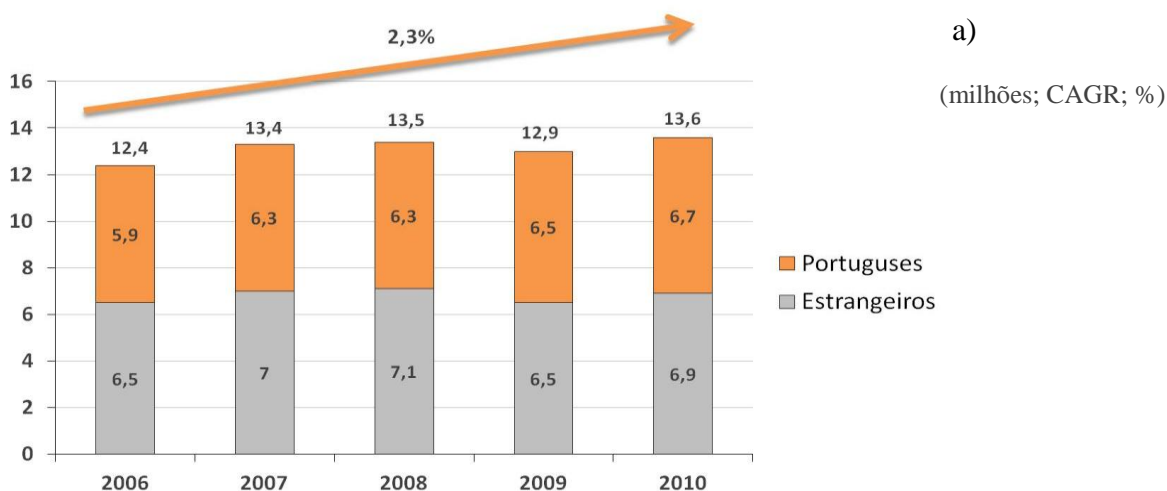
Os dados disponibilizados pelo Banco de Portugal relativos à Balança Turística Portuguesa em 2011 revelam que as receitas obtidas pelo turismo foram de 8 146 milhões de euros, o que corresponde a um aumento 7,2% relativamente ao ano anterior, mantendo portanto uma tendência crescente. Constatou-se também que os principais

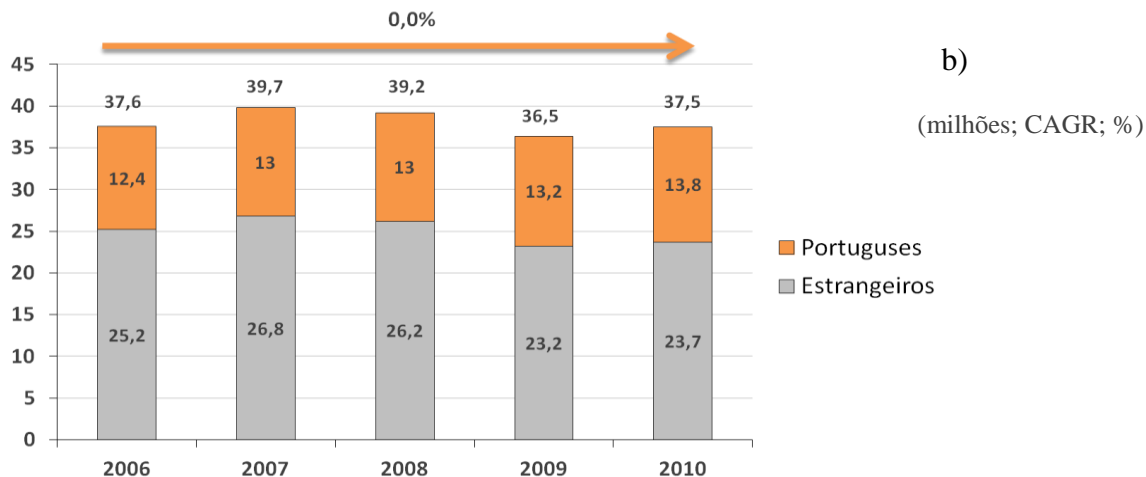
mercados emissores mantiveram-se relativamente a 2010, apresentando posições relativas idênticas, onde liderou o Reino Unido (18%), a França (17,8%), a Espanha (13,8%) e a Alemanha (10%) sendo que só estes países representaram 59,5% do total das receitas de 2011. Sobressaíram ainda os EUA, com acréscimo de receitas turísticas geradas da ordem dos 21% em 2011, relativamente ao ano anterior.

É importante constatar também, que relativamente à figura 1.1, de 1998, o cenário nos dias de hoje se encontra bastante diferente, sendo que na altura, se verificava uma grande entrada de espanhóis no país, sendo que esse numero correspondia quase a $\frac{3}{4}$ do total de estrangeiros que visitavam Portugal, contudo, esta tendência foi mudando, não que venham muito menos espanhóis visitar o país, mas porque Portugal nestes últimos anos tem conseguido chegar a outros mercados, sendo esta, uma consequência positiva do seu esforço.

Perante os dados de 2006 a 2010, verifica-se que Portugal ganhou quota nos mercados emissores (como Espanha, França e Brasil) e conseguiu um bom desempenho ao nível interno. Mesmo assim, e por efeito direto da crise, registou-se desde então uma menor afluência dos mercados do Reino Unido, Alemanha e Irlanda (Turismo de Portugal, 2010).

Segundo estudos realizados pelo Turismo de Portugal (2010), o PENT veio marcar uma nova fase no desenvolvimento do turismo, criando bases para uma estratégia de desenvolvimento do turismo (Figura 1.6).





Figuras 1.6 - Evolução do Turismo em Portugal (2005-2010), a) Hospedes, b) Dormidas.

Fonte: INE, *Turismo de Portugal, análise Roland Berger, 2010*.

Para colmatar os efeitos da crise no setor turístico o PENT, optou por tomar determinadas atitudes com o intuito de salvaguardar o turismo nacional de forma a que este pudesse continuar a dar frutos e a ser um dos principais veículos da economia do país. Para isso, segundo o Instituto do Turismo de Portugal, o PENT planeou:

- Dar maior importância a mercados que se mostrassem mais lucrativos como o caso de Espanha e Brasil;
- Investir no desenvolvimento sustentável do turismo lançando políticas de desenvolvimento equilibradas;
- Potencializar a capacidade de venda das empresas do sector, diminuindo a dependência de operadores turísticos independentes;
- Optar pela promoção e distribuição *online* juntando a vertente promocional à comercial;
- Reforçar a qualidade e diversidade dos produtos;
- Passar mais responsabilidades às entidades regionais de turismo na produção de um produto turístico integrado e multifacetado.

Estas medidas foram implementadas, e de fato revelaram-se produtoras, ficando marcadas pela consolidação de novas tendências estruturais, assim como pela evolução tecnológica, que aparece como uma realidade incontornável e que deve ser tida em conta nos serviços turísticos. Quando se fala em evolução tecnológica, pretende-se

também referir à afirmação definitiva da internet como meio de promoção, pesquisa e transação.

Neste sentido, os próprios agentes do setor ressaltam o papel da internet como meio de promoção e como ferramenta de aumento do grau de autonomia do consumidor no processo de compra e de informação sobre o destino. Sendo que para além dos *websites* desenvolvidos pelos próprios agentes intervenientes do turismo e pelas entidades responsáveis pela promoção dos serviços, as redes sociais têm-se destacado enquanto meio de divulgação e troca de experiências e recomendações entre turistas. Adicionalmente, existem também os *websites* de reserva *online* de hotéis, programas e atividades que têm progressivamente vindo a ganhar peso na distribuição dos produtos turísticos, dando mais autonomia ao consumidor, tomando este o papel de seu próprio agente turístico.

Esta nova tendência estrutural, tem tido um forte impacto nas práticas turísticas, fazendo com que os agentes do setor se tenham de adaptar a esta nova realidade, passando a prestar o papel de distribuidores diretos perante o cliente. Todo este sistema, proporciona também a fácil comparação das ofertas e dos níveis de satisfação dos consumidores, aumentando a competitividade dos destinos e serviços.

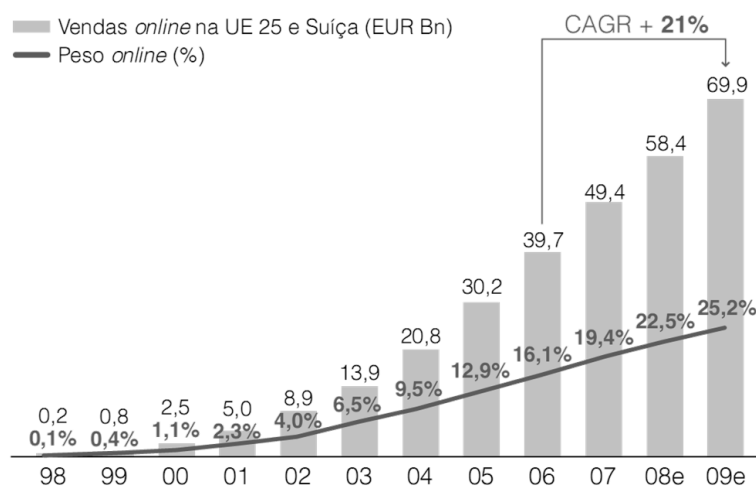


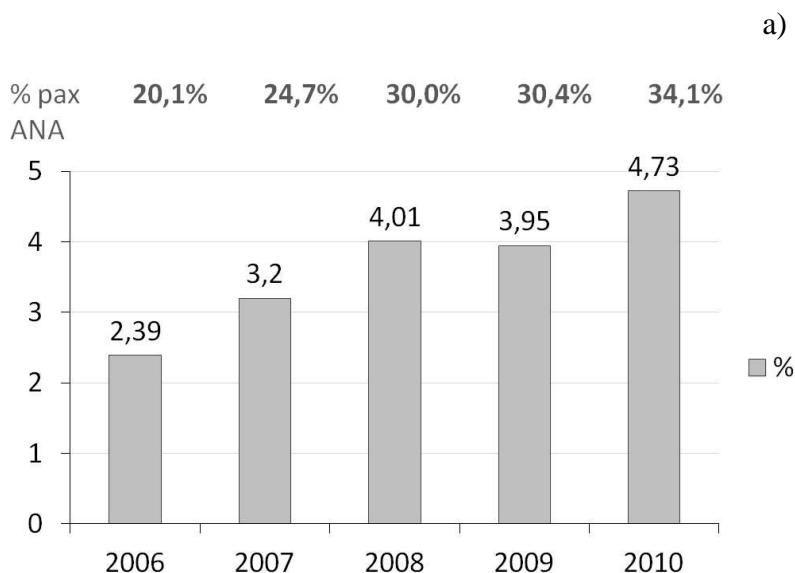
Figura 1.7 - Progresso nas vendas *online* no turismo.

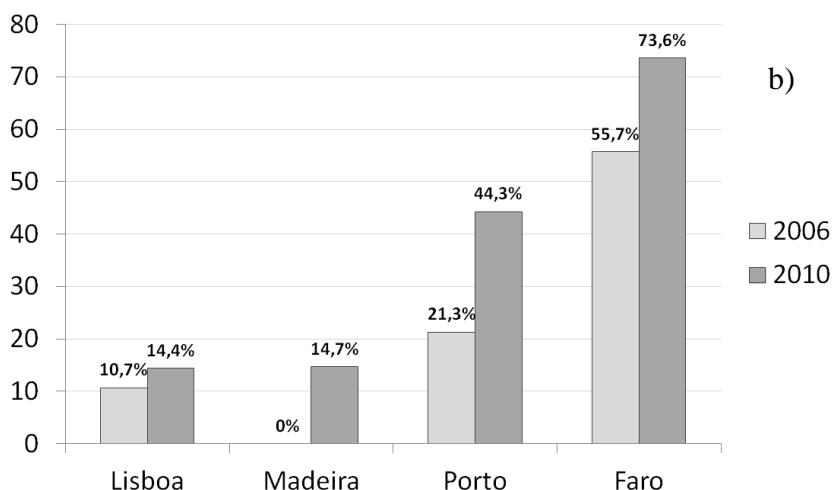
Fonte: INE, *Turismo de Portugal, análise Roland Berger, 2010*.

Analisando a figura 1.7, pode-se observar a ascensão das vendas *online* de produtos turísticos, desde 1998 a 2009, sendo que de 2006 a 2009, se registou um aumento significativo de 21%.

Também devido ao avanço tecnológico, apareceram novos serviços que não se encontravam no passado, como é o caso do desenvolvimento das companhias *low cost* e dos consequentes efeitos que estas produziram no turismo, sobretudo ao nível da potencialização dos *short breaks*, que ao facilitarem a ligação dos principais aeroportos europeus a Portugal e com a sua principal característica de preços baixos, estes voos aparecem como uma nova linha de mercado, que estimula o crescimento das viagens de curta duração, resultando numa média de estadia mais reduzida mas, por outro lado, facilita também a possibilidade de repetição aos destinos considerados mais marcantes.

Estas companhias aéreas registaram, no período de 2006 a 2010, fortes crescimentos em passageiros e capacidade, tal fato é perceptível na figura 1.8 a). O tráfego das companhias aéreas de *low cost* representa 34% do total de passageiros transportados de e para Portugal. Estas companhias tiveram uma contribuição significativa no aumento dos fluxos turísticos principalmente para as regiões do Algarve, do Porto e Norte (figura 1.8 b)).





Figuras 1.8 - a) Evolução do tráfego das companhias aéreas *low cost* nos aeroportos ANA; b) peso *low cost* nos passageiros transportados, relativo somente a passageiros desembarcados.

Fonte: ANA, análise Roland Berger, 2010.

Por fim tem-se o próprio indivíduo, o turista, que devido à abertura de mentalidades e ao desenvolvimento tecnológico, se revela progressivamente mais exigente nos serviços recebidos. Isto relativamente ao preço pago e à variedade e qualidade das experiências (tabela 1.1).

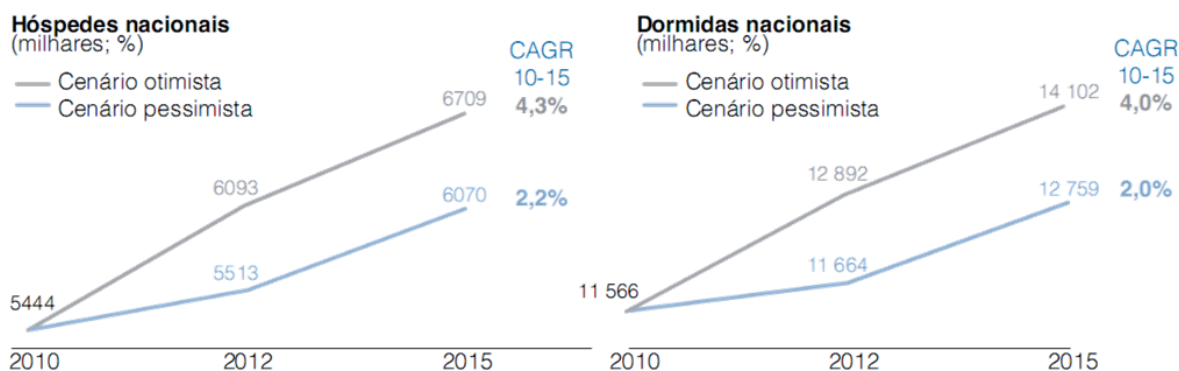
Tabela 1.1 - Principais tendências estruturais do setor (padrão da procura).

Fonte: Turismo de Portugal, 2010.

Tendência	Descrição
Cliente no lugar do condutor	Com clientes mais informados, devido à maior liberdade de escolha e transparência na oferta, assim como a importância da qualidade e serviço personalizado (<i>brand loyalty</i>).
Value for money	Rentabilização nos gastos em viagens, mas sem que para isso se abdique dos destinos ou serviços com a qualidade pretendida, geralmente resultando em viagens de curta duração e na busca de oportunidades <i>last minute</i> .
Diversificação e especialização	Consumidores com motivações diversificadas, que procuram ofertas personalizadas, o que conduz a novos segmentos de mercado.
Enfoque na experiência	Privilegio sobre a experiência face ao destino, valorizando-se a criatividade e o dinamismo junto ao destino pretendido.

Alterações demográficas e individualização	Face ao envelhecimento da população, os <i>over 50s</i> revelam-se uma fatia significativa no mercado turístico, de tal modo que este escalão tem ganho uma mais jovem forma de agir abrindo-se à variedade e à mudança. Também se tem verificado um aumento significativo <i>singletons</i> devido à crescente individualização de sociedade.
Turismo sustentável	Maior consciência ambiental e cultural dos viajantes, acompanhada de um maior interesse na interação e no dinamismo face às culturas locais para benefícios sustentáveis.

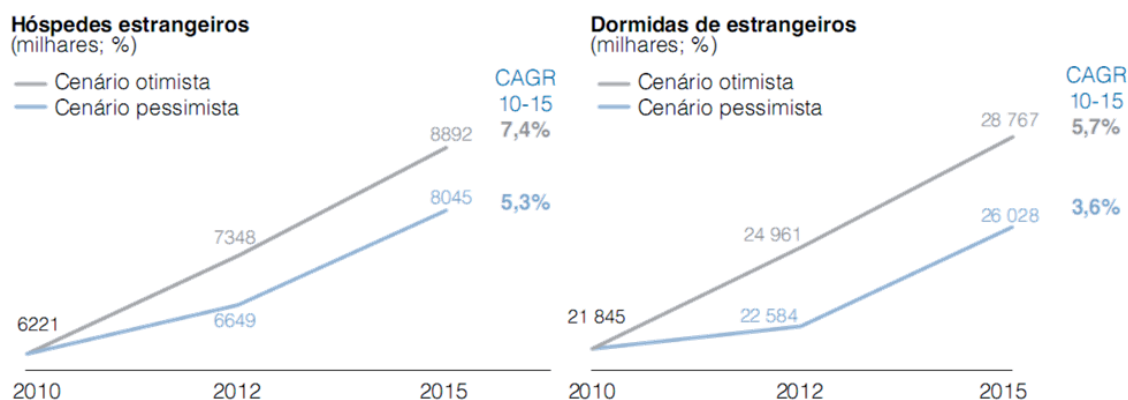
Todo este esforço no acompanhamento evolutivo das sociedades, assim como no desenvolvimento da qualidade dos serviços e destinos turísticos em Portugal, teve resultados positivos até aos dias de hoje sendo um grande atenuador dos maléficos efeitos da crise económica internacional que continua a ser uma preocupação nos mercados atuais. Face a este comportamento, estima-se que até 2015, esta tendência positiva se mantenha pretendendo-se assim reforçar o modelo de evolução da procura externa comparativamente à procura interna, valorizando a vocação exportadora da atividade do setor turístico.



Figuras 1.9 e 1.10 - Objetivos de hóspedes e dormidas de turistas ao nível interno (inclui apenas turistas alojados em hotéis, hotéis-apartamento, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos e pousadas).

Fonte: Turismo de Portugal, 2010.

Com os valores constatados nas figuras 1.9 e 1.10, prevê-se que o crescimento dos hóspedes nacionais deverá enquadrar-se entre os 2,2% e os 4,3% anuais. Já no caso das dormidas, prevê-se um crescimento relativamente mais lento.



Figuras 1.11 e 1.12 - Objetivos de hóspedes e dormidas de turistas ao nível externo (inclui apenas turistas alojados em hotéis, hotéis-apartamento, apartamentos turísticos, aldeamentos turísticos e pousadas).

Fonte: *Turismo de Portugal, 2010.*

Face à análise das figuras 1.11 e 1.12, depreende-se a intenção de crescimento do mercado externo relativamente ao nacional, tentando assim a recuperação dos valores perdidos devido à crise financeira através da promoção e das ligações aéreas dos principais mercados emissores. Deste modo, prevê-se que em 2015 o número de hóspedes estrangeiros possa alcançar os 8,9 milhões numa perspetiva otimista no caso das dormidas, estimam-se valores entre 26 e 28,7 milhões.

1.1.3 Portugal e o resto do Mundo no turismo

O crescimento da economia mundial abrandou em 2011 relativamente a 2010 acompanhando a evolução do PIB das principais potências económicas, com destaque para o Japão, cuja economia se ressentiu fortemente dos efeitos do terramoto de Março de 2011. Comparando várias zonas do globo, a UE registou o menor abrandamento entre 2010 e 2011 (INE, 2012). Como consequência, a economia mundial teve efeitos no turismo, sendo que a estimativa da OMT aponta para um ténue crescimento mundial das receitas turísticas em 2011, de 3,8%. Ainda que a retoma económica seja heterogénea, um pouco por todo o globo, as receitas do turismo mantiveram um desempenho favorável à exceção do Norte de África e Médio Oriente, aumentando proporcionalmente o valor das chegadas de turistas.

Em 2011 as receitas continuaram a recuperar das quebras ocorridas em 2009. A Europa registou a maior percentagem (45%) das receitas turísticas mundiais, tendo crescido 5,2%, só sendo superada pela América (+5,7%). Registou-se também na UE um maior número de chegadas, tendo recebido mais de 500 milhões de turistas, evidenciando um crescimento assinalável (+6,1%), sendo que 46% das chegadas totais foram registadas nas sub-regiões consideradas Sul da Europa e Mediterrâneo, a Europa Ocidental e o Nordeste Asiático, enquanto que na América o número de chegadas aumentou apenas 4,2%.

De acordo com os dados da OMT, expostos na figura 1.13, as chegadas de turistas a nível mundial atingiram os 982 milhões em 2011, o que representa um melhoramento de 4,6% face ao ano anterior. Mesmo com o menor crescimento da economia mundial relativamente ao ano anterior, o desempenho positivo das principais economias, à exceção do Japão, fez com que o setor turístico mantivesse em 2011 a tendência de recuperação. Constatando-se que as chegadas de turistas cresceram 4,3% nas economias emergentes e 4,8% nas economias desenvolvidas.

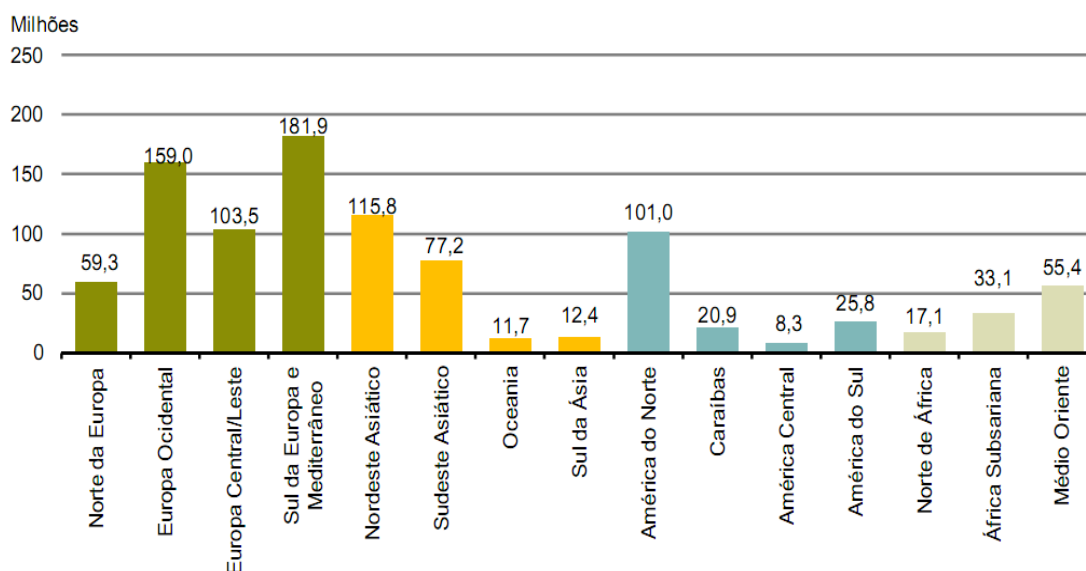


Figura 1.13 - Principais destinos dos turistas internacionais, por (sub)região de destino 2011.

Fonte: UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial, Maio 2012.

Quanto aos rankings dos países devido à entrada de turistas, receitas e despesas de turismo foram idênticos aos de 2010, com apenas algumas variações, por exemplo, nas entradas de turistas, a França, os EUA e a China mantiveram-se predominantes. As receitas turísticas foram lideradas pelos EUA, Espanha e França, não havendo alterações

em termos de posições relativas. No que se refere às despesas, a Alemanha, os EUA e a China são os países cujos residentes mais gastaram em turismo internacional segundo se consta na tabela 1.2.

Tabela 1.2 - Rankings dos principais indicadores de turismo, 2011.

Fonte: UNWTO - Barómetro do Turismo Mundial, Maio 2012.

Posição	Entradas de turistas internacionais	Receitas do turismo internacional	Despesas em turismo internacional
1º	França	Estados Unidos da América	Alemanha
2º	Estados Unidos da América	Espanha	Estados Unidos da América
3º	China	França	China
4º	Espanha	China	Reino Unido
5º	Itália	Itália	França
6º	Turquia	Alemanha	Canadá
7º	Reino Unido	Reino Unido	Federação Russa
8º	Alemanha	Austrália	Itália
9º	Malásia	Macau (China)	Japão
10º	México	Hong Kong (China)	Austrália
...
	Portugal (35º)	Portugal (25º)	Portugal (43º)

Em todos os países do ranking, exceto o caso da China, todas as receitas turísticas cresceram em 2011 face a 2010. Quanto às despesas, a evolução não foi uniforme. Na China os gastos turísticos têm vindo a revelar um crescimento mais rápido de ano para ano, assim como França, Alemanha e Itália, relativamente aos dados de 2010. Noutros mercados emissores como o Reino Unido ou os EUA, as despesas diminuíram em 2011.

1.1.4 Saldo da balança turística dos países da UE

Os dados divulgados pelo EUROSTAT, relativamente à UE, revelam uma melhoria na balança turística, isto é, a diferença entre despesas e receitas turísticas manteve-se favorável e passou de 4,7 mil milhões de euros para 19,2 mil milhões, onde Espanha,

Itália e França lideraram as receitas. A Alemanha, o Reino Unido e a Bélgica foram, em 2011, os países que revelaram saldos da balança turística mais desfavoráveis relativamente a 2010 (figura 1.14). No caso de Portugal, este manteve-se na sexta posição em termos do saldo da balança turística, com um total de 5,2 mil milhões de euros em 2011, mais 13% relativamente ao ano anterior. Sendo que do lado da oferta, destacaram-se os resultados das dormidas (+5,5%), dos proveitos totais (+5,4%) e de aposento (+6,7%). Do lado da procura, o número de dormidas dos residentes em Portugal manteve-se estável face ao ano anterior (68,3 milhões), embora a população residente em Portugal tenha efetuado em 2011 menos 1,2% de viagens turísticas do que em 2010.

Ainda assim com o recuo do PIB de 0,96%, depois de se ter verificado aumento de 2,47% no ano anterior, a taxa de inflação passou assim de 1,4% em 2010 para 3,7% em 2011, fator que provocou o decréscimo nos indicadores de confiança de consumidores e empresas.

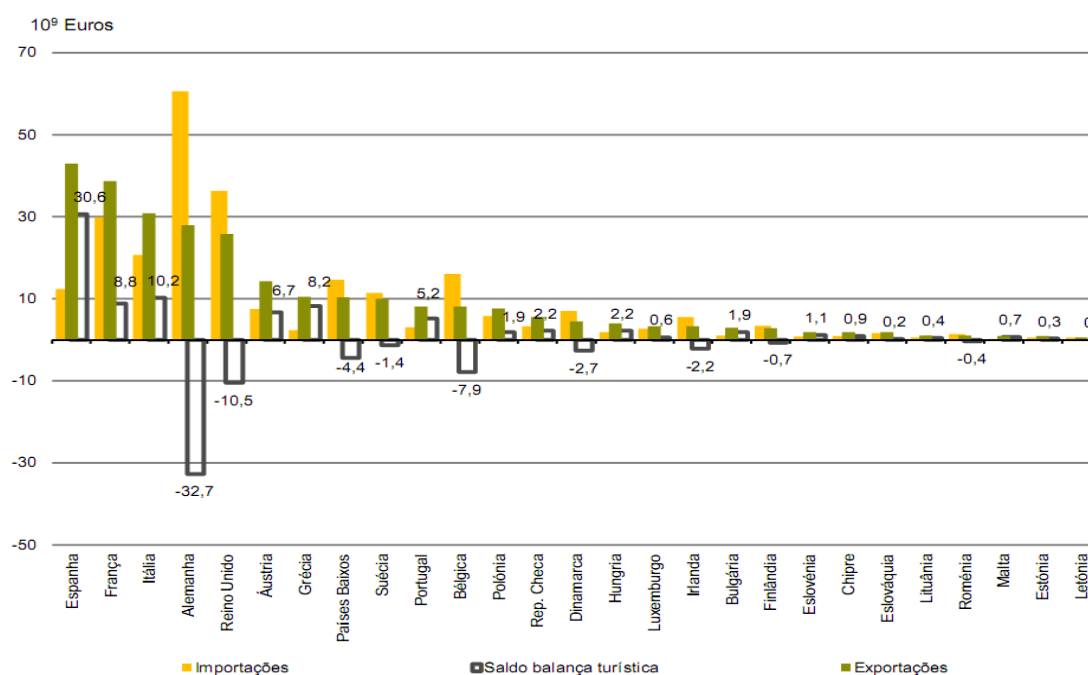


Figura 1.14 - Balança turística dos países da União Europeia, 2011.

Fonte: EUROSTAT, 2011.

1.2 Conceitos gerais do turismo

1.2.1 Definição de turismo

Ao longo dos tempos, o turismo tem sido abordado das mais diversas formas, isso devido ao seu caráter multifacetado e multidisciplinar, segundo Smith (1990) a variedade na definição de turismo, deve-se ao fato de os investigadores o definirem de acordo com a própria formação académica e perspetiva pessoal. Dessa forma, existem estudos nas definições de turismo na vertente da economia, da sociologia, de geografia, bem como fonte de recurso a análises interdisciplinares e sistémicas.

Perante esta complexidade e multiplicidade, Cala, Urbano e Fernández (2006) consideram que os fenómenos e relações, surgem a partir da existência de um elemento dinâmico, que é a viagem, e de um elemento estático, que é a estadia, evidenciando a partir daí as especificidades do turismo.

Cunha (2006) acrescenta também outras particularidades do turismo, a da ótica da procura e da oferta, juntando a esta a ausência de relações duradouras entre os visitantes e os locais visitados. Sendo que por outro lado, o turismo, propicia a geração de novas atividades (exigidas pelos residentes) e que são relativas ao próprio destino (mar, montanha, neve, monumentos).

Face uma análise de várias definições de turismo, e tendo em conta que a concetualização do turismo dificilmente se encontrará restrita a uma única definição, sendo que estará sempre subordinada à observação de várias ciências (exatas, humanas e sociais), retira-se daí que o turismo:

- Compreende qualquer atividade ou produto consumido por uma pessoa que esteja deslocada do seu ambiente natural;
- Não resulta da oferta mas sim da procura, sendo que um serviço se considera turístico se for usado por um visitante e não em função da sua natureza concreta;
- É composto por movimentos turísticos, e que nem todas as pessoas que viajam são visitantes;

- Está diretamente ligado ao conceito de “ambiente habitual”, que num modo genérico corresponde ao lugar geográfico de vida e de trabalho (ou escola) das pessoas;
- É subjacente ao conceito de visitante, sendo que para que haja uma deslocação turística, não é necessário que o visitante pernoite no local visitado considerando a distinção entre visitante turista e excursionista.

De um modo geral, a OMT em colaboração com a ONU, recomendam que a definição de turismo, como forma de uniformizar os critérios e permitir uma comparação de dados estatísticos entre os diferentes países, seja “um conjunto de atividades que os indivíduos realizam durante as suas viagens e permanência em lugares distintos dos que vivem, por um período de tempo inferior a um ano consecutivo, com fins de lazer, negócios e outros.”.

Num processo de aperfeiçoamento dos conceitos técnicos do turismo, em Fevereiro de 2008, na 39ª Reunião da Comissão Estatística da ONU, foram revistos alguns aspetos relacionados com o turismo, como é o caso de algumas nomenclaturas e conceitos que careciam de uma harmonização ao nível a sua definição universal.

Face a essas novas diretivas, destacam-se algumas definições que otimizam o conceito “turismo”. Por exemplo, este aparece relativo à atividade dos visitantes, como um subconjunto do ato de viajar, sendo que essa distinção já existia, contudo, agora assume um carácter mais evidente, discriminando-se os conceitos de viagem e visita. Sendo que uma viagem considera a deslocação de um viajante para um destino diferente daquele que é o seu ambiente habitual, por um período inferior a um ano e por qualquer motivação, exceto a de possuir um emprego remunerado nesse local de visita. Uma visita turística refere-se, no entanto, a uma estadia num lugar visitado durante uma viagem turística. Esta definição de viagem, distingue três categorias:

- *Inbound* - relativo às deslocações de um visitante para um país que não é o da sua residência habitual;
- *Outbound* - referente às deslocações de um visitante fora do seu lugar de residência habitual, tendo como destino principal um local fora do seu país de residência;

- Domésticas - perante deslocções para fora do local de residência e tendo como destino principal, um local dentro do próprio país de residência.

1.2.2 Tipos de turismo

O turismo assume muitas vezes o nome do motivo de viagem, sendo que os motivos que levam à viagem podem ser variados, chegando até a ser mais que um (Tabela 1.3). Assim, relativamente aos motivos, é importante destacar: o recreio/lazer/férias; o visitar familiares e amigos; e a deslocção por motivos profissionais e de negócios, visto que são os motivos que ocupam os principais lugares de destaque a nível mundial e ao nível de Portugal, no que motiva a deslocção dos viajantes.

Tabela 1.3 - Fatores que motivaram as viagens a partir da década de 50.

Fonte: *Foster, 1992.*

Fator	Descrição
Recreação/ prazer	Descanso - como fuga à rotina diária; Para um tempo agradável; Experiências de aventura ou românticas.
Cultural/ educativo	Conhecimento de novos povos e culturas; Locais de interesse especial - museus, galerias de arte, etc; Acontecimentos atuais; Locais de acontecimentos especiais - concertos, exposições, etc; Passatempos favoritos e outros interesses pessoais.
Étnico	Visita de países de origem da família ou da própria cultura; Visita a lugares já visitados por parentes e amigos; Culturas/ costumes invulgares ou bizarros em regiões remotas.
Diversos	Acontecimentos desportivos; Mudança de tempo ou de clima; Aventura Sociológicos - conhecer outras partes do mundo; Viagens de negócios/ conferências /congressos.

Geograficamente, o turismo dilui-se por vastos espaços da beira-mar, montanha e campo, na medida em que, devido ao grande campo de abrangência, se acentuou a instabilidade dos turistas. Manter essa diversidade é também uma questão importante na prossecução da atividade turística, sendo necessária uma preocupação acrescida quanto à preservação dos recursos paisagísticos, culturais, históricos e outros, face à crescente procura turística, bem como a consolidação da chamada regionalização turística.

Portugal, torna-se portanto um país com características propícias ao turismo, onde seu clima de verões quentes e secos e invernos frios e húmidos, para além de ser um país desenvolvido e com um grande contraste entre montanha e planície, litoral e interior, permite variados tipos de turismo, durante todo o ano. E não é só o continente que se revela favorável à prática do turismo, as ilhas são também muito requisitadas a esse nível, tanto por estrangeiros, como por nacionais, tornando assim o território, quase em absoluto, convidativo ao turismo. Portugal é deste modo reconhecido como um dos principais destinos turísticos mundiais, sendo que em Maio de 2012, se encontrava na posição 35, no ranking mundial de entrada de turistas internacionais no país (UNWTO, 2012).

Na tabela 1.4, pode-se verificar os tipos de turismo conhecidos em Portugal.

Tabela 1.4 - Descrição dos tipos de turismo

Designação	Descrição
Turismo de recreio	Aquele que oferece um maior conjunto de motivos para viajar, devido ao extenso leque de produtos de recreio, como o repouso e gastronomia.
Turismo cultural	Com um grau de exigência mais elevado, é relativo aos centros de cultura ou a lugares onde se exercem grandes manifestações culturais.
Turismo étnico	Viagens realizadas por visitantes no estrangeiro ou no país de origem, para observar culturas e costumes invulgares.
Turismo desportivo	Viagens diretamente relacionadas com práticas desportivas, tanto para a prática, como para se assistirem eventos desportivos.
Turismo de saúde/ repouso	Relacionado com a saúde e bem-estar, procura locais importantes no campo da medicina e ambientes calmos, como é o caso das estâncias termais, balneares e lares de convalescença.

Turismo de negócios	Associado a reuniões, convenções, seminários, conferências, congressos, feiras e exposições, missões, vendas, marketing e serviços de pesquisa, ensino, consultoria, cursos profissionais que as empresas necessitem realizar para fins de potencialização das mesmas.
Turismo político	Semelhante ao turismo de negócios, mas com um grau mais elevado na organização, devido ao protocolo de segurança exigido nesta área, como exemplo disso têm-se as cimeiras entre os diferentes países.
Turismo religioso	Para garantir a assistência em eventos religiosos e a peregrinações a locais de culto.

1.2.3 Definição de turista

Utiliza-se o termo turista para simbolizar o grupo de praticantes da atividade turística (Leiper, 1993), esta definição torna-se uma abordagem tão simplista como se constatasse somente que os turistas são os praticantes do turismo. Contudo não é possível reduzir-se esta definição a este ponto, isso porque é considerado um assunto gerador de bastante controvérsia, devido à pluralidade de sentidos que este termo pode tomar.

Perante essa multiplicidade de definições, Smith (1990), tenta estabelecer um padrão, separando o variado leque de definições de turismo em três grupos: definições populares, heurísticas e técnicas. Segundo ele, as definições populares são características pela sua subjetividade e imprecisão, algo que não satisfaz a exigência acadêmica, o que implica que se recorra a outro tipo de definições, as heurísticas, que podem variar de acordo com a intenção da pesquisa. Contudo, nenhuma delas deve ser utilizada em estudos formais que recorrem a análises estatísticas. Assim considera-se a definição técnica mais adequada, sendo que a primeira definição técnica de turista foi dada pela Liga das Nações Unidas (LNU), em 1937, e dizia que turista era aquele que viajava por um período superior a 24 horas num país que não seja o da sua residência habitual (Holloway, 1995). Esta definição, desde cedo se mostrou inefetiva, não contemplando uma série de características que o turista deveria suportar, dessa forma, se foi tentando otimizar a definição.

Em 1963, numa conferência da ONU sobre o turismo e as viagens internacionais, concluiu-se que para uma melhor definição do termo, seria melhor a distinção dos termos: visitante, turista e excursionista.

- **Visitante** - toda aquela pessoa que se deslocasse a um país diferente daquele onde tem a sua residência habitual, considerando que não exerça aí uma profissão remunerada;
- **Turistas** - visitantes temporários, que se desloquem por períodos nunca inferiores a 24 horas e que a visita seja resultado das seguintes motivações: férias, negócios, estudos, conferências e congressos, visitas a pessoas conhecidas, religião e desporto;
- **Excursionistas** - visitantes temporários que permaneçam menos de 24 horas no país visitado, logo que não pernoitem nesse mesmo país.

Contudo uma vez mais, esta definição não se revelou suficiente, sendo que apenas se aplicava ao turismo internacional, face a esta parcialidade, a OMT em 1983, elabora a definição de turista ao nível nacional e ao nível internacional.

Segundo esta, um visitante internacional, é caracterizado como alguém que viaja para um país diferente do seu país de residência habitual, num período nunca superior a doze meses e cujo motivo não seja exercer a sua atividade profissional remunerada o que pressupõe a exclusão dos trabalhadores fronteiriços e dos imigrantes temporários ou permanentes, bem como dos passageiros em trânsito, dos refugiados, dos membros das forças armadas e dos membros do corpo diplomático. Já no caso do visitante doméstico, este viaja dentro do país da sua área habitual de residência. Desta forma, nos dois casos, a definição correta a utilizar é “turista” sempre que o visitante pernoite no local de visita e excursionista se o visitante não recorrer aos serviços de hospedagem no local visitado (figura 1.15).

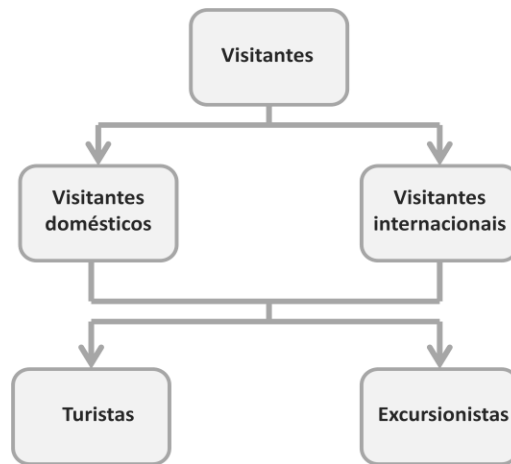


Figura 1.15 - Classificação dos viajantes de acordo com o país de origem.

Fonte: OMT (1995).

Após todos os esforços desenvolvidos, principalmente pelas Nações Unidas e pela OMT, pode afirmar-se que atualmente existe um quadro concetual que permite uma visualização completa dos praticantes de turismo, como se pode observar na figura 1.16.

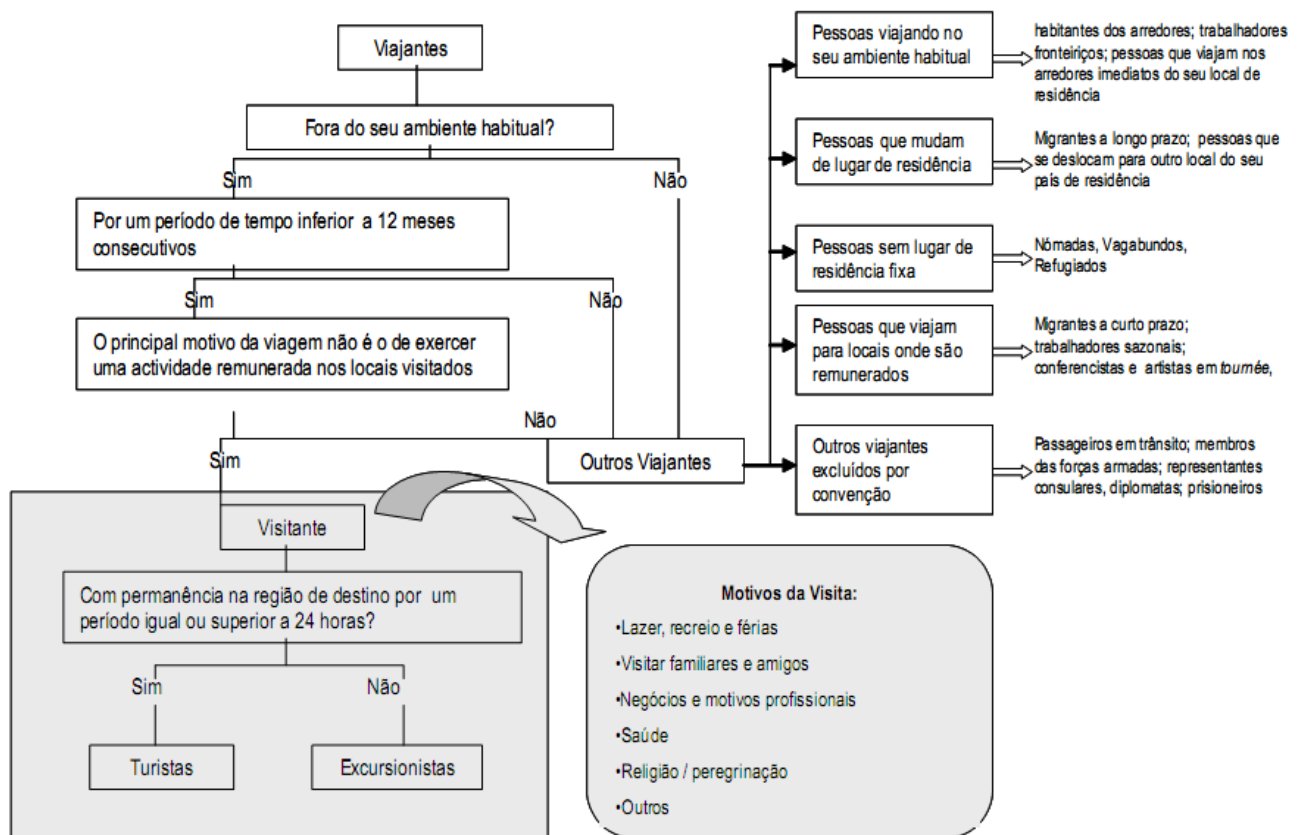


Figura 1.16 - Classificação dos viajantes

Fonte: OMT (1995).

A partir deste esquema, pode concluir-se, que existe uma distinção ente visitante e viajantes, visto que todo o visitante é considerado viajante, contudo nem todo o viajante é considerado visitante se o mesmo não permanecer na região de destino por um período igual ou superior a vinte e quatro horas e não recorrer ao serviço de alojamento.

1.2.4 Análise sistémica de turismo

A complexidade do turismo foi também investigada por Hunt e Layne (1991), que num estudo feito sobre as terminologias e definições do turismo, nos últimos quarenta anos, concluíram que a abordagem sistémica sobre o assunto seria a que melhor explicaria o conceito de turismo. Eles focaram a sua conclusão nos estudos de vários autores que defendiam a sua perspetiva onde o turismo se apresentava como um sistema, segundo uma definição mais simplista, esse sistema seria um conjunto de entidades, elementos e variáveis, com características próprias que resultam em relações estabelecidas entre diversas partes e que na relação destas com outros sistemas se retira uma estrutura única (Page, 2002; Law, 2003; Weaver e Lawton, 2006).

Vários modelos de sistemas têm sido utilizados nos estudos de turismo de acordo com as áreas que se pretendem estudar, uma das mais simples, é proposta por Leiper (1979) que recorrendo à clareza e simplicidade abordou a interdisciplina deste fenómeno através da demonstração de que todos os elementos estão relacionados entre si e também com o ambiente externo. O autor propõe um modelo que se revela útil para identificar os fluxos entre regiões diferentes. Segundo a figura 1.17, percebe-se que o turismo, visto nesta perspetiva, se comporta como um sistema constituído por três pontos fundamentais: os turistas, caracterizando a procura; a indústria do turismo, representando a oferta; e um elemento geográfico, composto por região de origem, de trânsito e de destino. O autor considera também o meio envolvente que se insere num ambiente humano, sociocultural económico, tecnológico, físico e político.

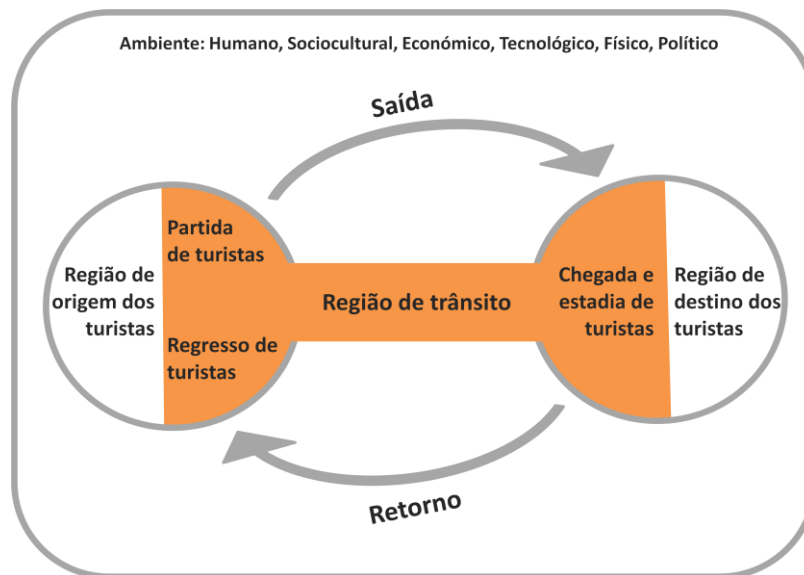


Figura 1.17 - Análise sistémica na procura da definição de turismo

Fonte: Leiper (1990, 2004)

Segundo a análise deste sistema, não se verifica só um fluxo de turistas mas também as várias alterações nas diferentes áreas, como por exemplo a abertura e o fecho de novas unidades hoteleiras na região de destino. Sendo que cada parte do sistema é ela própria um sistema ou um conjunto de sistemas integrados entre si (Cooper et al, 2005; Weaver e Lawton, 2006).

Com base nesta abordagem, numa análise mais específica de cada parte constituinte do sistema, observou-se que a maioria das questões se encontra do lado da procura. No entanto, devido aos esforços desenvolvidos por instituições como a OMT, pela UE e pela OCDE, foi possível a criação de um quadro conceptual e técnico que permite a análise do turismo do lado da procura. Esse quadro permite a delimitação objetiva dos praticantes de turismo, que de acordo com a duração da estadia no local visitado, podem ser categorizados em excursionistas e turistas, segundo conceito da procura turística. Para delimitar de modo adequado a oferta turística foi necessário definir-se o tipo de bens e serviços considerados turísticos e as atividades económicas que fornecem esse tipo de bens e serviços, sendo para isso necessário recorrer-se à classificação sugerida pela OMT, no âmbito da Conta Satélite do Turismo, dos bens e serviços consumidos pelos visitantes e das atividades económicas que fornecem.

Existem também outros modelos que consideram questões da oferta e da procura: oferta de recursos para o turismo, organizações/indústria que os explora e transforma num produto para um ou mais mercados, onde a importância da experiência turística, será o produto da indústria de turismo, produto que possui características especiais que o distinguem dos demais produtos, nomeadamente o fato de só ser consumido no local onde é criado, desta forma tem de ser o consumidor a vir ao encontro do produto e não o contrário (Murphy, 1985; Hall, 2000; Gunn, 2002; Stynes, 2004).

1.2.5 Conta satélite do turismo

O aparecimento da Conta Satélite confere à década de oitenta, quando a OMT em cooperação com a Divisão de Estatísticas da Organização das Nações Unidas, desenvolveu os seus primeiros trabalhos de investigação, com o objetivo de propor alterações nas definições e classificações utilizadas nos estudos do Turismo, de modo a torná-las compatíveis e coerentes com outros sistemas estatísticos nacionais e internacionais.

O aparecimento da CST surgiu como resposta à importância que o Turismo foi ganhando no sistema económico dos países, onde a relação deste setor com uma grande variedade de atividades económicas tem contribuído para o crescente interesse em medir a contribuição do turismo para a economia. Dessa forma, inúmeros países e organizações internacionais envolveram-se no desenvolvimento de conceitos, base de dados e técnicas para tornar possível a quantificação económica do setor turístico (OMT et al, 2008).

A Conta Satélite trata-se portanto, de uma ferramenta que permite focar a atenção em determinada área ou campo da vida económica e/ou social, na economia de cada país (OECD, 2000). Segundo o SCN (2008), uma das características das contas satélites é o fato desta se apresentar dividida em partes, reorganizando a informação de tal forma, que uma área de interesse específica pode ser destacada, sem sobrecarregar o Sistema de Contas Nacionais. Além disso, permite uma maior flexibilidade, podendo serem desenvolvidas várias contas satélites em simultâneo, independentemente do tipo de conta, assim como a experimentação de novos conceitos e metodologias.

As contas satélites são importantes para a análise económica de um país, neste caso, particulariza-se o setor do turismo, cuja sua importância económica conduziu ao desenvolvimento da chamada Conta Satélite do Turismo. Sendo esta relativa a uma

ferramenta conceitual que oferece a possibilidade de calcular, medir e organizar informação acerca dos efeitos provenientes das atividades económicas que integram a indústria turística de um país ou região (Couto, 2011).

De forma mais específica, a CST baseia-se na análise de todos os aspetos da procura de bens e serviços associados à atividade dos visitantes, à observação da interface operacional com o fornecimento desses bens e serviços na economia, assim como a descrição de como a oferta desses bens e serviços interage com outras atividades económicas (OMT et al, 2008). Sendo que o turismo se trata de um ramo com uma grande diversidade de produtores criando uma grande transversalidade, onde o turismo pode tomar diferentes ramos das atividades económicas existentes num país. Isto provoca uma maior necessidade na existência da CST, na medida em que permite descrever e calcular a magnitude do turismo como atividade económica, tornando-a comparável e consistente com os restantes ramos de atividade.

Para isso, os países são incentivados a desenvolver a sua própria Conta Satélite do Turismo, baseadas nos princípios estabelecidos na tabela 1.5.

Tabela 1.5 - Características adjacentes à Conta Satélite de Turismo.

Fonte: OMT et al (2008).

Caraterísticas da conta Satélite do Turismo	
Comparabilidade	Intersectorial; Espacial; Temporal.
Sensibilização	Entidades públicas; Entidades privadas (Internacionais, Nacionais e Regionais).
Consistência	Metodologia utilizada com base nas recomendações internacionais.
Credibilidade	Importância das fontes de dados utilizadas (primárias e secundárias).
Continuidade	Trabalho desenvolvido para diversos anos, de modo a permitir análises e comparar a sua evolução.
Relevância do turismo	Medir e documentar o peso do turismo como fator económico importante, faz com que este setor não seja “descriminado” no seio da economia de um país.

As funções da CST são variadas, existindo uma descrição semelhante das mesmas, pelas duas principais organizações internacionais, a Organização Mundial de Turismo (OMT) e a Organização para a cooperação e desenvolvimento económico (OCDE) referidas na tabela 1.6.

Tabela 1.6 - Funções da CST de acordo com a OMT e OCDE.

Fonte: OMT, 1999; OCDE, 2000.

Funções da conta satélite do turismo	
OMT (1999)	OCDE (2000)
<ul style="list-style-type: none"> • Agregados macroeconómicos que descrevem a dimensão e o contributo económico do turismo (VAT; PIB), coerente com outros agregados, utilizados para a economia como um todo; • Dados detalhados do consumo turístico e de como este está relacionada com a oferta e importações, integrados nos quadros das Contas Nacionais, quer ao nível de preços correntes, quer ao nível de preços constantes; • Detalhe das contas de produção das indústrias do turismo, incluindo dados do emprego, relação com outras atividades económicas e formação bruta de capital fixo; • Relação entre dados económicos e dados não monetários do turismo, (número de visitantes; duração da estada; motivo de visita). 	<ul style="list-style-type: none"> • Apresentar dados do Turismo com base em recomendações internacionais, permitindo comparar com outras indústrias, tornando as estatísticas do turismo mais credíveis; • Fornecer um conjunto de contas internacionalmente compatíveis, que vão ao encontro com os princípios das contas nacionais; • Calcular o Valor Acrescentado Turístico para uma lista de indústrias; • Fornecer informação do emprego das indústrias do turismo (perfis, número de empregados) • Indicar as funções de produção das indústrias turísticas e analisar a relação entre estas e o resto da economia; • Oferece um quadro de referência, no qual os modelos de impacto e outros modelos económicos analíticos podem ser utilizados; • Indicar a dimensão do capital investido em turismo e os meios de analisar a sua relação com a oferta turística;

1.2.6 Produtos turísticos: turismo tradicional *versus* o novo turismo

Portugal concentrou toda a sua atividade turística, desde a década de sessenta, num único produto, considerado o mais tradicional na cultura portuguesa devido à extensão da sua costa: as estâncias balneares. Este tipo de turismo também é vulgarmente conhecido como o turismo dos três “S’s” de *sun*, *sea* e *sand*. Competindo com outros países como a Espanha, a França, a Turquia, a Grécia, a Tunísia, entre outros, que oferecem o mesmo tipo de produto, fator que alerta para a necessidade da diversificação da oferta.

Segundo Cunha (2003), existe uma necessidade emergente de atender não só aos valores pessoais dos turistas, mas também ao fortalecimento da cultura e preservação do património, a que o autor chama de “Novo Turismo” caracterizado pelos três novos “S’s” - *sophistication*, *specialization* e *satisfaction*. Isto é, a atividade turística deve-se basear nos próprios recursos do país (naturais, culturais, artísticos, históricos, tecnológicos, entre outros) que ao serem acessíveis ao público, o incitam à sua deslocação.

Para isso, revelou-se fundamental diversificar a oferta de produtos no sentido de, por um lado combater a extrema dependência do turismo “Sol e Mar”, e por outro harmonizar o aproveitamento do espaço territorial português. Com esse efeito, o PENT divide-se em cinco grandes eixos de estratégia:

- Eixo I - “Território, Destinos e Produtos” onde se procuram desenvolver novos produtos e novos polos de atração turística (regiões);
- Eixo II - “Marcas e Mercados” promovendo o desenvolvimento da marca “Portugal Turismo”, ou a marca Allgarve, visualizando a abertura a novos mercados;
- Eixo III - “Qualificação de Recursos Humanos” cujo principal objetivo é a qualificação dos serviços, recursos humanos e destinos;
- Eixo IV - “Distribuição e Comercialização” - a divulgação através de portais *online* de destinos a visitar no nosso país, é um dos exemplos do que este eixo pretende;
- Eixo V - “Inovação e Conhecimento” - é um eixo que dá ênfase à Tecnologia e à Investigação & Desenvolvimento, no sentido de se obterem melhores conhecimentos nesta área.

Um dos primeiros eixos do PENT, pretende precisamente o desenvolvimento de novos polos de atração turística: Açores, Alqueva, Douro, Litoral Alentejano, Oeste, Porto Santo e Serra da Estrela. Para isso foram selecionados os produtos que estas regiões podem oferecer: “Gastronomia e Vinhos”, “Touring Cultural e Paisagístico”, “Saúde e Bem-Estar”, “Turismo de Natureza”, “Turismo de Negócios”, “Turismo Residencial”, “City/Short breaks”, “Golfe”, “Turismo Náutico”, sem esquecer a tradicionalidade dos produtos “Sol e Mar”. Estes recursos locais, só por si, justificam a construção e manutenção de equipamentos, infraestruturas e unidades de alojamento, sendo que esses fatores são a imagem do destino, não podendo reproduzir-se nem deslocar-se, têm portanto de ser “consumidos” localmente, contrariamente a outros produtos onde o ato de produção e consumo são separáveis (Cunha, 2006).

A OMT, distingue o património do recurso turístico, sendo que o património é constituído por todos os bens materiais e imateriais, que de acordo com um devido processo de transformação possam ser adaptados a atividades turísticas. Já o recurso turístico, depende diretamente da interação humana para tornar possível a atividade turística. Desta forma o turismo deve-se rever na aplicação simultânea destes dois conceitos, pois a existência de recursos pode originar o ato da visita, contudo, não garante a sua permanência se não existir a conversão desses recursos em produtos (Seydoux, 2002; Swarbrooke, 2002).

É importante referir-se que um produto turístico não é um tipo de turismo, mesmo que muitas vezes seja entendido como tal, devido à similaridade de ambos serem designados pelos motivos que levam o visitante à viagem. Dessa forma, a principal diferença assenta no fato de que um produto turístico é uma resposta organizada com o objetivo de satisfazer as necessidades dos visitantes, enquanto que os tipos de turismo correspondem a uma sistematização das motivações e intenções dos visitantes com as próprias atrações do destino (Middleton, 1996; Seydoux, 2002; Swarbrooke, 2002).

1.3 Sustentabilidade no turismo em geral

1.3.1 Turismo Sustentável

As preocupações pelo ambiente começaram a ganhar amplitude ao longo do século XX, mas o seu grande impulso deveu-se ao Relatório Brundtland e à Comissão Mundial para o

Ambiente e Desenvolvimento (CMAD), que mais tarde vieram a servir de base para a estruturação da Agenda 21 na Conferência do Rio (Pigram e Wahab,1997). Esta conferência, em 1992, veio estabelecer, a considerada definição clássica, do desenvolvimento sustentável, onde se defende que é necessário satisfazer as necessidades presentes sem colocar em causa as gerações futuras (Jornal Oficial da UE, 2004).

Estas questões, embora muitas vezes controversas, têm ganho grande relevo no âmbito do turismo, muito devido à própria evolução do turismo, sendo que este se revelou impactante em variados setores e um deles é o ambiental (Fyall e Garrod, 1997). Neste setor o turismo aparece de forma negativa, responsável pelo consumo de recursos e em muitos casos era causador de impactos negativos nos destinos, tanto ao nível ambiental, social, cultural e económico (Slee e Snowdon, 1997). Por esse motivo, a Conferência do Rio pressionou desde então a indústria turística, com o fim de encontrar alternativas no desenvolvimento da prática turística segundo princípios sustentáveis.

O turismo deveria manter assim as principais componentes da oferta (equipamentos; infraestruturas; acessibilidades; recursos naturais e culturais; atrações; alojamento; serviços), bem como da procura, com especial atenção para a questão do planeamento, de forma não só a agradar os turistas, mas também promovendo “um turismo responsável ou alternativo” (Joaquim, 1994; Burnay, 1997).

De fato, torna-se, segundo este princípio, emergente a mudança de motivações por parte dos turistas, Davidson (1992), refere que os impactos provocados pelo turismo de massas explicam parte da mudança nas motivações dos turistas, sendo que os outros fatores estão associados essencialmente com as preocupações ecológicas, com a saúde, aumento das férias repartidas e férias mais independentes.

Esta nova consciência, gera “novas formas de turismo” onde se destaca o Turismo Verde que considera o turismo alternativo, turismo responsável, turismo discreto, ecoturismo, turismo sustentável e turismo suave (Davidson, 1992). Estes novos conceitos aparecem associados ao de “new tourist” (novo turista), apresentado por Krippendorf (1989), que procura um turismo diferente, com qualidade, baixa densidade, e que se prenda à valorização dos recursos naturais, culturais e às tradições.

Segundo a carta de turismo sustentável (1995), o princípio desta nova forma de praticar turismo assenta em três pontos fundamentais: o ambiental, o social e o económico, o que resulta num modelo tripartido onde se conjuga a rentabilidade económica, a preservação da biodiversidade e a equidade social e visa ser utilizado em paralelo como um instrumento de ordenamento do território e de fixação da população (Joaquim, 2003). Desta forma, conjectura-se o melhoramento dos níveis de vida das populações, aliado à criação de emprego e riqueza (efeito multiplicador da economia). Nessa perspetiva, o turismo é visto como uma solução viável para revitalizar as economias periféricas.

A atividade turística tem, efetivamente, consequências diretas no meio ambiente, sendo que esta manipula e modifica o ambiente para atingir os seus objetivos, isto é, o turismo na realidade “vende” o ambiente físico e humano sob a forma de produto ou serviço (Figueira, 2000).

É necessário, destacarem-se dois importantes documentos produzidos no fundamento desta questão do turismo sustentável:

- A Agenda 21 - produzida no seguimento da Conferência do Rio em 1992, e tem como principais objetivos a conservação do ambiente e a promoção de mecanismos de regulação na indústria do turismo, combatendo a degradação ambiental (Keatin, 1993). A definição de turismo sustentável proposta na Agenda 21 para a Indústria de Viagens e Turismo, concentra-se em conhecer as necessidades dos turistas e da comunidade recetora (destino), promovendo uma gestão equilibrada dos recursos de modo a que as necessidades económicas, sociais e estéticas sejam satisfeitas, mantendo ao mesmo tempo a integridade cultural, a diversidade biológica e os sistemas de suporte da vida (Figueira, 2000). Este documento visa a educação e formação no sentido de desenvolver formas mais sustentáveis de turismo, na necessidade do planeamento para o turismo sustentável e fomento à participação de todos os sectores da sociedade (Fraga, 2003).
- O Código Mundial da Ética do Turismo (CMET) - realizado pela OMT, aprovado em 1999, constitui uma referência para o desenvolvimento racional e sustentável do turismo salvaguardando o futuro da atividade turística, baseando-se nas preocupações com os valores sociais, culturais, políticos, económicos e

ambientais do turismo (Fraga, 2003; OMT, 2004). Este documento defende que todos os atores envolvidos no processo do desenvolvimento turístico devem participar na proteção dos recursos naturais, promovendo o crescimento económico capaz de satisfazer equitativamente as necessidades e as aspirações das gerações presentes e futuras (OMT, 2004)

Na perspetiva da OMT (2004), o desenvolvimento do turismo sustentável e as práticas de gestão sustentável devem ser aplicáveis a todas as formas de turismo e em todos os tipos de destino, devendo ainda assumir uma liderança política, de forma a proporcionar o consenso entre as entidades intervenientes no processo. Por outro lado, o turismo sustentável deve também ser um modo de sensibilizar os turistas para os problemas inerentes à sustentabilidade.

Contudo, mesmo com a rápida consciencialização das pessoas nesta matéria, devido à realização de várias ações e conferências sobre o tema, encontraram-se também outras questões associadas, isto porque o próprio conceito de desenvolvimento sustentável compreende o domínio de vários outros aspetos (económicos, políticos, culturais, sociais e ambientais), característicos pelas suas divergências e multiplicidade de opiniões (Middleton e Hawkins, 1998). Falar assim de sustentabilidade na área do turismo de forma independente às outras atividades e processos torna-se um equívoco, porque o sistema turístico deve ser entendido como um todo e não como uma parte ou um setor dependente de outros setores (Butler, 1998).

1.3.2 Turismo sustentável em Portugal

Segundo o Relatório de Sustentabilidade de 2010, produzido pelo Turismo de Portugal, pode-se verificar nos dias de hoje, um grande empenho no desenvolvimento sustentável do turismo no país, sendo que PENT tem implementado medidas nesse sentido, assumindo compromissos para cumprir. O primeiro deles é fazer do turismo em Portugal uma atividade cada vez mais relevante em termos económicos e de criação de emprego, concentrando-se fortemente na receita externa. Como resultado, o modelo de crescimento baseado num maior dinamismo da procura externa e de maior capitação da receita por turista permitiu que o setor do turismo representasse, em 2010, 14% das exportações de bens e serviços e o crescimento da balança turística na ordem dos 10%, permitiu atenuar o défice da balança comercial, favorecendo as contas externas

nacionais (Tabela 1.7). Deste modo, Portugal encontra-se em 18º lugar no ranking de competitividade de viagens e turismo no Fórum Económico Mundial (Turismo de Portugal, 2010).

Tabela 1.7 - Representatividade das receitas turísticas na balança corrente (milhões de euros).

Fonte: *Banco de Portugal, 2010.*

	2009	2010	ΔAbs
Exportações de bens e serviços	48.339	54.470	6.131
Receitas turísticas	6.908	7.611	703
Despesas turísticas	2.712	2.953	241
Saldos da balança turística	4.196	4.658	462
Quota das receitas turísticas nas exportações de bens e serviços	14,3%	14,0%	-0,3 pp.

Sendo que, também em Portugal, a contribuição do turismo para o PIB atingiu 9,2% em 2010, reforçando a tendência crescente dos últimos anos (Tabela 1.8).

Tabela 1.8 - Contribuição do turismo para o PIB.

Fonte: *Conta Satélite do Turismo, 2010.*

	2009	2010	ΔAbs
Evolução do consumo do Turismo no território económico (mil milhões)	14,8	16,0	1,2
Peso no PIB	8,8%	9,2%	0,4%

É ainda importante salientar o papel do turismo enquanto gerador de emprego, onde se constatam, na figura 1.18, 420.391 indivíduos ativos em 2008, estando estes, tipicamente, associados a uma mão-de-obra com um perfil mais jovem.

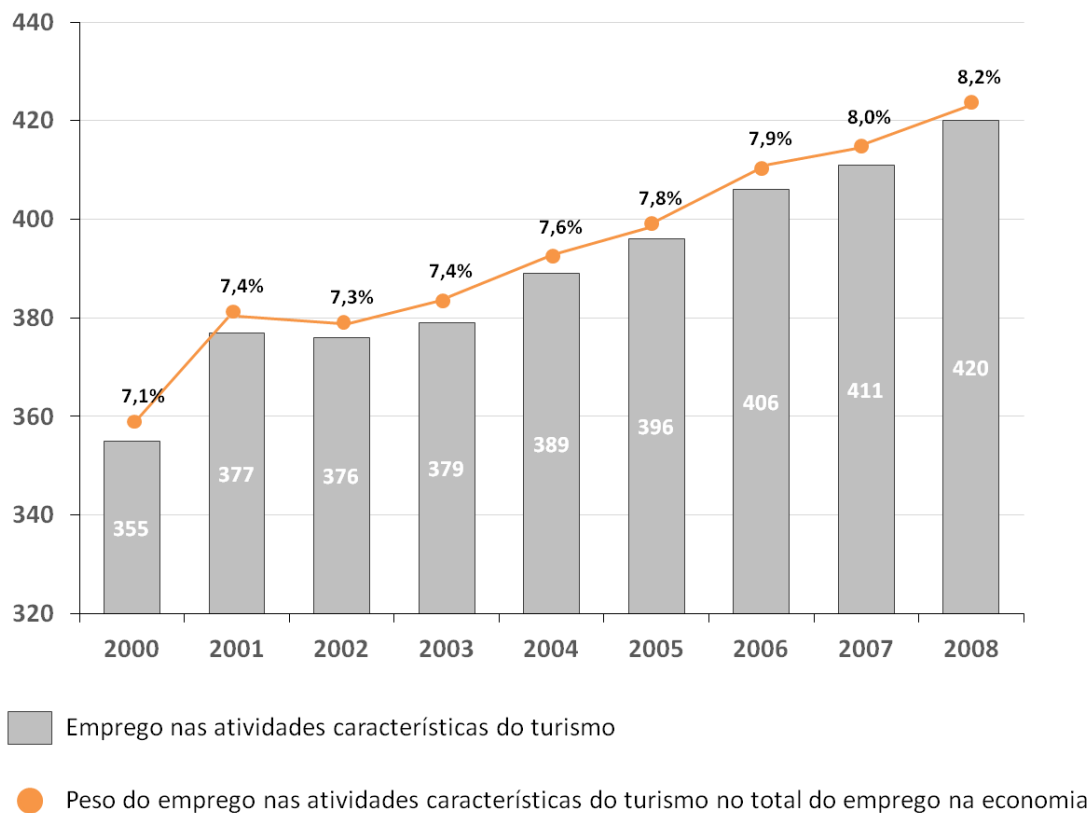


Figura 1.18 - Emprego no setor do turismo (milhares).

Fonte: INE, *Conta Satélite do Turismo, 2010*.

Outro grande compromisso é o de constituir o turismo como uma atividade respeitadora do meio ambiente e atenta a um uso eficiente de recursos como a água e a energia, cuidadosa na gestão dos resíduos e inovadora na abordagem a novos temas como a mobilidade elétrica ou o recurso a energias renováveis, contribuindo para a preservação do meio ambiente e recuperação do mesmo.

A par com as orientações mundiais relativamente ao turismo, considera-se importante a sensibilização dos diferentes agentes do setor, não só para adoção das melhores práticas, como também para a inovação em produtos que sejam ambientalmente responsáveis. Assim, segundo a figura 1.19, onde se analisa o consumo de energia das principais atividades características do turismo, conclui-se que o alojamento é a principal fonte de consumo energético:

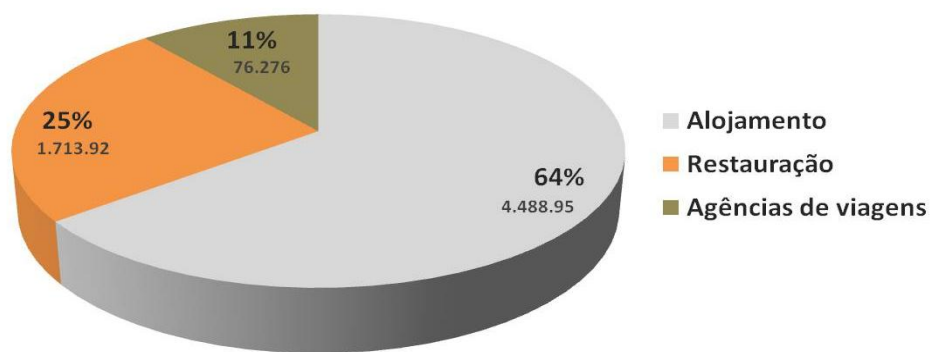


Figura 1.19- Distribuição dos consumos de energia (Gj; %).
Fonte: DGEG, 2009.

Tabela 1.9 - Consumo de energia direta por setor (Gj; %).
Fonte: DGEG, 2009.

Posição	Gás Propano			Gás Butano		
	2008	2009	Δ 08/09 %	2008	2009	Δ 08/09 %
Alojamento	1.024.596	910.704	-11%	15.534	14.580	-6%
Restauração	72.632	65.440	-10%	2.346	2.133	-9%
Agências de viagens	1.349	1.159	-14%	0	0	0%
Total	1.098.577	977.303	-11%	17.880	16.713	-7%

Verifica-se também, segundo a tabela 4.3, que o consumo associado às atividades características do turismo aumentou relativamente ao ano anterior, contudo, esta evolução deve-se sobretudo ao aumento do consumo de eletricidade no alojamento, consequência do próprio aumento da procura destes serviços (INE, 2009).

O último compromisso *major* assenta na preocupação com os aspetos sociais, onde se procura melhorar a qualidade do emprego e da formação profissional no setor e a liderança na abordagem ao tema da sustentabilidade, incluindo o uso eficiente dos recursos culturais e naturais. Esta qualificação está presente no plano nacional, mas principalmente no plano regional, assumindo que o trabalho pelo melhoramento do produto turístico regional é uma das mais importantes competências e responsabilidades das entidades regionais de turismo.

A atividade exercida pelo Turismo de Portugal (TP) encontra-se sob a tutela do Ministério da Economia e do Emprego (MEE) e da dependência da secretaria de estado do turismo, e tem como missão, segundo o decreto-lei n.º 147 /2007, de 27 de abril:

- Qualificar e desenvolver as infraestruturas turísticas;
- Desenvolver a formação de recursos humanos;
- Apoiar o investimento no setor;
- Coordenar a promoção interna e externa de Portugal como destino turístico;
- Regular e fiscalizar os jogos de fortuna e azar.

Capítulo II - Turismo em áreas rurais

2.1. Contextualização do turismo em áreas rurais

À medida que as condições de trabalho iam melhorando, na Europa, foi-se instituindo o hábito de gozar férias ao longo do ano, isto permitiu que o mercado do turismo ganhasse cada vez mais adeptos, sendo que a partir da segunda metade do século XX, verificou-se um grande acréscimo nos valores estatísticos do turismo. Este passou a ser visto como um fenómeno social, fazendo-se sentir como um “produto de valor acrescentado” (Cavaco, 1995a:359). Associado ao crescimento do turismo estão também intrínsecos outros fatores, tais como o crescimento demográfico; o progresso técnico que permitiu maior facilidade de deslocação; a melhoria do nível de instrução; a modificação das estruturas profissionais; a grande concentração urbana e aumento da esperança média de vida (Neto, 1985), tudo isto veio originar o turismo de massas.

Na altura, a procura centrava-se nos locais que assumiam uma grande oferta de serviços e infraestruturas, contudo estas concentrações de turistas originaram alguns efeitos negativos, tanto para os próprios turistas, como para os locais visitados.

Face a todo esse consumismo, houve por parte de outros turistas a necessidade em procurar destinos alternativos, como é o caso dos espaços naturais e protegidos, as vilas e aldeias em regiões periféricas e isoladas (Cavaco, 1995). Procurando-se deste modo, um mercado mais fragmentado no qual o consumidor estivesse expectante quanto a novos serviços oferecidos. Com efeito, paralelamente ao crescimento da procura turística, verificaram-se também mudanças nos seus padrões.

Pode-se considerar que o berço do turismo em áreas rurais foi França, em 1898, com a criação da “*Société de Maisons Rustiques*” que visava proporcionar o alojamento em meio rural em boas condições de higiene e conforto (Moreira, 1994). Devido às potencialidades desta proposta, em 1955 é criado o movimento dos “Gîtes ruraux” e a partir de 1957, com o Tratado de Roma e a Política Agrícola Comum (PAC), o turismo em áreas rurais foi decisivamente impulsionado pelo resto da Europa. Este fenómeno ganha a sua verdadeira dimensão com constituição em 1971, intitulada “*Tourisme en Espace Rural*” e na publicação em 1972 do célebre “*Manifeste du Tourisme en Espace Rural*”,

onde a atividade turística deve ser entendida como um instrumento de reanimação do meio rural (Moreira, 1994; Cavaco, 1995b; Joaquim, 1999; Leal, 2001). Este impulso estabeleceu os principais marcos do turismo em áreas rurais, sendo esta uma atividade turística privilegiada por uma sociedade que procura melhorar a sua qualidade de vida com uma consciência e sensibilidade mais ecológica (Leal, 2001).

O Tratado de Maastricht em 1992, fez o turismo em espaço rural assumir-se como uma atividade económica importante, geradora de rendimentos e emprego, sendo considerado um marco do desenvolvimento deste setor turístico, passando a fazer parte das políticas de planeamento da UE (Jenkins, Hall e Troughton, 1998).

Contudo, enquanto esta nova tendência ia ganhando cada vez mais adeptos, ia-se verificando o declínio da atividade agrícola no meio rural. Sendo esta a base para a manutenção e dinamismo rural, constatou-se um conjunto de problemas associados, como a degradação dos equipamentos e infraestruturas, a redução do emprego na atividade agrícola, o êxodo rural e com isso, o despovoamento e envelhecimento da população nesses meios (Joaquim, 1999).

Para se atenuarem as consequências deste efeito, foi produzido o programa LEADER (*Liason Entre Actions de Développement de L'Économie Rurale*) pela União Europeia, que veio impulsionar o desenvolvimento rural com o apoio financeiro do setor turístico nestas áreas. Este plano foi considerado um dos mais importantes planos no desenvolvimento do turismo nas áreas rurais europeias, sendo em 1994, reforçado com a implementação do projeto “LEADER II” e mais tarde com o “LEADER +” visando o desenvolvimento do turismo e orientado ações promocionais da qualidade e do turismo sustentável e promovendo o turismo como gerador de emprego.

Perante os verificados estrangulamentos das áreas rurais, a atividade turística no meio rural aparece assim como uma nova oportunidade e como uma tentativa de inverter a tendência da recessão rural, e mesmo sendo um movimento lento e alternativo, o turismo em áreas rurais consiste já numa realidade económica, social e cultural (Godinho, 2004).

É importante referir-se também, que no âmbito da sustentabilidade nesta matéria, alguns autores consideram a importância da diversificação das atividades e a triangulação entre agricultura / ambiente / turismo, onde o turismo tem a capacidade

de promover e desenvolver a sustentabilidade económica, ambiental e social do meio rural (Santos, 2000).

2.2 Definição de turismo em espaço rural

Tal como outros assuntos abordados por este trabalho, o turismo em espaço rural é alvo de um grande número de definições, entre as mesmas é possível encontrarem-se alguns pontos em comum, fato que permite consolidar os pontos mais fortes. De modo geral, o turismo em áreas rurais é considerado como sendo toda a atividade turística decorrida em espaço rural. Aliando a isso as suas características próprias, com o objetivo de oferecer aos visitantes práticas, tradições e os valores das comunidades rurais (Pinto, 2004).

Este tipo de turismo assume-se em diferentes tipologias, como o turismo de natureza, o cultural, o ecoturismo, o enoturismo, entre outras, em prol das potencialidades específicas que se podem retirar de cada espaço rural, evidenciando-se assim cada vez mais os pequenos museus locais, ecomuseus, as rotas temáticas com temas como o azeite, vinho, pão, seda, linho, os percursos históricos, as feiras e festivais, a gastronomia, a prática de desportos de aventura e natureza (Cristóvão e Burnay, 2003).

De fato, tem-se apurado a ascensão deste tipo de turismo, que tem ganho adeptos pelo seu caráter calmo e ligado ao meio ambiente, sendo uma eficiente alternativa para as sociedades atuais que vivem em meios altamente industrializados a um ritmo frenético, onde os espaços estão congestionados e poluídos (Cavaco, 1995).

O espaço rural, é assim, visto na sociedade contemporânea como um espaço que salvaguarda a qualidade ambiental e as memórias de uma tradição que tem vindo a ser perdida com a evolução tecnológica (Figueiredo, 2003).

Sob diferentes perspetivas, vários autores defendem que a agricultura e as suas atividades relacionadas, constituem a base para este tipo de turismo, caracterizado por se localizar em áreas rurais, de pequena dimensão e personalizado, sendo de modo geral dirigido a um tipo de turista que procura calma, repouso, tradição e natureza (figura 2.1). Assim, enquadram-se neste contexto atividades como: a caça e pesca; férias numa

quinta; passeios a cavalo e de bicicleta; aventura; turismo étnico; turismo de natureza; turismo cultural, entre outras (Leal, 2001).

Algo importante de referir é a capacidade de alojamento nestes meios, segundo Cunha (2001) não é possível estruturar qualquer destino turístico sem alojamento, na medida em que este é a base dos próprios destinos turísticos. Alojamento turístico é definido segundo a OMT e o EUROSTAT, “como sendo toda a instalação que, de modo regular ou ocasional, fornece dormidas ou estadas aos turistas” (Cunha, 2001).

Desta forma, o alojamento nestas áreas deverá assumir determinadas características, como por exemplo, destinar-se na sua maioria a pequenos grupos, proporcionando um tratamento personalizado, participando nas atividades, costumes e vivências da vida rural (Cavaco, 1999).

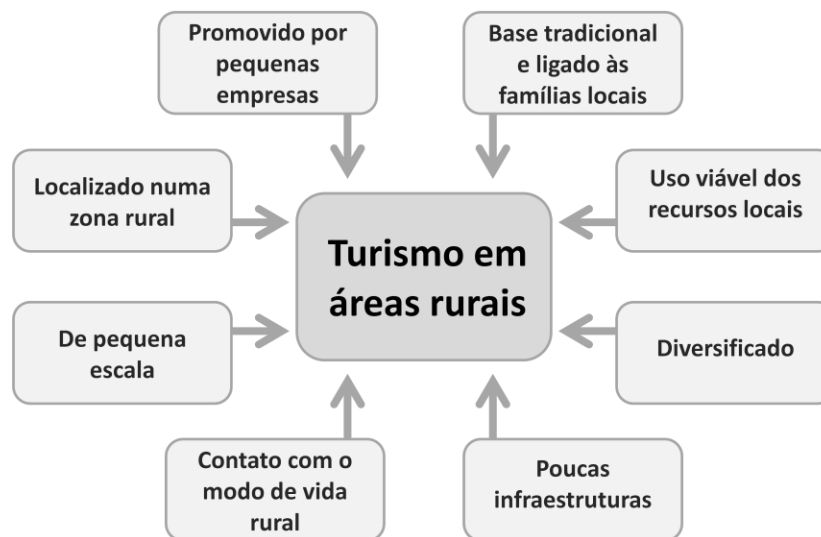


Figura 2.1 - Elementos característicos do turismo em áreas rurais.

Fonte: Leal, 2001.

A importância do turismo em áreas rurais é atualmente reconhecida pela União Europeia (UE), devido à expressão económica e social que atingiu em países como Espanha, França, Itália, Grécia e Portugal. Essa expressão económica e social, encontra-se ainda em crescimento, sendo que para o seu bom desenvolvimento deve ter sido em conta o lado da oferta e da procura. Podendo resultar num contributo relevante para o desenvolvimento de algumas áreas rurais, se planeado tendo em conta os critérios da

sustentabilidade, criando atividades económicas viáveis e alternativas (Leal, 2001), isto do lado da oferta.

No lado da procura, verificou-se um aumento substancial de turistas nestes ambientes, ligados ao autêntico e tradicional (Kastenholz, 2002), por outro lado, a necessidade do contacto com a natureza, representa para muitos uma espécie de “regresso ao passado” (Kastenholz, 2002).

A Organização de Cooperação Económica e de Desenvolvimento (OCDE), considera o património, desporto, aventura e recreio, mais tempo livre disponível, consciência ambiental e de saúde e melhoramento dos transportes e infraestruturas como agentes estimuladores da procura do turismo em áreas rurais (Kastenholz, 2002). Desta forma, são tidos em conta os seguintes aspetos no crescente desenvolvimento do turismo em áreas rurais, mesmo com o cenário de crise dos sistemas agrícolas vividos nas sociedades rurais:

- Maior interesse no património e tradição;
- Aumento do tempo de férias;
- Progresso tecnológico dos transportes e comunicações;
- Maior nível de educação e formação;
- Procura de férias saudáveis;
- Procura do turismo rural por pessoas mais velhas mas ainda ativas;
- Gosto por viagens de aventura e de descobrimento;
- Maior interesse pela ecologia;
- Mercado do “individualismo” em crescimento em detrimento do turismo de massas.

Visa-se, portanto que o turismo rural contribua como uma nova vertente das atividades económicas e que aumente a competitividade no setor turístico, promovendo a construção de equipamento e infraestruturas importantes para a população local e para os turistas, e o equilíbrio entre os sistemas ecológicos, económicos, sociais e culturais.

Contudo, encontram-se também condicionantes no desenvolvimento desta atividade, por exemplo, no que diz respeito à falta de transportes e acessibilidades, limitando um acesso rápido às áreas rurais, a ausência de serviços e de formação adaptados à especificidade deste tipo de turismo, a inexistência de uma planificação e a ausência de uma divulgação estruturada (Leal, 2001).

2.3 Turismo enquanto instrumento de desenvolvimento rural

O turismo só por si, é conhecido como fator de desenvolvimento aos mais diversos níveis devido aos seus efeitos diretos e indiretos tanto ao nível económico como social. É portanto considerado como uma atividade que interfere nas dinâmicas demográficas e do emprego, no património natural e cultural, na ocupação, ordenamento e funcionamento dos territórios, assim como nos próprios comportamentos das populações, cabendo também ao turismo *“um papel também significativo na conservação e gestão da diversidade das paisagens e do património edificado”* (Cavaco, 1999:143).

Desta forma, o turismo começou a ganhar relevo, tornando-se um fator decisivo nas políticas de desenvolvimento rural da Comunidade Europeia. Este facto está associado à capacidade desta atividade poder controlar as assimetrias nas áreas rurais, bem como combater fatores que provoquem o atraso económico-social das mesmas, como é o caso da desvalorização da atividade agrícola na economia, emigração, êxodo rural, crescente urbanização, despovoamento, envelhecimento da população e a inexistência de alternativas de emprego (Cavaco, 1999; Figueiredo, 2003; Covas, 2004). A UE, pretende deste modo fomentar, nessa perspetiva, o turismo no meio rural, sendo que para isso dispõe de programas de apoio financeiro comunitários que visam proporcionar uma atividade alternativa que complemente a agricultura e traga um maior leque de serviços a serem praticados em meio rural.

Tal como já foi dito, a prática do turismo em áreas rurais, faz-se sentir aos mais variados níveis, um deles é o económico que se traduz na entrada de turistas, emprego gerado, taxas de ocupação e o efeito multiplicador (Inskeep, 1991). Neste domínio, é possível encontrarem-se vantagens, sendo as mais evidentes relacionadas com a criação de emprego (Umbelino, 1998), contudo, também se constata desvantagens na medida

em que a riqueza gerada não se fixa no local, sendo maior parte das vezes deslocada dessa forma, revertendo a favor de outro local. Outra desvantagem muito evidente é o fato dos principais bens e serviços utilizados pelas unidades hoteleiras serem importados devido a questões de sazonalidade (Inskeep, 1991).

Portugal tem evoluído muito ao nível da oferta de alojamento turístico no meio rural, no entanto os efeitos desta evolução não se fazem sentir assim de forma tão evidente no destino (Moreira, 1994; Joaquim, 1999), sendo que se tem constatado que no caso do Turismo em Espaço Rural (TER), este tem sido explorado no sentido da recuperação e preservação do património pessoal dos promotores, a uma menor escala e com o incentivo financeiro proveniente da UE (Figueiredo, 2003).

Ao nível cultural, destaca-se a própria troca cultural entre os visitantes e os residentes locais, sendo que quanto maiores forem as diferenças culturais, maiores serão as diferenças sentidas desde ao nível do sistema de valores, divisão do trabalho, relações familiares, atitudes e padrões de comportamento (Rátz, 2000). Este tipo de impacto (sociocultural) revela-se mais difícil de medir, porque são relativos a comportamentos e atitudes cujos efeitos apenas se farão sentir a longo prazo (Mill e Morrison, 1985). Sendo também este campo passível de vantagens e desvantagens, onde a melhoria da qualidade de vida dos residentes locais e a preservação do património cultural se refletem em vantagens, por outro lado, a consequente perda de autenticidade provocada pela comercialização excessiva dos produtos artesanais, a utilização massiva de locais característicos por serem calmos, a inflação dos preços no comércio e serviços e o desemprego sazonal, revelam-se como constrangimentos da atividade turística (Mathieson e Wall, 1990; Moreira, 1994).

Ao nível ambiental, é perceptível a relação deste tipo de turismo com o meio ambiente, sendo que nesse sentido, existe um apelo à preservação da natureza que está inerente a todas as atividades realizadas no contexto rural. Isto acaba por se refletir numa educação e consciencialização ambiental que é propícia a este tipo de turismo. Contudo, têm-se verificado também impactos ambientais negativos associados a esta prática. A maior parte das vezes, os espaços não têm capacidade de carga ou não são habilitados para determinados tipos de atividades, o que pode resultar na extinção da atividade agrícola, na destruição da biodiversidade e erosão do solo, na poluição provocada pelo maior número de veículos em circulação e pelos visitantes, no esgotamento dos recursos

básicos e até na transformação da paisagem devido à construção com novos estilos arquitetónicos (Moreira, 1994; Inskoop, 1991; Williams, 1998).

2.4 Turismo rural em Portugal

O turismo organizado em Portugal remonta a 1911, por meio da criação da Repartição do Turismo, sendo um organismo oficial integrado no Ministério do Fomento (Malta, 1996). Esta medida fez de Portugal um dos primeiros países europeus a instituir as bases da atividade turística.

O turismo em áreas rurais em Portugal teve um percurso histórico semelhante ao do resto dos países da Europa. Numa primeira fase, era unicamente praticado por classes mais abastadas que preferiam o campo como lugar de repouso, passando algum tempo nas residências que possuíam no meio rural. Mais tarde, esta prática estendeu-se a um maior número de pessoas, muitas delas por motivos de saúde para a prática do termalismo e do climatismo (Moreira, 1994).

O processo de migração em grandes escala para as zonas litorais e para o estrangeiro, ocorrido em Portugal, despovoou muitas áreas rurais. Associado ao êxodo rural, houve um abandono da atividade agrícola nas áreas rurais, sendo que em maior parte dos casos, passou a ser praticada apenas em *part-time* pelos agricultores residentes.

O meio rural, nesse contexto ficou exposto a uma série de vulnerabilidades, agregando-se ao êxodo rural a falta de investimento na criação de oportunidades económicas e de reanimação do próprio espaço rural (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000). Nessa perspetiva o turismo aparece como um motor de desenvolvimento.

Assim sendo, a partir da década de setenta, o turismo e as atividades de lazer em espaço rural aparecem como uma nova alternativa à diversificação da procura turística, e como resposta ao declínio e desagregação das sociedades rurais. Contribuindo para a promoção dos recursos existentes nos territórios rurais, para a revitalização do tecido económico e social e para o próprio desenvolvimento destes territórios.

O alojamento turístico em espaço rural, apareceu no seguimento desta intenção, vindo reanimar as áreas rurais com a promoção do património natural e cultural (Ribeiro, Freitas e Mendes, 2000). Em 1979, este tipo de turismo, aparece como uma nova forma

de alojamento turístico, diretamente ligado à recuperação de casas particulares características da arquitetura e da cultura local. Este conceito apareceu de forma experimental em Ponte de Lima, Vila Viçosa, Castelo de Vide e Vouzela. A sua criação revelava a preocupação em proteger e valorizar a arquitetura local (património cultural), melhorar a qualidade de vida da população local com esta forma de rendimento extra e permitir que as zonas rurais desfavorecidas criassem novos meios de alojamento atrativos (Cunha, 2001).

O TER ganhou grande relevância em Portugal com a sua adesão à Comunidade Europeia (1986), que através dos fundos estruturais existentes e aos quais os titulares podiam candidatar-se, permitiu a obtenção de subsídios, possibilitando a recuperação de património arquitetónico em espaço rural para fins de abertura de um maior número de unidades de alojamento TER. A publicação do Plano Nacional de Turismo em 1986 veio legalmente instituir a designação TER, consagrando o conceito de espaço rural como espaço de turismo, sugerindo um produto distinto daqueles que dominavam o mercado turístico português.

Hoje, o meio rural é procurado por variados motivos, desde as atividades recreativas e o interesse em descobrir algo novo, ligado ao autêntico e ao tradicional, ao retorno “efémero” às origens para visitar a família e amigos por parte daqueles que partiram, expressando uma intenção de recuperar a ligação “umbilical” ao lugar de proveniência e também às origens do Homem em equilíbrio com a natureza (Kastenholz, 2002).

Também as questões ambientais têm assumido um papel relevante no que toca à escolha do local a visitar, tendo em conta que estes locais estão associados a locais sossegados e à inexistência de poluição (Moreira, 1994). Verifica-se nesta ordem, uma rutura e mudança dos padrões de comportamento e nas atitudes dos turistas, apresentando-se como inovadores e exigentes relativamente à natureza e à qualidade do destino.

2.5 O TER como produto específico em Portugal

Mais especificamente, o TER foi lançado experimentalmente em Portugal em 1978 sob a forma de alojamento turístico em espaços rurais em quatro áreas piloto: Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa, tendo sido posteriormente alargado à totalidade do território nacional (Moreira 1994). Sendo mais tarde creditado com a emissão do seu

quadro legislativo relativo a 1986 por meio do Decreto - Lei nº256/86 de 27 de Agosto, onde inicialmente se baseou no domínio de três modalidades de TER com especificidades diferentes: Turismo de Habitação (TH), Turismo Rural (TR) e Agroturismo (AG).

Em 1997 esse plano foi revisto, acrescentando duas novas modalidades: o Turismo de Aldeia (TA) e as Casas de Campo (CC) através do Decreto Regulamentar nº37/97 de 25 de Setembro e do Decreto - Lei nº169/97 de 4 de Julho. Este decreto, estabelece o regime jurídico de instalação e funcionamento do turismo em espaço rural, dando a seguinte definição de TER: “consiste no conjunto de atividades e serviços realizados e prestados mediante remuneração em zonas rurais (ligação tradicional e significativa à agricultura ou ao ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural), segundo diversas modalidades de hospedagem, de atividades e serviços complementares de animação e diversão turística, tendo em vista a oferta de um produto completo e diversificado no espaço rural” (Decreto-Lei n.º 169/97, de 4 de Julho). As suas modalidades integrantes definem-se segundo a tabela 2.1, e são distintas do modo de alojamento convencional pelo seu carácter personalizado, pelo contacto permanente com a natureza, pela inserção no modo de vida rural, bem como pela própria gastronomia e os produtos regionais (Ribeiro, 2004).

Tabela 2.1 - Modalidades de alojamento em espaço rural.

Fonte: *Decreto-Lei n.º 169/97, de 4 de Julho.*

Modalidade	Definição
Turismo de habitação	Consiste no serviço de hospedagem de cariz familiar prestado a turistas em casas particulares, com reconhecido valor arquitetónico ou artístico, representativo de uma determinada época (solares, casas apalaçadas), que ofereçam instalações, mobiliário, decoração e equipamentos de elevada qualidade (entre três a dez quartos), podendo ser explorado por pessoas singulares ou sociedades familiares que sejam os proprietários da casa e que residam na mesma.
Turismo Rural	Serviço de hospedagem prestado a turistas em casas rústicas particulares com características próprias do meio rural onde se insere, integrando a arquitetura típica local, localizadas no aglomerado populacional ou perto, utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário
	Diz respeito ao serviço de hospedagem prestado a turistas em casas

Agroturismo	particulares (com máximo de dez quartos), utilizadas simultaneamente como habitação do proprietário, integradas em explorações agrícolas ou em formas de animação complementares, que permitam aos hóspedes conhecer a atividade agrícola e também participar nos trabalhos associados à mesma.
Turismo de aldeia	Consiste no serviço de hospedagem prestado num empreendimento constituído por um conjunto de cinco casas particulares (no mínimo), localizadas na mesma aldeia e exploradas de forma integrada, podendo ser ou não utilizadas como habitação própria dos proprietários
Casas de campo	Incluem-se nas casas particulares e casas de abrigo em meio rural, que prestam um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos proprietários
Hotéis rurais	São estabelecimentos de natureza familiar, localizados em zonas rurais e fora das sedes dos municípios, explorados diretamente pelos seus proprietários ou familiares e que os utilizem simultaneamente como habitação própria. São estabelecimentos de pequena dimensão, com pelo menos dez quartos ou <i>suites</i> e nunca mais de trinta
Parques de campismo rural	São constituídos por terrenos devidamente demarcados durante o período de funcionamento, destinados à instalação de acampamentos permanente ou temporariamente, integrados ou não em explorações agrícolas, com área máxima de 5000 metros quadrados

Constatou-se que no âmbito deste artigo, o termo TER é utilizado para designar o conjunto de modalidades de hospedagem em zonas rurais, o que considera serviços de hospedagem em solares, casas apalaçadas, quintas onde também se desenvolvem atividades agrícolas, casas rústicas, assim como em hotéis rurais e parques de campismo rurais. É importante reter que todas estas modalidades visam o investimento e a exploração dos seus recursos naturais e culturais. Assim sendo, o TER estabelece sete categorias, legalmente definidas: turismo de habitação, turismo rural, turismo de aldeia, agroturismo, casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rurais (Decreto-lei n.º 54 / 2002).

Com a análise desse mesmo Decreto-Lei, percebe-se que o conceito TER é entendido como mais que uma simples forma de alojamento, considerando também o domínio da animação e atividades que se destinem à ocupação de tempos livres dos visitantes e que

simultaneamente promovam os produtos e tradições das regiões, possibilitando também o aumento da permanência média dos turistas (Quintas, 2000).

O Decreto - Lei n.º54/2000 de 11 de Março, veio estabelecer o processo de licenciamento e autorização aos municípios para a realização de operações urbanísticas das casas e empreendimentos de turismo em espaço rural, permitindo uma descentralização de poderes e a possibilidade da administração local participar deste processo.

O Decreto Regulamentar n.º 34/97 de 17 de Setembro, artigo 52.º, estabelece os requisitos mínimos das instalações e funcionamento das Moradias turísticas de 1.ª e 2.ª classe.

- Moradias Turísticas de 1.ª e 2.ª classe - (meio complementar de alojamento turístico) que consiste no serviço de hospedagem em casas situadas em meio rural, de carácter unifamiliar, dotadas de mobiliário, equipamento e serviços adequados (Decreto-Regulamentar n.º 6/2000 de 27 de Abril).

Pode-se constatar, que o programa do TER é expresso numa visão muito redutora e estrita, isto porque não considera nem a hotelaria clássica (hotéis, pensões, residenciais, residências secundárias) nem os meios complementares de alojamento tais como lojas de artesanato, percursos pedestres, atividades de lazer e desportivas, entre outras (Kastenholz, 2002).

Quanto às restantes modalidades, de modo simplista, é importante constatar que no caso do turismo de habitação é promovida uma estadia numa casa senhorial e o convívio com as elites de província; no caso do agroturismo, é característico o contacto com o quotidiano de uma quinta de lavoura; por outro lado no turismo de aldeia, no turismo rural e nas casas de campo é perceptível uma estadia numa típica casa de aldeia, residindo a diferença entre estas modalidades no modo como são geridas as unidades e na existência ou não de coabitação entre hóspedes e hospedeiros (Silva 2006).

2.5.1 Contexto do TER

a) A atração pelo campo

Nos últimos anos, tem-se assistido em Portugal a um progressivo aumento da procura dos espaços rurais para a realização atividades de turismo e de lazer, sendo este crescimento compatível com as mudanças estruturais ocorridas nas sociedades contemporâneas em geral, algo que provem da nova visão de estes espaços podem ser também entendidos como bens e locais de consumo (Figueiredo 2003).

Considera-se no entanto que esta procura pelo espaço rural não resulte somente do aspeto evolutivo das sociedades, sendo necessárias considerações teóricas e empíricas acerca das motivações, dos comportamentos e das escolhas de destinos. Nesse sentido, têm havido importantes estudos, sobre a motivação turística, como é o caso de Pearce (1995), ou Sharpley (1999), que refletem sobre a necessidade de considerar duas categorias: os *push factors*, que se transmitem no indivíduo como um impulso de viajar, e os *pull factors*, relativos às próprias atrações dos destinos.

Em Portugal, a posição teórica que adquire maior amplitude empírica, defende que as motivações turísticas, no contexto do TER, provêm de fatores de ordem social e psicológica, associados ao desejo do indivíduo em escapar da vida quotidiana em busca de algo que não existe no local onde habitualmente vive e trabalha, o que implica experiências, conhecimento, ambientes, etc. A motivação envolve desta forma, um elemento de escape e um outro de busca: “o turismo proporciona um escape para evitar algo e para simultaneamente procurar algo” (Pearce 1995:19). Tornando-se assim importante perceber os motivos que levam indivíduos a fazer turismo e os motivos que resultam na escolha de um determinado destino. No contexto do TER em Portugal, estes dois fatores são indissociáveis, onde se considera o desejo das pessoas em se distanciarem temporariamente das pressões quotidianas do ambiente citadino em busca de descanso e contato com a natureza.

Na maior parte dos casos, o motivo que leva os turistas a recorrerem ao alojamento do TER, não tem a ver com o alojamento em si, mas com as características do seu meio envolvente, rural, e sobretudo com as representações imaginárias que os hóspedes têm acerca do campo e da cidade. O campo é visto assim, como detentor de uma variedade de elementos tangíveis, como a paisagem, a arquitetura popular e a tradição, que por si

só, atraem estes cidadãos. Segundo Luginbuhl (1989), uma paisagem é harmoniosa, quando é cultivada, onde a organização transmite a presença humana. A paisagem é portanto, uma “paisagem intermédia, sendo que não é selvagem, totalmente desprovida da ação humana, mas também não é inteiramente humanizada, ficando entre os pontos controverso da dualidade “cidade/ campo” (Tuan, 1974).

Na composição destas paisagens, o património arquitetónico assume um grande valor, onde as casas tradicionais, estabelecem uma das expressões mais emblemáticas da ruralidade.

Esta busca pelo simbolismo, também é muitas vezes associada a outros elementos do património, como a gastronomia, produtos locais, artesanato e festas tradicionais (Leal, 2000). Esse fato constitui uma forma de o próprio turista se “apropriar” da história e da tradição em termos de hábitos tanto alimentares como culturais, ganhando assim novas experiências com a participação nas atividades locais e conseqüentemente quebrando a rotina da sua vida na cidade. É também importante referir que a gastronomia, o artesanato e os produtos locais assumem uma grande fatia no consumo realizado no âmbito das práticas turísticas em meio rural, sendo que em muitos casos, as pessoas que compram produtos locais com a intenção de os levar para as suas casas na cidade e também para oferecer a familiares e amigos.

Numa perspetiva mais social, o TER fundamenta-se em espaços capazes de proporcionar um ambiente familiar e doméstico, sendo ao mesmo tempo representativos da ruralidade. Isto porque os hóspedes deste tipo de turismo, procuram locais inseridos em propriedades rurais onde possam observar e participar na execução de tarefas agrícolas e pecuárias e simultaneamente usufruir de alguns equipamentos e atividades de animação extra, como é o caso das piscinas e *courts* de ténis, e inclusivamente observar e participar na execução de tarefas agrícolas e pecuárias. Este tipo de atividades e serviços permite a interação entre hóspedes e hospedeiros sendo normalmente mais acentuada nos casos em que existe coabitação. De modo geral, esta interação é pretendida pelos hóspedes pelo fato de proporcionar a troca de relações com gente local e dessa forma conhecer-se mais aprofundadamente a região, modos de vida, gastronomia, tradições e costumes locais.

Estes fatores justificam a evolução positiva do turismo nas unidades hoteleiras em espaço rural, sendo consideradas originais, contrárias às formas convencionais de alojamento turístico, como os hotéis e as pensões, que são estandardizadas, impessoais e anónimas.

Neste âmbito, nos últimos anos, tem-se assistido em Portugal à formulação e implementação sistemática de políticas nacionais e comunitárias de aproveitamento e adaptação de patrimónios construídos para fins de alojamento turístico em zonas rurais, como é o caso das pousadas históricas de Portugal, que a sua evolução e implementação se tem revelado numa grande parte das casas de natureza e na maioria das modalidades de Turismo em Espaço Rural (TER).

Para que se possa perceber melhor esta evolução do TER em Portugal, recorreu-se à análise de dados estatísticos que comprovam o desenvolvimento positivo que este setor tem ganho nos últimos anos, de modo sequencial, abordar-se-á a oferta, as características da procura e as motivações associadas à frequência deste tipo de casas.

Como reflexo dessa evolução, tem-se verificado um aumento de estabelecimento do Turismo de Habitação e do TER, isto implica que até aos dias de hoje ainda se aposta nesta forma de turismo, aparecendo neste sentido, mais estabelecimentos com serviços cada vez mais variados neste setor. Através da tabela 2.2, consegue-se ver essa evolução sendo que desde 2005 a 2010 o número total de estabelecimentos hoteleiros em espaço rural, aumentou perto de 13%. Sendo também perceptível, uma recessão desta evolução nos anos de 2006 e 2007, muito devido à situação de crise financeira que surgiu nesse período, contudo em comparação com o ano 2005, em 2010, na maior parte das modalidades do setor constatou-se um crescimento no número de estabelecimentos, sendo que no caso dos Hotéis Rurais esse número resultou em mais do dobro.

Tabela 2.2 - Estabelecimentos do Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (número).

Fonte: *Turismo de Portugal, 2010.*

Modalidades	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Turismo de Habitação	248	232	232	233	243	241
Agroturismo	147	137	136	140	144	147
Casas de Campo	234	229	234	246	324	327
Hotel Rural	n.d.	18	24	30	42	42

Outros	424	394	397	398	433	429
Total global	1.053	1.010	1.023	1.047	1.186	1.186

Legenda: Outros - inclui as modalidades de Turismo Rural e Turismo de Aldeia, que ainda não se reconverteram de acordo com o diploma DL 228/09 - 14 Set.; n.d. - dados não disponíveis (última atualização em 28.12.2011)

Mais concretamente, pode-se analisar o número dos estabelecimentos do Turismo de Habitação e Turismo no Espaço Rural segundo as suas modalidades e por região na tabela 2.3, sendo que comparando com a tabela anterior, não se verifica uma evolução significativa entre 2010 e 2011 no número de estabelecimentos. Porém, é possível nesta tabela perceber-se a distribuição dos mesmos pelo país. Segundo esta análise, o maior número de estabelecimentos pertencentes ao TER, concentram-se no norte do país, seguido da zona centro. Pelo contrário, a zona onde se verifica um menor investimento neste tipo de turismo, é em Lisboa e Algarve, que vêm as suas oportunidades em outros tipos de turismo, mais direcionados para o turismo de massas. Também é importante referir-se que relativamente às ilhas, os Açores possuem mais unidades hoteleiras no domínio do TER que a Madeira.

Tabela 2.3 - Estabelecimentos do Turismo de Habitação e do TER, segundo as modalidades, por região (NUTSII).

Fonte: *Turismo de Portugal, IP- Inquérito ao turismo de Habitação e ao Turismo no Espaço Rural, 2011.*

NUTS	Total	Turismo de habitação	Turismo rural	Agroturismo	Casas de campo	Turismo de aldeia	Hotel rural
PORTUGAL	1.188	243	425	147	322	9	42
CONTINENTE	1.026	220	396	142	219	8	41
Norte	497	123	205	56	96	3	14
Centro	262	58	89	33	67	3	12
Lisboa	26	12	11	1	0	0	2
Alentejo	204	23	71	47	50	2	11
Algarve	37	4	20	5	6	0	2
REG. AUTÓNOMA AÇORES	108	13	22	3	69	1	0
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	54	10	7	2	34	0	1

A distribuição geográfica dos projetos e investimento do TER e Turismo de Habitação é algo assimétrica, no entanto, como reflete o mapa da oferta da figura 2.2, o Norte destaca-se representando 48,4% deste tipo de estabelecimentos no Continente, com o distrito e concelho de Bragança a ocupar as posições cimeiras com 19% dos projetos. Já na Região Centro é visível a hegemonia do distrito de Viseu e o concelho de S. Pedro do Sul. Os projetos de TER analisados, direcionaram-se maioritariamente para as modalidades de alojamento de Turismo de Habitação e Turismo Rural, embora o Agroturismo e o Turismo de Natureza estejam também em evidência.

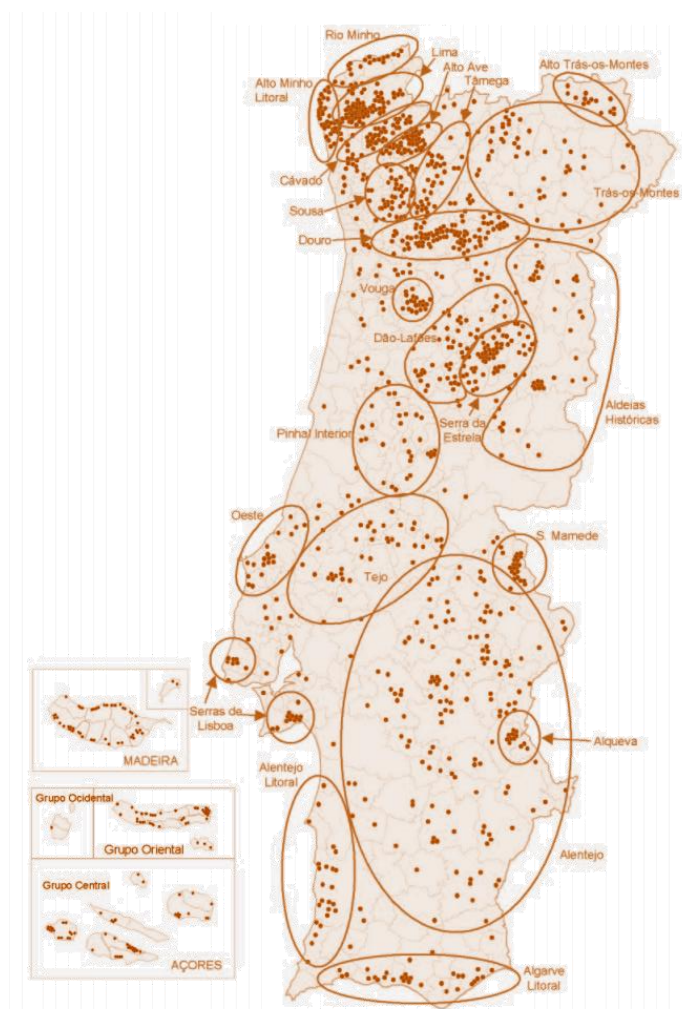


Figura 2.2 - Estabelecimentos TER-TN 2010 - Tipologia geográfica das principais áreas de oferta.

Fonte: Instituto de Estudos Sociais e Económicos, Turismo de Portugal, 2010.

Para se perceber melhor esta evolução, considerou-se o estudo da capacidade destes mesmos estabelecimentos no regime do TER e do TH, onde as estatísticas do Turismo de,

Portugal também refletem uma evolução positiva da expressão deste tipo de turismo em Portugal. Na tabela 2.4, constata-se que a evolução do número de camas disponibilizadas por modalidade é crescente ao longo do período 2005 a 2010. Isto, a par do que já foi referido, permite analisar que na evolução verificada nesse período, com o aparecimento de mais 133 unidades hoteleiras, aparecerem com elas mais 2.552 camas. Isto reflete um aumento de 23,6% na capacidade em número de camas que estes estabelecimentos ganharam só entre 2005 e 2010.

Tabela 2.4 - Capacidade de alojamento nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (nº de camas).

Fonte: *Turismo de Portugal, 2010.*

Modalidades	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Turismo de Habitação	2.838	2.678	2.719	2.733	2.875	2.869
Agroturismo	1.846	1.737	1.739	1.781	1.834	1.907
Casas de Campo	1.744	1.677	1.793	1.893	2.402	2.460
Hotel Rural	n.d.	666	934	1.111	1.509	1.508
Outros	4.364	4.084	4.142	4.174	4.621	4.600
Total global	10.792	10.842	11.327	11.692	13.241	13.344

Legenda: Outros - inclui as modalidades de Turismo Rural e Turismo de Aldeia, que ainda não se reconverteram de acordo com o diploma DL 228/09 - 14 Set.; n.d. - dados não disponíveis (última atualização em 28.12.2011)

Mais uma vez, não é perceptível uma grande evolução entre os dados de 2010 e 2011, verificando-se até um pequeno recuo de 51 camas disponibilizadas para o serviço do TER e do TH, contudo, de acordo com a tabela 2.5, é possível perceber-se que a própria capacidade deste tipo de estabelecimentos, comprova a tendência verificada no país, isto é, o norte continua a aparecer como área dominante disponibilizando 5.363 camas o que significa que só o norte comporta 40,3% do total das camas existentes em todo o país, contando também com as ilhas. Sendo que estas em simultâneo, com os valores da Madeira e dos Açores juntos, representam um total de 10,6% no valor total da

capacidade destes estabelecimentos, revelando-se portanto uma fatia pouco relevante no total do mercado do TER e TH em Portugal.

Tabela 2.5 - Capacidade de alojamento do TH e do TER, segundo as modalidades, por regiões (NUTS II).

Fonte: *Turismo de Portugal, IP - Inquérito ao Turismo de Habitação e ao Turismo em Espaço Rural, 2011.*

NUTS	Total	Turismo de habitação	Turismo rural	Agroturismo	Casas de campo	Turismo de aldeia	Hotel rural
PORTUGAL	13.293	2.882	4.372	1.897	2.352	284	1.506
CONTINENTE	11.886	2.633	4.040	1.843	1.636	256	1.478
Norte	5.363	1.430	2.050	713	678	68	424
Centro	2.991	717	899	455	403	139	378
Lisboa	320	136	98	12	0	0	74
Alentejo	2.701	291	785	580	496	49	500
Algarve	511	59	208	83	59	0	102
REG. AUTÓNOMA AÇORES	862	149	262	48	375	28	0
REG. AUTÓNOMA MADEIRA	545	100	70	6	341	0	28

Em suma, a verdadeira prova da potencialidade destes serviços, reside na taxa de ocupação dos mesmos, isto é, só é possível perceber-se a viabilidade destes serviços, ao nível do seu poder económico no contexto nacional, se se conferir que de fato que cada vez mais as pessoas aderem a este ramo do turismo.

Assim sendo, com a análise do gráfico da figura 2.3, percebe-se que existe efetivamente uma maior procura deste tipo de estabelecimentos. Essa procura tende-se crescente, isto porque os valores do total global entre 2005 e 2010, revelam um crescimento de 4% só nestes últimos 5 anos. O que sugere que mesmo que seja um crescimento tímido, em 2010 o TER e o TH, consideravam já 17,6% do total do turismo praticado em Portugal. Sendo esta uma tendência crescente, o Turismo em Espaço Rural merece um lugar relevante nos interesses do turismo nacional.

Também se revelou bem evidente no mesmo gráfico, a quebra no consumo em 2008, havendo menos adesão ao setor por motivos da crise económica registada nesse período. Por outro lado, torna-se importante constatar que, como já havia sido mencionado, mesmo em situação de crise, a partir de 2008, a orientação da evolução deste mercado foi sempre crescente em todas as regiões do país, excetuando-se a região autónoma da Madeira que revela um decréscimo constante desde 2005. Assim como Lisboa, que tem tido um decréscimo significativo dos visitantes nesta vertente do turismo.

Por outro lado, o Algarve, tem revelado nos últimos anos um crescimento significativo neste tipo de mercado, pensa-se que este crescimento está associado ao fato de esta zona ser muito visitada por turistas estrangeiros, sendo que estes, como se deslocam por um período mais alargado de tempo, “aproveitam” para visitar toda a região e consequentemente aderir a este tipo serviços.

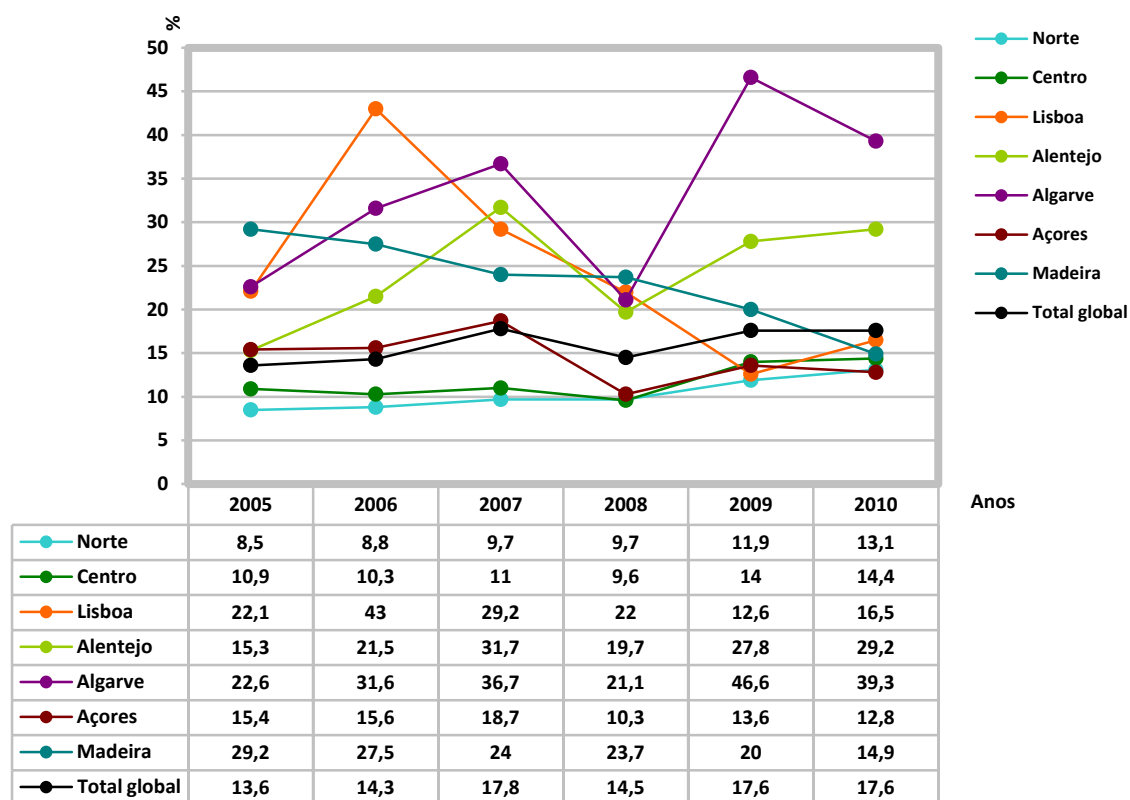


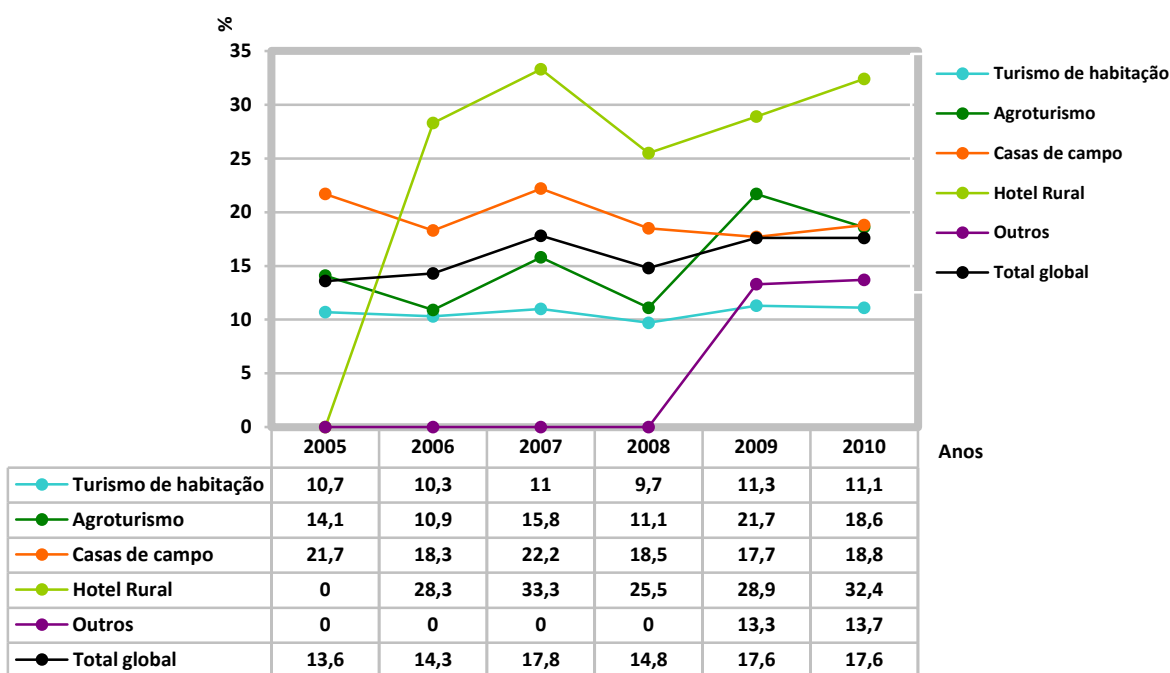
Figura 2.3 - Taxa de ocupação-cama nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e TER, por NUTS II (%).

Fonte: *Turismo de Portugal, 2010*.

Por outro lado, é possível perceber-se como se estabeleceu a evolução do TER, ao nível das suas modalidades em território português através do gráfico da figura 2.4.

Desta forma, segundo o mesmo, os hotéis rurais têm assumido um papel fundamental no que toca às escolhas dos turistas, sendo que mesmo aparecendo em número reduzido, como foi anteriormente analisado, em 2011 registavam-se apenas 42 unidades deste carácter em todo o país, incluindo regiões autónomas, só estes estabelecimentos assumiam 32,4% do total do turismo praticado em espaço rural em 2010.

Por outro lado turismo de habitação tem tido uma evolução muito menos significativa ao longo destes últimos anos, assumindo também um papel menos significativo no que toca às escolhas dos próprios turistas.



Legenda: Outros - inclui as modalidades de Turismo Rural e Turismo de Aldeia, que ainda não se reconverteram de acordo com o diploma DL 228/09 - 14 Set.; 0 - dados não disponíveis

Figura 2.4 - Taxa de ocupação - cama nos estabelecimentos de Turismo de Habitação e do TER, por modalidades (%).

Fonte: *Turismo de Portugal, 2010.*

Ao nível da oferta de serviços, atividades de animação e infra estruturas/equipamentos disponibilizadas por este tipo de estabelecimentos, verificou-se que esta é reduzida e

dispersa. Isto porque os resultados da inquirição à oferta de serviços existentes nos estabelecimentos TER/TN consideram, que os serviços fornecidos sob gestão da própria entidade que assumem maior peso nas modalidades de prestação dos mesmos (tabela 2.6).

Tabela 2.6 - Serviços, atividades e equipamentos oferecidos pelos estabelecimentos TER/TN, segundo as entidades prestadoras (%).

Fonte: Inquérito aos estabelecimentos no âmbito do estudo de caracterização do TER/TN em Portugal, IESE, 2008.

	Total	Própria entidade	Entidade externa	Outros regimes	Não tem
SERVIÇOS					
Fornecimento de refeições por encomenda	45,8	34,4	9,2	2,2	54,2
Guarda de animais domésticos	25,9	24,6	0,3	1,1	74,1
Fornecimento de refeições em regime aberto	19,8	15,0	4,0	0,8	80,2
<i>Baby-sitting</i>	12,7	8,0	3,6	1,1	87,3
ATIVIDADES DE ANIMAÇÃO					
Percursos pedestres	68,4	42,7	18,7	7,0	31,6
Percursos de bicicleta, jipe, moto, ...	54,9	32,0	16,8	6,2	45,1
Observação de animais	42,3	27,0	10,2	5,1	57,7
Organização de festas e reuniões	37,8	27,7	5,4	4,6	62,2
Venda de produtos locais	35,4	24,7	7,5	3,2	64,6
Atividades equestres	32,5	9,8	17,3	5,4	67,5
Animação de crianças	16,8	9,9	4,5	2,3	83,2
INFRAESTRUTURAS E EQUIPAMENTOS					
Piscina descoberta	69,6	66,2	2,7	0,7	30,4
Sala de jogos	52,3	50,0	1,3	1,0	47,7
Campo de ténis	31,6	18,6	9,5	3,5	68,4
Campo de golf/ mini golf	15,6	2,2	10,6	2,8	84,4
Piscina coberta	11,8	4,5	5,3	2,0	88,2
Ginásio 11.6	6,1	3,6	1,9	2,1	88,4
SPA/ Estética	11,1	2,8	6,1	2,2	88,9

Em análise a estes dados, as atividades de animação, com alguma expressão, referem-se à organização de percursos pedestres (68,4 % das unidades, com maior expressão no Alentejo e no Algarve) e à organização de festas e reuniões (37,8%, com maior expressão no Norte e no Centro do país). No caso das infraestruturas e equipamentos disponíveis

nos estabelecimentos TER/TN, destacam-se as piscinas descobertas, salas de jogos e os campos de ténis. Outras infraestruturas mais complexas, como é o caso do ginásio, Spa ou piscina coberta, têm alguma expressão apenas em regiões turísticas mais dinâmicas.

De modo geral, esta análise permite reconhecer o esforço por parte das unidades TER, em recorrer a entidades externas e a acordos de parceria, para poder viabilizar a utilização de equipamentos mais especializados/sofisticados, bem como o acesso a um maior leque de atividades de animação. Trata-se portanto, de um esforço de enriquecimento da oferta no âmbito do TER, para além das tradicionais formas de alojamento

Quanto aos meios de divulgação mais utilizados por estes estabelecimentos são, como em maior parte das restantes formas de turismo, os *websites* na internet, sendo que no total da promoção destes estabelecimentos assume um peso superior a 80%, a divulgação por material impresso (como é o caso dos panfletos) e os guias turísticos.

De fato, a divulgação através da internet tem assumido um carácter cada vez mais importante na promoção do turismo, isto porque a maioria dos hóspedes afirma escolher os seus locais de visita através de *websites*, onde conta a apresentação dos mesmos, bem como a informação dos locais com a devida descrição e visualização do local, também a operacionalidade para contatos e reservas destes *sites*, contribuem para atrair a procura.

Ao nível da comercialização, observa-se a importância do contato direto estabelecido entre os hóspedes e o estabelecimento, independentemente da região de implantação. De modo geral, esta forma de comercialização é acompanhada, por outros instrumentos de divulgação, nomeadamente: operadores/agências de viagens *online* e centrais de reserva próprias, sendo que a inserção em redes associativas é, ainda, um meio muito recente.

b) Autenticidade, coleção de experiências e distinção social

Paralelamente aos fatores atrás referidos, existem também outras questões que têm vindo a ser analisadas, isto porque tanto os turistas estrangeiros como os nacionais, acreditam que no ambiente rural é possível encontrar-se mais facilmente formas ditas “genuínas” de ser e de estar do próprio determinado espaço físico e social, surgindo

assim a indicação de que “as pessoas do campo são mais genuínas e autênticas que as da cidade” (Bruner 1994; Cohen 1988; MacCannell 1999). Aliado à busca de autenticidade por parte do turista, que deseja o contato com vivências de outros tempos diferentes dos do seu quotidiano, ou seja “noutros períodos históricos e noutras culturas, em estilos de vida mais puros e mais simples” (MacCannell 1999: 3). Esta autenticidade procurada pelo turista não é apenas relativa ao mundo exterior, sendo também um intuito do turista em encontrar a sua própria autenticidade, uma autenticidade existencial. Isto porque os meios urbanos são muitas vezes conotados como mundo artificiais e complexos onde as pessoas acabam por ser contagiadas por uma tendência em se manter tudo o que é aparente, ao contrário dos meios rurais, que são característicos pela sua simplicidade, autenticidade e pelas relações sociais entre os habitantes locais. Assim sendo, a presença por parte das pessoas vindas da cidade no campo, proporciona a oportunidade de recuperarem a sua própria autenticidade, que se acredita ser muito abalada pela atual vida urbana.

Encontra-se também na expectativa do turista, a vontade de conhecer o território nacional de forma mais específica, considerando povoações, paisagens, costumes, tradições e património histórico edificado, vulgarmente denominado de “Portugal profundo”.

Tem-se analisado contudo, que esta busca tem tido mais seguidores estrangeiros que propriamente portugueses, sendo que os estrangeiros praticam este tipo de turismo, procurando enriquecer as suas experiências multiculturais ou apenas conhecer melhor a essência de um novo país, já os portugueses procuram conhecer melhor o seu próprio país e a sua própria identidade nacional. Isto acontece devido ao fato de os campos terem ganho valor simbólico, à medida que a importância do valor do cultivo se vai perdendo. Isto porque, com o processo êxodo rural, os campos foram-se tornando para a população citadina como pontos repletos das virtudes inalcançáveis nos meios urbanos. Pelo menos desde a segunda metade do século XIX, a cultura popular do meio rural, tem assumido um papel essencial na divulgação do património português no contexto intelectual do país o que proporciona que as paisagens rurais sejam, cada vez mais, vistas como marcos nacionais nas sociedades contemporâneas (Leal, 2000).

Um outro fator que é visto como fomentador do TER, é a própria vontade de alguns turistas em se afastarem dos destinos turísticos mais procurados e congestionados, como

é o caso do Algarve, esta atitude revela que muitos turistas, denominados de *tourist angst*, no seu período de férias preferem distanciar-se dos turistas de massas (Dann, 1999).

Geralmente quando se fala dos protagonistas do TER, refere-se um público muito específico com uma perspetiva mais interiorizada de turismo, não fazendo sentido se for destroçada pela confusão trazida pelo turismo de massas (Urry, 2002). Sendo este distanciamento físico acompanhado também por um distanciamento concetual, isto porque os clientes do TER têm motivações, interesses e comportamentos distintos dos turistas convencionais (de massas). Esta noção de antiturista é proposta por Jacobsen (2000), que afirma que estes turistas têm a tendência de não se considerarem turistas sempre que desempenham esse papel.

É também importante referir-se que os consumos associados ao turismo, estão muitas vezes repartidos por *status* sociais, sendo esta uma distinção estabelecida com base na educação, ocupação, residência e bens dos turistas. No caso específico do TER, os intervenientes consideram este tipo de experiência turística mais valiosa e autêntica que a daqueles que praticam turismo de massas (Bourdieu, 1979). Isto reforça a inserção dos hóspedes do TER em Portugal no seu papel *antiturista*, sendo que muitos destes turistas acreditam que a excecionalidade das suas experiência nestes espaços depende da própria afluência dos turistas à região, sendo que quanto menos turistas existirem, mais “exclusiva” será a experiência (Jacobsen 2000). Desta forma, verifica-se uma reação cultural e social das novas classes médias que tencionam ser parte de um turismo que marca a distinção social e espacial das “massas douradas” (Munt, 1994).

É importante relembrar que nem todos os clientes do TER se deslocam pelos motivos que já foram apresentados, por exemplo aqueles que se dirigem para estes meios com o objetivo de visitar familiares e amigos, frequentar atrações turísticas ou até participar em eventos desportivos, entre eles a prática de caça, pesca e desportos radicais, mas também em outro tipo de atividades como feiras de artesanato, festivais de gastronomia e folclore. Kastenholz (2003) estrutura uma nova tipologia de acordo com o perfil motivacional dos turistas:

- Os entusiastas rurais calmos: geralmente são indivíduos mais idosos, de elevado estatuto social, económico e cultural e procuram encontrar neste tipo de espaços o

património cultural, o ambiente despoluído e calmo, a proximidade com a natureza, a integração num estilo de vida tradicional e acima de tudo, espaços autênticos;

- Os entusiastas rurais ativos: são mais jovens e seguem de modo geral os princípios dos entusiastas rurais calmos, contudo anseiam também outro tipo de atividades (desportivas e recreativas e em oportunidades de convívio);

- Os puristas: são maioritariamente estrangeiros que procuram essencialmente o contato com a natureza, despoluída e tranquila, contudo, não valorizam determinados aspetos como o património arquitetónico, o convívio, nem aspetos culturais.

- Os urbanos: são fundamentalmente jovens que não valorizam o campo e as suas características, procurando infraestruturas, divertimentos, atrações e atividades, sendo estas na maior parte dos casos incompatíveis com as características próprias da ruralidade como o “autêntico” e “calmo”.

Numa análise realizada pelo Instituto dos Estudos Sociais e Económicos (IESE) conclui-se que no caso dos hóspedes do TER em Portugal participantes em todos estes perfis, contudo, verificam-se mais entusiastas rurais calmos e entusiastas rurais ativos.

Essa tendência, é perceptível numa análise da distribuição dos turistas pelos estabelecimentos do TER e TN por grupo etário estabelecida na tabela 2.7, onde se percebe que os utentes que praticam este tipo de turismo, têm as idades referidas por Kastenholtz.

Figura 2.7 - Distribuição dos hóspedes dos estabelecimentos TER/TN, por grupo etário

Fonte: IESE, 2008

Faixa etária	%
0 - 14 anos	0,6
15 - 24	4,9
25 - 44 anos	52,3
45 - 64 anos	33,4
65 ou + anos	7,8
N.e.	1,0
Total global	100

A procura das unidades de TER em Portugal é fundamentalmente composta por indivíduos provenientes dos grandes centros urbanos do país e do estrangeiro, como

Lisboa, Porto, Amesterdão, Berlim, Londres, Paris e Washington sendo que em termos etários, trata-se de uma população relativamente jovem, a maioria da qual com uma idade compreendida entre 25 e 44 anos, sendo bastante reduzido o número de indivíduos com idade superior a 65 anos.

Por outro lado, relativamente ao tempo dispensado pelos turistas nestes espaços, constatou-se que varia de acordo com diversos fatores como as condições climatéricas, as atividades de animação existentes na unidade ou nas proximidades, as atrações, as motivações e a disposição dos turistas: a passear, a conhecer as atrações marcadas e não marcadas, a ler, a dormir, a conviver à lareira, a namorar, a degustar pratos e produtos locais, etc. Esta multiplicidade de atividades, que tem ganho cada vez mais ramificações com a evolução dos tempos, evidencia que os espaços rurais constituem efetivamente “locais de consumo” (Urry, 1995) tratando-se de um consumo maioritariamente visual, contudo também existem outras vertentes que visam apelar aos outros sentidos como o gosto, a audição e o olfato.

É, por outro lado, importante referir que os consumos destes turistas não se limitam àqueles que só são possíveis de se realizarem nas áreas rurais, isto porque existem sempre visitantes que se deslocam do seu ponto de estadia rural para os centros urbanos mais próximos, a fim de visitar atrações ou realizar atividades que só se encontram nestes centros. Esta prática verifica-se mais entre os estrangeiros que os portugueses em si, isto porque como se encontram num outro ambiente, os estrangeiros sentem maior necessidade de conhecer uma maior diversidade de espaços e experiências no país de visita e também devido ao fato de as suas estadias serem mais prolongadas e consequentemente terem mais tempo para visitarem o local onde estão alojados e as suas redondezas. Por outro lado, os portugueses, ao contrário dos estrangeiros, quando se deslocam para países estrangeiros, não é habitual que frequentem este tipo de unidades, optando geralmente pelas formas de alojamento convencionais, como os hotéis e as pensões, por motivos característicos dos motivos do turismo de massas, como é o caso das visitas de cariz cultural ou de recreio a cidades ou estâncias balneares (Moinet 2000).

2.6 Constrangimentos ao nível do TER em Portugal

É evidente que as zonas urbanas sempre foram consideradas como pontos privilegiados, característicos pelo seu dinamismo e inovação, fatores estes que proporcionam mais e melhores oportunidades para melhorar a qualidade de vida dos cidadãos. Isto até à atualidade, sendo que segundo dados da ONU, em 2008, mais de metade da população mundial vive em cidades e calcula-se que este valor duplique até 2050.

Estes fatores revelaram-se dos principais motivos do declínio do meio rural, que verificou os seus máximos demográficos antes da década de cinquenta, mesmo antes das grandes correntes de êxodo para as cidades e zonas costeiras e do forte fluxo de emigração para o resto da Europa. O campo passou assim a resultar de uma consequência do esquecimento, passando a ser visto como ponto de visita, basicamente de passagem, onde as pessoas se dirigem para escapar dos problemas das cidades modernas.

Tal como se pode constatar nos gráficos relativos à evolução do TER em Portugal, percebe-se que estes assumem um crescimento ainda acanhado face à expectativa que se cria neste domínio. Isto porque o meio rural tem sofrido as consequências de alguns constrangimentos ao seu desenvolvimento, como por exemplo a emigração da população jovem e em idade ativa, o consequente envelhecimento da população que fica pelo país e associado a isso, o aumento da taxa de analfabetismo, população esta que vive de pensões e reformas, sem atividade económica (Batista, 2006) estes fatores formam um cenário propício à exclusão social a destruturação social, danos ambientais e outras consequências como o desemprego, subemprego, pobreza e desqualificação, aspetos estes, contrários aos pretendidos pelas ordens governamentais (Moreno 2007).

Segundo Cavaco (1994), o espaço rural português encontra-se numa crise profunda, sendo que algumas zonas se encontram já em estado terminal devido á desertificação humana e à consequente desvitalização económica, social e política.

Este é um quadro pouco desejado para o panorama nacional, que não se tem invertido com o tempo, apesar de se verificar, através de dados do ministério do ambiente, num relatório publicado em 2006, alguma evolução positiva neste sentido, segundo esse relatório, nos dias de hoje não é tao evidente a desproporcionalidade entre litoral/ interior e entre norte/sul, verificando-se uma maior coesão territorial com a diminuição

das assimetrias no acesso aos bens públicos essenciais. Contudo este esforço ainda não é o suficiente para se alcançar uma dinâmica de mercado sustentada, isto porque ainda se identificam alguns problemas, como por exemplo, zonas desfavorecidas devido à baixa densidade populacional.

O Portugal interior, norte e centro, considerado “rural de baixa densidade”, com uma densidade rural média de 13 habitantes/km², e de acessos difíceis, tem continuado a perder gente, onde as práticas de cultivo locais, como agricultura e floresta, são responsáveis por menos de um sexto da riqueza gerada com um impacto inferior a 20% na economia do país, desta forma, é considerada uma dinâmica socioeconómica frágil apresentando uma agricultura pouco competitiva (Baptista 2006).

Ainda assim, a agricultura continua a ser uma das principais ocupações neste meio, sendo que ainda é considerada um dos principais fatores de gestão dos recursos naturais e configuração das paisagens rurais contribuindo para o desenvolvimento socioeconómico das áreas rurais potencializando o seu crescimento (Baptista, 1996).

A Política Agrícola Comum no espaço rural português, desde 1992, mostra a fragilidade das estruturas de produção, dos circuitos de comercialização e da própria formação da mão-de-obra que não permite acompanhar a evolução tecnológicas (Baptista, 1996). Nestas circunstâncias, torna-se previsível que o espaço rural conflua num espaço de usufruto ambiental e de lazer (Correia e Figueiredo, 2008). Considerando-se portanto, um “rural pós-agrícola”, característico pela fraca capacidade dos residentes em aproveitarem oportunidades e dinamizarem iniciativas. Este fator, cria oportunidade para as populações que vêm de fora, agentes exteriores vão lentamente tomando iniciativas, motivadas por uma ideia do rural por oposição ao urbano, diferentemente da ideia que a população rural faz do seu próprio espaço (Baptista, 2006).

Durand e Huylenbrock (2003) evidenciam esta tendência de perda de importância da atividade agrícola e de diversificação das funções nas áreas rurais, sendo o camponês (entendido como empresário rural) outros membros do seu agregado, coordenadores de uma maior multiplicidade de tarefas, combinando a atividade agrícola em si com alargamento do âmbito dos bens e serviços produzidos e vendidos, como:

- Produção de bens alimentares (saudáveis, adaptados às necessidades do consumidor ou da indústria, não poluindo o ambiente);

- Transformação e comércio de produtos (produtos da ruralidade vendidos através de pequenas redes, cabazes, via correspondência, entre outros);
- Ocupação do espaço rural;
- Participação no desenvolvimento rural;
- Contribuição da reciclagem de resíduos;
- Uso recreacional do espaço rural;
- Redução dos riscos naturais (incêndio, controlo da erosão do solo, entre outros).

Esta multifuncionalidade permite que o campo se mantenha atrativo, sendo que, ao possibilitar a fixação das pessoas, assegura simultaneamente bases para a existência de serviços locais e conseqüentemente estimular o crescimento económico (Van der Ploeg et al, 2000). É, portanto, evidente, a necessidade da articulação entre o campo e a cidade através de novas funções desenvolvidas no meio rural, onde o ambiente e a paisagem assumem papéis centrais.

Não obstante, esta atração pelo rural foi uma realidade tardia nos países do Sul da Europa (Rodrigo, 2003), sendo que no caso de Portugal, o espaço rural é considerado como um marco da nossa cultura, o que implica que no país sempre se tenha dado mais privilegio às questões associadas a este espaço, contudo, isso não implica que não existam práticas ambientalmente incorretas, que devem ainda ser repensadas (Figueiredo, 2003).

Os “protagonistas exteriores” são atraídos ao meio rural essencialmente pelas potencialidades do seu ambiente tão diretamente contratante com a natureza, mas também pelas perspectivas de negócio que este meio apresenta. De forma generalizada, esta atração é fundamentada pela tentativa de fuga aos problemas do meio urbano, como é o caso do *stress* da vida urbana, as dificuldades de circulação, os problemas sociais, a criminalidade e a poluição de vários tipos, com conseqüências conhecidas na saúde das pessoas. Sendo que para além disso, existe nos dias de hoje uma maior aproximação entre os padrões de vida entre as cidades e as aldeias assim como o melhoramento dos acessos (Fidalgo, 1999).

Uma vez que os utentes do rural estão essencialmente na cidade, estes valorizam o lado “natural” do rural, o que provoca a crescente preocupação por questões ambientais no espaço rural e no seu desenvolvimento, onde a conservação e aproveitamento dos

recursos naturais assume um papel de destaque: *“as zonas rurais da Europa têm muito para nos oferecer: desde matérias-primas essenciais a espaços de indiscutível beleza, onde podemos descansar, recuperar energias e entregar-nos a múltiplas atividades de lazer. São os nossos pulmões e, por essa razão, uma das frentes de batalha da luta contra as alterações climáticas”* (Figueiredo, 2003:163).

Estas questões ganham uma maior dimensão quando se fala por exemplo em zonas classificadas, como é o caso das consideradas áreas protegidas que na maior parte dos casos são espaços rurais profundos e que têm como principal consequência a não permissão da fixação das pessoas, sendo as atividades humanas mais restritivas do que noutras zonas relativas a áreas não classificadas. Contudo, existem também, vantagens associadas a estas zonas, sendo uma das principais, a contribuição para preservação dos valores naturais, das condições do meio e de práticas tradicionais que, assumem nos dias de hoje um grande potencial de atração e de valorização económica.

No seguimento desta nova preocupação, o ICNB promoveu Plano Sectorial da Rede Natura 2000 em Portugal, que considera a prática agrícola e florestal importantes veículos na conservação da natureza do país (Carvalho, 2006). Existe assim, um pressuposto em conciliar a produção à proteção do ambiente, podendo isto trazer vantagens às economias rurais, com a diminuição do desemprego local, novas relações de produção e facilidade na obtenção de alimentos e bens por toda a comunidade (Baptista, 2006).

Neste campo, existe uma dualidade entre teoria e prática, isto é, de fato percebe-se um esforço para valorizar os recursos naturais, principalmente nestas áreas, contudo, na prática isso não se verifica, sendo que para colmatar isso, a União Europeia optou pela criação de uma nova *“Business & Biodiversity”*, para poder identificar novas oportunidades de negócio associadas à conservação da natureza, tentando assim, atrair o investimento privado. Esta iniciativa surge com o objetivo de travar a perda de biodiversidade que a Comissão Europeia considera ser um processo emergente.

Desta forma, o turismo verde, rural ou alternativo, são vistos como uma solução ao declínio da agricultura e das economias rurais, sendo que a própria Comissão Europeia considera que a Estratégia de Lisboa relativa à Política Agrícola Comum, deve privilegiar o ambiente e o turismo como sendo as principais fontes de rendimento nas áreas rurais.

Porém, esta intenção é mais problemática do que à partida possa parecer (Cristóvão, 2000) dado que:

- Verifica-se ainda uma dificuldade em se calcular o valor dos serviços exercidos neste espaço para os visitantes;
- Algumas áreas deste mercado, no meio rural, sofrem opressões, devido ao fraco papel que ainda assumem nas sociedades desenvolvidas, apesar de ser um mercado em ascensão.
- A crescente concorrência direta com instituições dentro de uma dada região, no país ou mesmo entre países;
- A elitização do turismo em espaço rural, provoca um fraco enraizamento local e escassos impactos, em termos de resultados económicos e de criação de emprego, devido ao fato de os fundos serem produzidos lá mas por gentes de fora;
- A má coordenação entre os agentes interferentes na cadeia turística, com efeitos na atração dos turistas e coerência na disposição dos seus gastos;
- Verifica-se também um grande conflito entre as opiniões dos intervenientes (proprietários, visitantes e agentes políticos) nesta prática turística face às questões do ambiente, paisagem, desenvolvimento agrícola e das condições de vida quotidiana nos espaços rurais.

Existe também, outra questão associada aos efeitos do afastamento entre cidade e campo, desta vez de forma não intencional, isto porque nas primeiras décadas do século XX com o movimento modernista na arquitetura e urbanismo, apareceram novas soluções urbanísticas, como a construção em altura, que tiveram como efeito o afastamento do homem com o solo, originando ambientes artificiais, desvalorizando a área envolvente e isolando as pessoas, tanto nas suas cidades como no seu contato com o campo, sendo a aproximação ao campo tão procurada hoje por muitos cidadãos uma consequência desta evolução (Magalhães 2001).

Desta forma, a perfeição que se gera associada ao espaço rural não é real, é mais uma representação social de quem pretende a todo custo fugir dos problemas do modo de vida urbano. Sendo que, quanto mais afastado for o rural real da imagem criada pelos visitantes, maior será o grau de insatisfação dos mesmos e menor será a probabilidade de viabilizar economicamente esse espaço. Isto resulta num meio rural pronto para o

consumo urbano e por isso a necessidade de recorrer a atividades de recreio e lazer associadas aos recursos locais (Correia e Figueiredo, 2008).

Além disto, existem também questões de outra ordem, mais governamental, sendo que deveria ser do desígnio nacional, o esforço em dar novos rumos a esta parte profunda e esquecida de Portugal, contudo, verifica-se que como se tratam de meios pouco significativos do ponto de vista da sua densidade populacional, os proveitos políticos desse esforço são escassos. Um relatório do Departamento de Prospetiva e Planeamento (DPP) (2006), considera a necessidade da cooperação ao nível institucional e territorial, no planeamento estratégico, na constituição de redes formais ou informais, na articulação cidade-campo e na comunicação entre estes.

Existem neste âmbito razões que fundamentam a articulação cidade-campo, por exemplo, ao nível económico, onde a agricultura não representa apenas valores relacionados com a produção de matéria-prima, mas também assume um papel fundamental na conservação, recreação e lazer, isto a par das necessidades das sociedades atuais, que se evidenciam ao nível da qualidade dos produtos produzidos, da gestão da paisagem rural e também ao nível dos serviços aplicados neste âmbito (Durand e Huylenbroeck, 2003).

Desta forma, relativamente aos produtos, existe neste meio, uma maior expectativa tanto ao nível da segurança e saúde como ao nível da autenticidade, características regionais, incorporação de serviços, e valor simbólico, possivelmente devido à distância crescente entre produtores e consumidores. Quanto à gestão da paisagem, a agricultura permite preservar a paisagem reduzindo a poluição. Relativamente aos serviços exercidos, a agricultura contribui para a manutenção de uma base produtiva, para a riqueza do ambiente natural e cultural, para o crescimento económico e emprego e para reciclagem e reutilização de resíduos.

É perceptível, na sociedade atual, uma certa desconformidade com o papel das estratégias aplicadas no país no âmbito das questões ambientais, sendo que muitas vezes os planos existentes traduzem apenas de forma mecanizada regulamentos essencialmente dominados por questões de natureza geométrica e volumétrica, deixando de parte pontos mais sensíveis (Fidélis, 2001). Sidónio Pardal (2002), chega mesmo a criticar o atual sistema de planeamento, considerando os “parâmetros urbanísticos” demasiado difusos para a importância que deveriam ter, segundo o

mesmo, estes “ignoram as suas conseqüências nos comportamentos da administração do território nas atividades agrícola e florestal” (Pardal, 2002:34), numa expectativa de que o espaço rural não se torne numa simples reserva dos caprichos urbanos.

Contudo, existe um esforço de foro nacional na inversão do declínio rural, por exemplo, com a implementação do plano LEADER que financiou várias iniciativas de desenvolvimento rural. Foi considerada uma medida que permitiu mobilizar os recursos locais, o que possibilitou, em certa medida, a reconstituição do tecido económico e social em espaço rural. Esta medida, trouxe de fato vantagens visíveis, contribuindo para um restabelecimento da confiança dos investidores e consequentemente impulsionando a localização da inovação (Moreno, 2007).

Capítulo III - Desenvolvimento rural e sustentável

3.1 Desenvolvimento - o conceito

Este não é um conceito novo, remontando aos primórdios da história humana, que ganha uma nova dimensão com Aristóteles ao escrever: “a riqueza não é evidentemente o bem que procuramos é apenas um meio para alcançar qualquer coisa mais” (PNUD, 1994), passando a ser alvo de estudo pelas sociedades vindouras.

À ideia de desenvolvimento, associou-se posteriormente a ideia de progresso científico e técnico, que mais tarde serviram de base ao paradigma do crescimento económico. Esta perspetiva marcou o século XIX e parte do século XX (até à década de setenta), onde o crescimento económico aparecia predominante sobre o desenvolvimento, devido ao espírito economicista que se vivia na época. Contudo, após a Segunda Grande Guerra, verifica-se uma mudança de consciências, perspetivando-se um crescimento económico linear sob uma visão evolucionista, o desenvolvimento era portanto entendido como sinónimo de crescimento económico (Cruz, 1995). Este novo paradigma do desenvolvimento evidenciou-se nos seguintes domínios (Figueiredo, 2003):

- Economicista;
- Industrialista;
- Produtivista;
- Tecnologista;
- Funcionalista;
- Centralista.

Contudo, este modelo foi-se desmoronando sendo desacreditado no que diz respeito à sua capacidade de crescimento económico ilimitada e global, revelando-se até causador de algum desequilíbrio entre os países tanto ao nível social como económico, isto porque este modelo não contemplava questões como a desertificação, a preservação ambiental, igualdade e desequilíbrios territoriais (Cavaco, 1995). Importante referir que este modelo, sendo global, não assumia as diferentes necessidades de país para país nos seus

mais variados contextos (social, cultural e económico). Sendo que o desenvolvimento não pode resultar num conceito universal, mas apenas local (nacional) e no seu tempo próprio. Por sua vez, com a crise económica de 1972, verificou-se uma necessidade de repensar o modelo de desenvolvimento que era exercido até então.

Perante isto, as Nações Unidas, procuram a cooperação internacional em busca de novos modelos de desenvolvimento com o fim de promover um maior equilíbrio entre as nações (PNUD, 1994), esse esforço, acabou por resultar na investida no conceito de desenvolvimento sustentável, que emergiu em força na década de 80.

3.2 Desenvolvimento sustentável

A Revolução Industrial foi um grande marco na evolução da humanidade, impulsionando o desenvolvimento técnico e económico das sociedades do século XVIII, contudo, existem também muitos problemas associados a esta época, como por exemplo a exploração dos recursos naturais que passaram a ser explorados de forma sistemática e ilimitada, originando-se uma série de desequilíbrios ao nível ambiental, económico e social, sendo este processo apoiado pelo modelo de desenvolvimento neoliberal, dinamizado nesta época e vigente até aos nossos dias (Hall e Page, 1999).

A questão do desenvolvimento sustentável nos países industrializados, remonta ao século XIX, contudo, permaneceu adormecido por uns tempos, passando a ser ouvido novamente, desta vez com rápida adoção, a sua implementação não foi tão bem sucedida, isto porque o reaparecimento do conceito de desenvolvimento sustentável está relacionado com graves acidentes e impactos ambientais produzidos, que provocaram uma onda de críticas ao modelo de desenvolvimento neoliberal, culminando daí a publicação em 1962 do livro *Silent Spring* de Rachel Carson (Butler et al., 1998).

Na década de setenta, começam a aparecer movimentos sociais devido aos problemas de insustentabilidade consequentes do modelo neoliberal. Estes movimentos, visavam promover ações de alerta perante a situação ambiental em que se vivia, e conseguir extrair alternativas para melhorar a mesma, sendo que em 1972, uma associação formada por cientistas, intelectuais e empresários de todo o mundo, que divulgou o Relatório *The Limits of Growth* (Os Limites do Crescimento), onde eram descritas as condições da degradação ambiental a nível mundial e elaborou algumas previsões para o futuro, onde se constatava que nos próximos 100 anos, os principais recursos naturais

estariam esgotados (Burnay, 1997). Nesse mesmo ano, foi realizada a primeira Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente, que acabou por resultar no estabelecimento da base teórica para o conceito Desenvolvimento Sustentável (Butler et al., 1998).

Dez anos mais tarde, em 1982, a mesma, cria uma Comissão Mundial para o meio ambiente e desenvolvimento, com o propósito de fazer uma nova análise aos problemas ambientais para posteriormente serem propostas estratégias ambientais a longo prazo com o objetivo de chegarem ao ano de 2000 (Hall e Lew, 1998).

Neste seguimento, foi elaborado um documento intitulado “Our Common Future” (Nosso Futuro Comum) em 1987, e consistia na promoção do desenvolvimento económico e social paralelamente à preservação ambiental, conciliando dessa forma questões como a preservação da natureza, eliminação da pobreza, crescimento económico e garantia da existência das gerações vindouras. No fundo este relatório, também conhecido como relatório Brundtland, refletia preocupações ao nível do meio ambiente e da sua sustentabilidade, da cultura e dos modos de vida, com o objetivo de lhe dar um impulso de ordem mundial.

O desenvolvimento sustentável, aparece como forma de proporcionar o crescimento económico, de forma a que outras questões não sejam esquecidas ou subvalorizadas, protegendo as oportunidades de vida das gerações seguintes e respeite os sistemas naturais dos quais o homem depende (PNUD, 1994). Para isso, foi necessário se ter ganho uma nova visibilidade resultante da tomada de consciência, onde os modos de vida atuais são tidos como abusivos e que se não forem controlados, rapidamente ultrapassaram a capacidade do planeta (Burnay, 1997).

Segundo a Comissão Mundial para o Ambiente e Desenvolvimento, o desenvolvimento sustentável é referente a um processo de exploração de recursos, de desenvolvimento tecnológico, de investimentos e alterações institucionais sendo que todos devidamente orientados visam a promoção da harmonia e satisfação face à necessidade dos recursos (CMAD, 1991).

Esta mesma Comissão elaborou os princípios fundamentais do desenvolvimento ficando conhecidos como “Declaração de Tóquio”, dos quais serão enumerados os seguintes (CMAD, 1991):

- Reavivar o progresso;
- Mudar a qualidade do progresso;
- Conservar e melhorar a base de recursos;
- Assegurar um nível populacional sustentável;
- Reorientar a tecnologia e controlar os riscos;
- Integrar o ambiente e a economia na tomada de decisões;
- Reformar as relações económicas internacionais;
- Intensificar a cooperação internacional.

Em 1994, foi assinada a Carta de Sustentabilidade das Cidades Europeias (Carta de Alborg), por 80 autoridades locais de toda a Europa. Sendo que se prendia essencialmente com os problemas verificados no meio urbano e fundamentava essencialmente o esquema da figura 3.1, baseando o desenvolvimento sustentável assente em três pilares essenciais: o ambiental, o económico e o social.

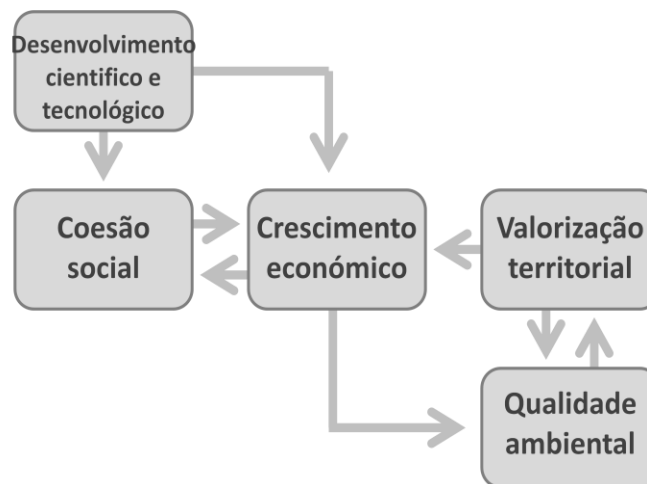


Figura 3.1 - Principais interações do desenvolvimento sustentável segundo a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS)

Fonte: *PIENDS, 2007*

Desta forma, o desenvolvimento sustentável baseia-se na relação das empresas com os movimentos sociais e as intervenções do poder político. Sendo um termo aceite pelos diversos grupos de interesse da sociedade, assenta em três pilares igualmente

importantes: social, ambiental e económico, cada um deles com múltiplos subtópicos de verificação, exigindo assim uma conceção sistémica da realidade, em que vários fatores interagem num certo sentido, criando algo novo que não é igual à soma das partes que interagiram (Fidélis, 2001). É importante referir que existe mesmo interdependência entre as três vertentes, sendo que ao alterar o peso de cada um dos três pilares, altera-se o resultado final.

A expressão “desenvolvimento sustentável” tem sido alvo de diversas críticas, sendo que a sua definição assenta na maior parte das vezes apenas numa vertente de sustentabilidade ecológica ou da manutenção das condições ecológicas para garantir a manutenção da vida humana (Becker e Jahn, 1999). Contudo este termo deve abordar também questões na vertente das ciências sociais e dessa forma, contemplar as relações entre a sociedade e a natureza durante longos períodos de tempo. Para isso são necessários serem analisados princípios como o da equidade social ou das relações sociais e sobre a gestão dos processos de mudança na sociedade.

Assim sendo, mesmo com a vulgarização da expressão original “desenvolvimento sustentável”, o uso dessa terminologia nem sempre corresponde ao seu sentido apropriado, nem à sua aplicação rigorosa. O ex-secretário geral da ONU, Kofi Annan, reconheceu que a expressão “desenvolvimento sustentável” poderia parecer abstrato à primeira vista, e que um dos principais desafios do nosso século seria tornar a ideia a ele associada uma mesma realidade para todos.

Nessa busca por um consenso na definição de sustentabilidade, na Declaração do Rio de Janeiro sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, um dos documentos oficiais aprovados na Cimeira da Terra, em 1992, a conhecida Agenda 21, que considera que o Estado deve promover a participação de todos os cidadãos nas decisões de interesse comum (Barbieri, 1992).

A Agenda 21 expressa também a intenção de que os cidadãos devem participar nas estratégias ou programas de desenvolvimento sustentável, e para que a mensagem seja compreendida, deverá adaptar-se às características da população a quem se dirige, o que implica a implementação de estratégias educativas que passam por uma reorientação do ensino para o desenvolvimento sustentável, para que a mensagem se torne clara para todos.

A Agenda 21, aparece no seguimento destes acontecimentos e considera uma estratégia de ação em prol de uma sociedade sustentável, intrínseca em vários programas de diversos governos. Estratégia esta, que conseguiu consagrar o consenso internacional focalizando-se na preservação dos seres vivos, da diversidade e vitalidade dos sistemas ecológicos, dos recursos não renováveis e simultaneamente na melhoria da qualidade de vida do homem (Burnay, 1997). Sendo um documento que contempla questões relacionadas com o desenvolvimento económico e social, com a administração dos recursos, assim como a criação de projetos que promovam o desenvolvimento sustentável tendo em conta a preservação dos recursos naturais e a qualidade ambiental (Figueiredo, 2003).

Um dos compromissos mundiais acordados na Cimeira da Terra em 1992, referia a importância da atuação à escala local com o apoio da administração local e até dos próprios cidadãos, para concretização dos princípios da Agenda 21. A importância destes processos participativos na sustentabilidade foi também apontada na Convenção de Aarhus, promovida pela Comissão Económica das Nações Unidas para a Europa, onde se considerou que “o desenvolvimento sustentável só poderá ser conseguido através do envolvimento de todos os ‘stakeholders’”. No caso Portugal, característico pela baixa participação cívica dos portugueses, que é frequentemente referida, revelam características de uma democracia jovem, de 30 anos, e são normalmente apontadas como obstáculos à sustentabilidade (Viegas, 2004).

Num ambiente de atenção face ao desenvolvimento sustentável nas sociedades atuais, foi organizada a “Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável” (2005-2015) pelas Nações Unidas, com o principal objetivo de integrar princípios, valores e práticas do desenvolvimento sustentável em todos os aspetos da educação. Para isso, os Estados membros fundamentam uma estrutura assente em quatro linhas fundamentais:

- Melhorar o acesso à educação básica de qualidade;
- Reorientar os programas educativos existentes;
- Desenvolver a sensibilização e compreensão pública sobre o tema;
- Providenciar formação.

Ao nível nacional foi publicada, nesse sentido a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS), aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros 109/2007, em 2007 e que estabelece um plano de implementação até 2015. Este documento, reflete

sobre os grandes problemas verificados no país, como o desequilíbrio territorial, com um litoral essencialmente urbano e um interior fundamentalmente rural e as consequências que isso traz aos mercados, estando associado a isso é a visão para Portugal 2015, que torna clara a dificuldade em inverter o quadro.

No âmbito do “Quinto objetivo - Melhor conectividade internacional do país e valorização equilibrada do território” da ENDS para Portugal de 2015, é elaborado um Plano de Implementação (PIENDS) que estabelece três objetivos essenciais:

- Preparar Portugal para a “sociedade do conhecimento”;
- Crescimento sustentado e competitividade à escala global;
- Melhor Ambiente e Gestão Sustentável do Património.

Este último, refere-se às atividades agrícolas e florestais desenvolvidas em base sustentável, a conservação da natureza e biodiversidade articuladas com o combate à desertificação, e à educação, informação e justiça ambientais.

3.3 Desenvolvimento rural

A estruturação de um modelo de desenvolvimento sustentável, tornava-se uma questão cada vez mais emergente, sobretudo em determinados setores, como é o caso do desenvolvimento rural, que até então não ganhara prosperidade com nenhum modelo de desenvolvimento estabelecido que se baseavam em pressupostos do crescimento económico, assim como na implementação de políticas agrícolas mal sucedidas, como é o caso da criação da Política Agrícola Comum (PAC) que visava promover o desenvolvimento em áreas rurais, compreendendo maus resultados, devido ao fato das políticas de desenvolvimento dirigidas para as áreas rurais terem sido sempre associadas ao setor agrícola (Figueiredo, 2003).

Questão esta que começou a ganhar outros contornos, quando, devido a profundas mudanças nas sociedades, se percebe que o espaço rural pode assumir uma nova abordagem para além da atividade agrícola. Esta nova perspetiva torna-se mais evidente, com a publicação de dois documentos por parte da OCDE, o “The Future of Rural Society” (1988), e um outro “What Future for our Countryside” (1993) (Figueiredo, 2003).

Assim, as questões associadas ao desenvolvimento rural, passam a ganhar uma maior preocupação ecológica e social, conciliada em combater os desequilíbrios entre espaços centrais e periféricos, criando-se assim um modelo de desenvolvimento a partir do local (Figueiredo, 2003).

A nova concepção de desenvolvimento a partir do local tem por base os seguintes aspetos (Batouxas, 1998):

- Valorização dos produtos locais;
- Reforço da capacidade das pessoas residentes;
- Capacidade para atrair pessoas;
- Intensificação da cooperação entre agentes locais;
- Criação de estratégias de ação que permitam um modo participativo das populações em áreas fundamentais.

Na sua essência, trata-se de consciencializar as pessoas para que estas assumam um papel interventivo na promoção, revitalização e diversificação da economia neste contexto, podendo capacitar assim a fixação da população, valorizar as produções e assegurar melhores condições de vida (Cavaco, 1999).

O desenvolvimento rural deve ser considerado como um processo dinâmico, multidimensional e multissetorial, que deve de algum modo interferir com toda a população. Para isso é necessário reger-se um modelo de carácter dinâmico e interativo, que seja passível de promover a articulação entre os agentes locais, as instituições locais e o governo (Figueiredo 2003).

De fato, verificaram-se pela primeira vez, efeitos positivos associados a esta nova concepção de desenvolvimento rural, sendo que em lugar das graves consequências provocadas pelo progressivo abandono dos campos, envelhecimento da população, emigração e êxodo rural, têm-se agora significativas mudanças positivas tratando-se de espaços mais homogêneos com menos assimetrias, redirecionados para o lazer e diretamente ligado a uma melhor qualidade de vida dos intervenientes (Nave, 2003).

Desta forma, para que as comunidades rurais funcionem numa perspectiva de sustentabilidade, necessitam, não só estender o seu modo de vida aos aspetos

económicos e sociais, mas também a determinadas questões ambientais. Segundo Covas (2004), existe um triângulo de qualidade “agroalimentar”, “agroambiental” e “agrorrural” que fundamenta a sustentabilidade adaptada ao meio rural, e consequentemente deve acompanhar o desempenho económico, social e ambiental das comunidades rurais. Neste triângulo da sustentabilidade rural, a defesa da biodiversidade assume-se como um desafio à escala mundial recentemente consolidado pela Comissão Europeia.

É necessária, neste sentido, uma articulação entre a economia e o ambiente a fim de viabilizar as comunidades neste sentido, e dessa forma, deve-se saber manter os recursos biofísicos e os elementos da paisagem rural que o homem foi configurando ao longo dos séculos, tirando assim partido económico das suas potencialidades (Lowie et al, 1999).

Esta intenção pode implicar uma mudança de hábitos, com intenção de que sejam estabelecidas ligações entre as atividades praticadas e as metas de conservação ambiental. No caso das áreas Rede Natura (RN), apesar do seu objetivo principal ser a contribuição para a preservação da biodiversidade através da conservação dos habitats naturais e da fauna e da flora selvagens, é necessário também que haja compatibilidade com as atividades humanas, consolidando uma gestão sustentável do ponto de vista ecológico, económico e social (ICN, 2005).

Apesar das várias teorias em torno deste assunto, é difícil, reduzi-lo a uma única estratégia. Alguns autores comparam duas vias de desenvolvimento, uma da “auto sustentação” e outra “integracionista”. Na primeira, defende-se que as sociedades do meio rural tendencialmente rejeitam a autoridade externa consolidando o seu próprio sistema de solidariedade (Lowe et al, 1999). Para esse efeito, é necessário que as comunidades mais desfavorecidas tenham controlo dos recursos necessários à gestão das suas comunidades. Sendo que a própria política mais recente da União Europeia apoia preferencialmente uma lógica espacial, em lugar da sectorial, de cariz agrícola, dando-se assim mais importância à capacidade de auto sustentação das áreas rurais com a ajuda de iniciativas de base comunitária (Shortall 2004)

A segunda, é característica por ter um crescimento financeiramente induzido. Nesta perspectiva, Terluin (2003), defende a aplicação de três teorias de desenvolvimento no espaço rural:

- A teoria do desenvolvimento de base comunitária - incide sobre o reforço dos residentes, sendo essa a base para o crescimento económico local, isto é, são as próprias competências organizacionais das comunidades rurais que promovem a resolução de conflitos, mediação, liderança e compreensão das questões de governança, conseguindo uma visão partilhada.
- A teoria de Bryden - baseia-se na manutenção dos recursos não móveis para a criação de vantagens competitivas a fim de potencializar o desenvolvimento rural, sendo estes recursos contrários aos recursos capitais, com mão-de-obra especializada, informação e outros fatores da economia globalizada.
- O modelo de desenvolvimento comunitário de destruição criativa - considera um desenvolvimento relativo às “povoações como lojas de património”, assentando em três variáveis: empreendedorismo, consumo do património rural e destruição do “rural idílico”.

Este último está associado a alterações profundas nas comunidades rurais, sendo que para isso implica também alterações da paisagem por ausência dos agentes e das atividades que as mantêm.

De modo geral, todas estas abordagens visam combater as discrepâncias a que as populações destes meios estão sujeitas. Isto porque a probabilidade de agravamento de problemas como a exclusão social ou o próprio êxodo rural tem vindo a aumentar em Portugal não litoral, onde maior parte da classe jovem que vai estudar ou procurar trabalho nas zonas urbanas (Cavaco, 1994). Nessa perspetiva, considera-se que a sustentabilidade em áreas rurais depende de fatores como “...a aceitação da diferença; a cooperação; a identidade coletiva; um sentido de pertença; o equilíbrio da estrutura etária; a manutenção da população; a manutenção de serviços e equipamentos; um sentido de futuro; a representatividade política; os aspetos ambientais; a viabilidade económica; as oportunidades de emprego; as atividades coletivas; a comunicação.” (Figueiredo 2003: 555).

Assim sendo, percebe-se que o desenvolvimento sustentável que tanto se procura no meio rural, assenta na centralidade da sua vertente ‘local’, ou seja, a partir da sua identidade territorial e das suas formas de organização comunitária (Stohr citado por Henriques, 1990). Neste âmbito, torna-se essencial que se adotem estratégias mais vinculativas com as populações do meio, para ações futuras, na medida em que as

comunidades possam coexistir com princípios sustentáveis, usando para isso a comunicação e educação e estratégias de contacto direto com as populações.

3.4 Desenvolvimento sustentável e a atividade turística

Até ao final da década de 70, o modelo de desenvolvimento turístico assentava em pressupostos economicistas centrados nos fluxos internacionais dos países emissores que correspondiam aos países mais desenvolvidos. Modelo este, que provocou uma explosão de infraestruturas, acessos e alojamento turístico nos países recetores menos desenvolvidos (Joaquim, 1994). Desta forma, o desenvolvimento da atividade turística atua como um fator de desenvolvimento das áreas menos favorecidas resultando num efeito multiplicador, baseado numa atividade consumidora de recursos naturais e construídos (Hall, 1998).

As Nações Unidas, em 1963, estimularam este pensamento defendendo que a prática de turismo era fundamental ao desenvolvimento económico em áreas geográficas desfavorecidas, ganhando uma grande dimensão com o aumento do tempo livre e dos rendimentos na Europa e nos Estados Unidos, o que provocou uma série de impactos e constrangimentos a nível social, cultural e ambiental nas áreas-destino (Joaquim, 1994).

Em 1980, no seguimento da Conferência de Manila, foram abordados estes constrangimentos, onde concluiu daí, ser necessária uma nova abordagem ao modelo de desenvolvimento tornando-o mais harmonioso integrado e sustentável, refutando o turismo internacional por uma abordagem ao turismo como fenómeno social (Inskip, 1991).

Nessa perspetiva, estruturou-se um plano que pretendia orientar uma gestão articulada e cuidadosa do setor turístico, auxiliando tanto as entidades públicas como as entidades privadas que, devido ao carácter recente da atividade turística, revelam pouca experiência na criação e implementação de planos de desenvolvimento. Também, pelo fato do turismo aparecer de forma fragmentada envolvendo vários setores, sendo necessário um plano que assegure o desenvolvimento tanto no turismo como nas restantes áreas envolvidas, Joaquim (1994) defende que para tal o turismo necessita dos seguintes recursos:

- Infra estruturas, equipamentos e acessos;
- Alojamento e restauração;
- Atrações;
- Recursos histórico-culturais;
- Recursos naturais;
- Hospitalidade.

Aliado a esta gestão de recursos, é necessário que o plano compreenda também meios eficazes para gerir os benefícios socioeconómicos esperados e prevenir a degradação ambiental (Costa, 2004).

A perceção ao nível dos impactos ambientais (poluição, mudança climática global, desflorestação, erosão dos solos) e as consequências que isso pode trazer à humanidade, revelam-se assim assuntos atuais e urgentes que ganham uma maior dimensão nos países mais desenvolvidos. Assim se dá o reaparecimento da expressão “*desenvolvimento sustentável*” que fundamenta a relação entre a natureza e a sociedade. Este novo pensar, trouxe grandes transformações ao nível económico, social e cultural, às quais a atividade turística não passou sem ser igualmente afetada pelo espírito da sustentabilidade.

Dessa forma, e tendo em conta o turismo de massas, com as suas conseqüentes repercussões negativas no destino, considerou-se urgente a implementação de medidas sustentáveis na atividade económica. Isto porque o turismo desenvolvido de forma desorganizada e intensiva no tempo e no espaço pode trazer consequências graves ao produto turístico, sendo que muitas vezes esse produto se traduz na própria identidade de um povo cujos recursos naturais são imprescindíveis à própria vida local (Burnay, 1997).

A OMT no seguimento deste espírito, tem vindo a estabelecer variadas ações com o objetivo de desenvolver a conjuntura do binómio desenvolvimento/conservação e à promoção de um turismo sustentável, dessas ações, destaca-se o Código Mundial de Ética do Turismo em 1999, que se tornou um marco na evolução do desenvolvimento sustentável. Este código, conta com a cooperação de todos os intervenientes na

proteção do futuro do setor turístico, procurando contribuir para a prosperidade económica, a paz e o entendimento entre as nações (Brito, 2003).

Todas estas ações, expressam a busca por parte da OMT e dos países envolvidos em desenvolver o turismo de forma sustentável, conciliando o desenvolvimento com o planeamento, desta forma pretende-se a melhor gestão dos recursos para que estes não sejam explorados até à exaustão, mantendo-se a diversidade biológica e os princípios éticos, de forma a que as populações se preocupem com o próprio processo de desenvolvimento, promovendo e intervindo na distribuição equilibrada dos benefícios resultantes da prática turística (Williams, 1998).

3.4.1 O turismo como potenciador do desenvolvimento rural e sustentável

Desde cedo se têm debatido questões relativas à relação entre o rural e o urbano, tendo como grande impulsionadores teóricos como Park, Burgess, Redfield e Wirth da Escola de Chicago (1910), que estabeleceram a base teórica para a sua problematização e concetualização (Barata, 1991). Esta dicotomia, diferencia os principais traços entre urbano, que se associa à ideia de grandes centros urbanos, industrializados, com um elevado número de habitantes onde se verificam fracas relações entre os mesmos, e o rural, característico pelos seus pequenos aglomerados populacionais cujas relações sociais são de vizinhança, coletivas e onde a principal atividade se baseia na agricultura (Barata, 1991).

De fato, as áreas rurais, localizam-se geralmente fora do perímetro das cidades, e devido a questões já referidas, como o êxodo rural, são conhecidas pelas suas carências demográficas, economia centrada na agricultura de subsistência e familiar e pela fraca oportunidade de emprego. Contudo, estas áreas, têm sofrido grandes transformações, marcadas essencialmente pela revolução industrial e mais tarde pela segunda Grande Guerra. Podendo portanto se perceber o desenvolvimento rural em três períodos, como se constata na tabela 3.1.

Tabela 3.1 - Características do meio rural ao longo da história.
 Fonte: *Adaptado de Pereira, 2000:77 citando Ferrão, 2000.*

Período	Características
Antes da Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Produção de alimentos - Agricultura consiste na atividade económica principal - Grupo social base é a família
Durante a Revolução Industrial	<ul style="list-style-type: none"> - Perde importância como centro produtor - Dá lugar ao desenvolvimento de centros urbano-industriais - Início do processo do êxodo rural - Desertificação demográfica
Pós II Guerra Mundial	<ul style="list-style-type: none"> - O meio rural fratura-se em duas realidades: o rural moderno e o rural tradicional - Distinção entre áreas rurais centrais e áreas rurais profundas - Surge um novo conceito de rural: o rural não agrícola - Meio rural deixa de ter como principal função a produção de bens - Assume um novo papel: multifuncional e alternativo ao meio urbano

Nesta evolução, percebe-se fundamentalmente que até à pouco tempo atrás, a ruralidade era vista como sinónimo de pobreza, atraso, exclusão social e analfabetismo, contudo, nos dias de hoje, esse conceito foi revisto, sendo agora conotado de turismo, preservação ambiental, lazer, desporto e com uma economia alternativa à agricultura de subsistência (Pereira, 2000).

Outro carácter das áreas rurais nos dias de hoje, é a sua multifuncionalidade, ou seja, aliado ao desenvolvimento da sua função de produção de bens, têm-se outras funções como a conservação do património e proteção do ambiente, o lazer e o turismo.

Com os pressupostos do passado, o espaço rural era visto como um espécie de reserva que fornecia mão-de-obra e bens para os centros urbanos e industrializados, que possuía um sistema de “natureza político-ideológica”, característico de sociedade tradicional, onde a família camponesa de cariz agrícola, que se rege de valores rurais e tradicionais tem a função de estabilização política e social (Alves, 2002).

Porém, com as transformações que têm vindo a acontecer neste meio, foram acompanhadas de outras novas funções, criando espaços de carácter multifuncional e que visam a conservação da paisagem e do ambiente rural, a manutenção das áreas rurais e a produção de bens de forma eficiente, complementando as funções tradicionais e estabelecendo uma relação com o lazer, o turismo, a residência e o desenvolvimento de atividades industriais (Butler, Hall e Jenkins, 1998; Pereira, 2002).

Esta multifuncionalidade do uso e funções do espaço rural vai resultando na própria apropriação do espaço rural por parte das populações e lógicas urbanas sendo considerado um modelo alternativo à sociedade urbana (Santos, 2000).

Verifica-se desta forma, uma nova abordagem das áreas rurais fundamentada em funções sociais não produtivas, de lazer e reserva natural tendo por base a ideia de invenção social de uma nova realidade e conseqüentemente uma nova ruralidade (Hobsbawm e Ranger, 1983). Assim, a relação como meio urbano, que antes era uma relação de dependência, passa agora a ser uma relação complementar que se prende à valorização do património histórico-cultural e da natureza (Santos, 2000; Alves, 2002).

Assim, nos dias de hoje, a ruralidade é compreendida “como um princípio de organização e um sistema de valores que, a par com a visibilidade social das questões ambientais, se reforça na componente do que podemos designar por reserva de qualificação ambiental” (Alves, 2000:43), onde os principais intervenientes são grupos sociais vindo das cidades cujo imaginário os reporta “para uma valorização do passado, centrada no mundo rural, daí que os cidadãos prefiram cada vez mais a aldeia urbanizada à cidade turística” (Joaquim, 1994:45).

3.4.2 Áreas rurais como lugares de lazer

Por muito tempo, a ideia de lazer em espaço rural, esteve associada a três pontos essenciais: a igreja, o café e o mercado. Desta forma percebe-se que o espaço rural estava apenas preparado para a realização de determinados eventos sociais e religiosos como batizados, casamentos, funerais, festividades anuais associadas ao calendário religioso e feiras populares, que mobilizavam uma minoria da população urbana com raízes nesses mesmos espaços rurais (Butler, Hall e Jenkins, 1998).

Contudo, esta tendência foi-se alterando, verificando-se uma alteração de comportamentos, sendo que agora as práticas de atividades de lazer no espaço rural se prendem à ideia atual de ruralidade, relacionada com o tradicional, a nostalgia, a calma, o genuíno, o autêntico e a contemplação da natureza (Dewailly, 1998), centrando-se na visita do património histórico, cultural e natural, na participação em festivais, e também na prática de desportos de aventura e natureza ou pesca desportiva (Burnay, 1997; Butler, Hall e Jenkins, 1998; Cavaco, 1999).

É importante reter-se que lazer tem uma conotação diferente de turismo, sendo que para a prática de atividades de lazer, mesmo no contexto rural, não implica a necessidade de uma estadia turística, contudo, é possível que decorram atividades de lazer na prática turística (Malta, 1996). Com esse efeito, têm-se verificado atividades de lazer associadas ao turismo que surgiram como complemento à agricultura, e consequentemente proporcionaram o melhoramento do turismo no meio rural, isto é, as áreas rurais procuraram a autopromoção de modo a tornarem-se mais atrativas, apoiadas na imagem simbólica que representam (Butler e Hall, 1998), sendo esta imagem associada à simplicidade do modo de vida rural e ao próprio exotismo das paisagens, da gastronomia, da cultura e das tradições (Sirgado, 1996).

Este esforço por parte do meio rural, traz consigo uma ideia de ruralidade recreada, onde as tradicionais áreas rurais relacionadas com sinónimos de “miséria”, passam agora para “símbolo de exotismo” associado ao museu do meio rural, possuindo uma imagem fabricada e higienizada, visando corresponder aos anseios de uma sociedade maioritariamente urbana (Moreno, 1999).

Esta questão tem sido alvo de discussão, na medida em que o turismo é dessa forma visto como um “remédio” para a solução dos principais problemas detetados em áreas rurais, incentivado pelo próprio Estado através de medidas e programas específicos, como por exemplo o Programa das Aldeias Históricas onde algumas aldeias beneficiaram de um conjunto de apoios com o objetivo de viabilizar funções ligadas sobretudo ao turismo (Joaquim, 1994; Cavaco, 1999; Figueiredo, 2003). Contudo, têm-se verificado efeitos perversos consequentes da atividade turística em áreas rurais, que puseram em causa a conceção do turismo como veículo do desenvolvimento rural. Isto porque os contributos do turismo ficam aquém da expectativa na revitalização económica e social

das áreas rurais, isto porque para além de difíceis de avaliar, são pouco significativos (Cavaco, 1999).

O turismo em espaços rurais tem-se revelado como um importante fator de diversificação da oferta, porém, não tem cumprido o seu papel na plenitude, no sentido de tentar encontrar novas potencialidades para o espaço rural, isto porque ainda se considera que o turismo em espaço rural é uma atividade elitizada promovida por pessoas externas a esses espaços e protagonizada maioritariamente por agentes não rurais (Joaquim, 1999). Desta forma os fundos relativos a esta prática não ficam nos próprios espaços rurais e conseqüentemente não são utilizados no seu desenvolvimento.

Segundo Moreira (1994:163) “o turismo rural é uma atividade cuja difusão começou pelo topo da pirâmide social e que está longe ainda de se estender a estratos mais próximos da base”, isto é, devido ao elevado padrão socioeconómico dos promotores da atividade turística em espaço rural, com uma vida definida pelo aspeto familiar e profissional, o turismo praticado hoje no meio rural é uma pretensão do privado trazendo por efeito, algumas conseqüências ao espaço rural (Ribeiro, 2003).

Capítulo IV - Arquitetura Vernacular

4.1 Património rural: importância e limites dos recursos

Na construção de um novo olhar sobre o meio rural, tem-se percebido uma intenção na valorização do património e da cultura, para isso, é necessário que seja retirado dos limites, geográficos e mentais, para onde foi sendo remetido. Neste sentido, recorre-se às suas potencialidades, quer ao nível do seu contexto (natural, económico e social), quer ao nível de recursos disponíveis, para serem usadas como ferramentas de desenvolvimento.

Para se reverter o estado depressivo e enfrentar os problemas reais e simbólicos que afetam estes territórios, é necessário que se potenciem os respetivos recursos, como as aldeias, a arquitetura popular, as paisagens, o património natural, os produtos e os saberes locais. Estas referências são capazes de moldar as identidades das pessoas e dos lugares, não só pelo que representam mas também pelo seu contributo no combate contra o isolamento e promoção de um novo espírito de iniciativas no meio rural. Sendo essas iniciativas e atividades importantes para a complementaridade do sistema, gerando algum emprego, isto porque os recursos, por si só, serão sempre insuficientes para a plena dinamização económica e social destes espaços (Jacinto, 2007).

Em termos do património, é sabido que este se trata de uma herança individual ou coletiva que tanto pode ser entendida como um legado entregue pelas gerações passadas, como algo entregue de agora para as gerações vindouras. Esta transmissão e ligação entre gerações é o denominador comum para que todos assumam um papel interventivo na salvaguarda e proteção do património.

O património construído é, possivelmente, o legado mais visível nos territórios, contudo, este depara-se com novos desafios, sendo que nos dias de hoje deixou de fazer sentido falar apenas dos edifícios, para se falar também nas suas áreas envolventes, alargando o leque a conjuntos e sítios que incluem os centros históricos e paisagens culturais como lugares e elementos de interesse de cariz tradicional, como por exemplo uma eira ou uma simples fonte. Esta defesa do património legado por gerações passadas é muito importante, na medida em que se trata de construções despojadas e frágeis de cariz

simplista mas extremamente marcante pela sua singularidade, originalidade e genuinidade, definidoras de espaços únicos construídos pelas próprias populações (arquitetura vernácula). Na recuperação deste legado, é necessário perceber-se o modo de pensar e as técnicas de quem o construiu, podendo ser esta a chave para a promoção do desenvolvimento local.

Nesse sentido, segundo o programa LEADER, verifica-se um esforço da parte dos Grupos de Ação Local (GAL) na promoção do desenvolvimento, na preservação da memória coletiva na afirmação dos territórios, no delineamento de estratégias regionais e territoriais, na fixação de populações e na produção de riqueza considerando-se neste sentido o turismo e construção civil (Serrano, 2007).

Este trabalho passa por arquitetos, paisagistas, historiadores de um passado que procura estabelecer a identidade de um território numa paisagem que se encontra em risco. Desta forma, os desafios que se impõem a estes grupos entram no domínio da capacidade dos mesmos saberem gerir a herança patrimonial que foi legada, e sustentar o desenvolvimento moderno com esses mesmos a fim de melhorar a qualidade de vida das nossas comunidades.

4.2 Papel da tradição na arquitetura

Quando se fala em arquitetura vernacular, não se considera restringir o tema à designação de imóvel, na medida em que outros valores igualmente importantes, necessitam ser estabelecidos, esta geralmente aparece a par com a tradição, onde o dever do artista, seja ele o arquiteto, ou o artesão/construtor, é de a fazer evoluir recorrendo aos seus conhecimentos, criando assim espaços novos e dinâmicos. O intuito deste princípio reside no fato do construtor ou arquiteto reunirem as ferramentas essenciais para o desenvolvimento da sua atividade.

Por definição, a arquitetura vernacular considera a habitação e todo o tipo de edifícios do povo, estando estes edifícios relacionados com o seu contexto envolvente com os recursos disponíveis que geralmente ditam a sua forma. Estas construções são conhecidas por na maior parte dos casos serem construídas pelo proprietário ou pela comunidade em que se inserem, utilizando técnicas locais.

A forma deste tipo de arquitetura resulta das necessidades específicas de cada um, isto é, segundo o seu estilo de vida. Sendo que a favor desta forma de interagir com o espaço estão anos de experiência acumulada que levaram ao desenvolvimento de construções económicas usando recursos e técnicas locais, climatizadas através de métodos passivos, organizadas segundo requisitos sociais, acrescentando ainda um elevado grau de expressão artística inerente à cultura do local (Oliver, 2003).

A própria dinâmica da arquitetura vernacular vai evoluindo com o passar do tempo, acompanhando as mudanças das necessidades e circunstâncias das sociedades. Por exemplo, com os fenómenos de colonização e globalização, que implicam que este tipo de arquitetura tenha de se moldar e adaptar, prosseguindo a sua lógica evolutiva (Oliver, 2003).

Evidencia-se aqui o papel do arquiteto, que tem um papel muito importante na credibilização destas soluções perante as comunidades, ao mesmo tempo que as monitoriza segundo práticas modernas. Isto é, recorrendo aos princípios característicos da arquitetura vernacular, como as suas formas, técnicas e materiais, o arquiteto pode restituir a arquitetura a partir do momento em que esta foi abandonada, mas agora, valendo-se também de formas, técnicas e materiais rentáveis da arquitetura moderna (Fathy, 2009).

Desta forma, o uso de novos materiais adaptados aos materiais tradicionais e a combinação de materiais locais com novas estruturas ou novas geometrias produzem um alargado leque de transformações interativas. Tornando-se assim possível desenvolver processos de construção locais a par com outros novos parâmetros de desenho, onde os projetos intervêm no ambiente com o intuito de renovar, atualizando os materiais e técnicas quer modernas quer vernaculares.

4.3 Evolução da arquitetura vernacular

Desde sempre que o Homem teve necessidade de construir um abrigo para se proteger, em seu auxílio, este possuía sentidos primários de subsistência bem desenvolvidos, criando uma forte relação com o lugar e assim extrair dele o melhor para o seu bem-estar físico.

Foram necessárias muitas gerações, para se chegar à criação de formas e processos de construção, que segundo as características de cada povo, se relacionassem com os diferentes tipos de clima e geografias. Quando isso se proporcionou, verificou-se que os edifícios eram construídos com técnicas rudimentares, contudo, mesmo estas sendo simples e passivas, visavam acima de tudo a maximização das condições de conforto, socorrendo-se apenas dos recursos naturais disponíveis, sendo para isso imprescindível a preocupação por determinadas questões, como por exemplo as características geográficas, a melhor forma de isolamento, a orientação do edifício, e geometria a par dos materiais. Tem-se como exemplo disso as casas de madeira, típicas dos países nórdicos, onde as vastas áreas de floresta sugerem o material, material este usado há já milhares de anos e que permite a proteção ao calor de verão e isolar o frio no inverno; um outro exemplo são os *yurts*, umas habitações transportáveis da Ásia central e da Mongólia que consistiam numa estrutura em madeira, forrada por um tecido impermeabilizado com leite de burra fermentado e correias de lã e que oferecia grande resistência aos invernos polares e ao calor tórrido das planícies (Fernandes e Mateus, 2011).



Figura 4.1 - Habitação de madeira em Zakopane.

Fonte: Wikipedia.org, 2012 (2005)

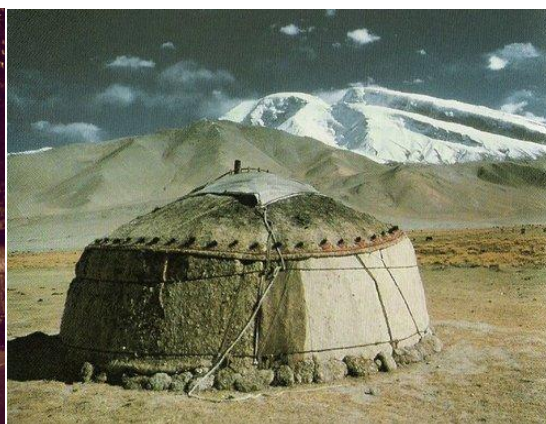


Figura 4.2 - Yurt original.

Fonte: Rodsbot.com, 2012

A arquitetura vernacular é portanto conhecida pelas próprias características das comunidades e do seu modo de habitar, dessa forma, reflete os diversos condicionalismos com que se confronta (geográficos, económicos, sociais e culturais). Isto torna-se perceptível com as diferenciações regionais perante diferentes materiais e as diferentes formas de os usar devido às técnicas de cada local, também face às especificidades climáticas, às práticas culturais e ao próprio sistema económico.

Esta forma de arquitetura, evoluiu durante milhares de anos desde o aparecimento dos primeiros aglomerados populacionais no Neolítico, sendo as suas potencialidades transmitidas de geração em geração. Contudo este sentido, nunca sendo esquecido, foi perdendo peso à medida que as sociedades iam evoluindo, e com eles as próprias técnicas construtiva. Porém, no século XVIII, como reação ao barroco, acompanhado pelo interesse da razão e da natureza que se vivia na altura, a arquitetura vernacular ganha uma nova dimensão. Sendo que o contacto com a natureza era considerado purificador.

A aristocracia, a nobreza e, inclusive, os reis influenciados foram os grandes impulsionadores desta nova moda, incluindo até, nos jardins dos seus palácios e castelos, cabanas e aldeias semelhantes às do mundo rural, exemplo disso é a aldeia que Maria Antonieta mandou construir, a partir de 1783, nos jardins de Versalhes.

Esta tendência verificou-se por toda a Europa, contudo, na Inglaterra o interesse pela habitação unifamiliar tradicional foi mais longe, até ao ponto de esta constituir uma referência para o resto dos países europeus.

Pugin (1812-1852), foi um dos principais responsáveis por esse feito, mostrando um particular interesse pela recuperação da harmonia das aldeias históricas, sendo a sua intenção a de fazer “reviver” a Europa cristã medieval representada pela arquitetura tradicional. Mais tarde outros arquitetos juntaram-se a este pensamento, sendo que já não se pretendia apenas potencializar a tradicional, ou de integrar o desenho de todos os elementos (exteriores, interiores e objetos decorativos), mas sim procurar a herança da arquitetura de cada lugar, sendo esta uma das mais marcantes épocas da arquitetura vernacular.

Contudo, chegaram em simultâneo, tempos conturbados, relativos à Revolução Industrial, que veio implementar grandes alterações nas sociedades, em grande parte devido à evolução tecnológica que deu início à rutura das tradições e consequentemente quebrou a evolução deste movimento. Com isso, e perante outros motivos associados, como o movimento de êxodo rural vivido na época, os meios rurais ficaram abalados com falta de mão-de-obra para a produção agrícola, e com ela, partiram também os conhecimentos e experiências, acumulados ao longo dos tempos.

Enquanto as fábricas proliferavam e a população se concentrava nos centros urbanos, aparecia a necessidade de albergar toda a classe operária. Surgiu então o considerado período negro na história da habitação do homem, com o aparecimento dos bairros operários que ofereciam condições miseráveis e desumanas de habitabilidade, sendo que para além do seu crescimento desmesurado, quase não tinham luz nem ventilação (Goitia, 1996).

A industrialização trouxe consigo novas matérias e novas técnicas ao nível da construção, sendo que este período, foi conhecido por uma grande evolução do vidro, cimento e aço. Estes novos processos construtivos, vieram homogeneizar as formas de construção que antes tanto variavam com os diferentes lugares e culturas.

Assim, no século XX essas raízes com o passado, são completamente cortadas, sendo que com o Movimento Moderno, a transparência, luz, ar e sol ganharam um peso tal que em pouco tempo estes elementos tornaram-se base para o trabalho dos artistas e arquitetos, que se tentavam desprender das recentes cidades sujas e negras da revolução industrial com os seus novos modelos simplista e higienistas. As novas imagens da arquitetura expressavam-se como fortes e aplicáveis em qualquer geografia, o que fez com que rapidamente chegasse também ao meio rural, que por ser mais pobre, via no Modernismo o reflexo de uma vida melhor. Isto levou à descaraterização e ao desprezo de determinados métodos de construção vernaculares (Cerqueira, 2005).

Este novo pensamento trouxe consequências graves ao ambiente, sendo que, a Arquitetura Moderna recorria essencialmente a materiais industriais de fraca resistência térmica, perante isso, percebeu-se que as novas estruturas só poderiam garantir o adequado conforto interior com auxílio de sistemas mecânicos de climatização, desta forma, a arquitetura do século XX foi investindo neste caminho sem pensar nas consequências que isso traria ao ambiente.

Esta tendência foi-se desenvolvendo cada vez mais com a proliferação das energias não renováveis na década de quarenta, onde se verificou uma distribuição massiva da eletricidade e uma fácil e barata acessibilidade aos combustíveis fósseis. E veio mais tarde a piorar com o aumento da construção, principalmente na segunda metade do século XX, no pós-Segunda Guerra Mundial, onde as estruturas *standardizadas* eram ainda mais baratas (Fernandes e Mateus, 2011).

Contudo, os efeitos deste consumo desenfreado revelaram-se, e em 1973, a crise energética veio levantar questões sobre os comportamentos desorientados das populações. O relatório “The Limits to Growth”, lançou informações preciosas, sob as quais, se desenvolveu o primeiro chamado “edifício ecológico”. Este consistia essencialmente no regresso às formas de construção tradicionais, ao uso de materiais naturais e ao recurso a energias renováveis (Schittich, 2003). A partir daí, coexistiu um esforço por parte dos grandes gabinetes de arquitetura, em encontrar soluções na otimização dos recursos energéticos, baseando-se em energias renováveis e não poluentes.

O século XXI começou portanto com uma preocupação em mudar os hábitos pouco sustentáveis das populações. Sendo que os autores do relatório “*Limits to Growth*” acreditam que a questão da Sustentabilidade se vai tornar numa nova revolução, tão influente e profunda como outras revoluções verificadas ao longo da história, como é o caso da Agrícola ou da Industrial.

Nos últimos anos, o tema da sustentabilidade, ganhou de fato, grande relevo no domínio da Arquitetura e edificação, ao se constatar o estado da construção ao nível global, rapidamente se percebe o porquê da emergência da aplicação do termo. Segundo o Relatório de Brundtland, este setor está longe de encontrar as metas da sustentabilidade e põe ainda em risco as gerações vindouras. Isto porque a indústria da construção, que constitui ainda uma dos maiores setores da economia europeia é responsável por um impacto ambiental relativo a 30% das emissões de carbono produzidas na EU, sendo que os edifícios representam 40% do consumo total de energia na União Europeia (EPBD, 2010).

Com o intuito de reduzir os impactos destes valores, a União Europeia, estabeleceu metas para tornar a construção de edifícios mais eficientes, prevendo assim a médio prazo uma redução de 50% dos consumos de energia, a redução de 30% de matéria-prima e uma redução de 40% dos resíduos (Torgal & Jalali, 2010). Para se alcançarem estes objetivos, é necessário que se encontrem novas soluções construtivas. Segundo alguns autores, torna-se pertinente nesta fase, pensar no futuro da construção tendo em conta o seu passado, que era mais sustentável.

É neste intuito que aparece o estudo pela arquitetura vernácula, que ao longo de sucessivas gerações, é ainda o reflexo de uma época mais sustentável, onde se sabia

lidar com os escassos recursos existentes. Sendo que cada vez mais esta forma de pensar é vista como um elemento chave na discussão sobre a identidade e pertinência de se voltar a construir consoante as características do local. Podendo esta contribuir para a redução dos desperdícios e dos consumos energéticos através da utilização de técnicas tradicionais e materiais locais, desenvolvidos para a adaptação a um território e clima específicos (Ribeiro, 2008).

4.4 A tradição vernácula em Portugal

No caso de Portugal, apesar da reduzida dimensão do país, este é dotado em manifestações de arquitetura vernacular, sendo esta multiplicidade reflexo de um território característico pelos seus contrastes, como a sua topologia, geologia, clima, cultura, entre outros. Conhecido pelo seu clima meridional privilegiado pelo forte caráter mediterrâneo, em Portugal, predominam as áreas de baixa altitude com 71,4% dos solos abaixo dos 400 metros de altitude e apenas 11,6% acima dos 700 metros, contudo a distribuição destes valores é desigual na extensão do território, o que se reflete em duas zonas distintas: o norte, constituído pelas zonas de maior altitude, e o sul do país com áreas de baixa altitude (Ribeiro, 1967).

Sabe-se que o ser humano, que pertence naturalmente a um ecossistema, tem mais facilidade em reagir no seu ambiente, alterando-o e deixando-se alterar por ele. Neste sentido, torna-se aceitável que a casa tradicional portuguesa seja o reflexo do clima em que se encontra inserida, havendo uma distinção evidente entre a casa tradicional do norte e do sul. A história da arquitetura em Portugal, dita que durante vários séculos, a construção praticada se relacionava com os materiais regionais e as características climáticas, de forma a otimizar os recursos e tornar os edifícios mais confortáveis às necessidades do homem. Dessa forma a casa tradicional do norte (figuras 4.1 e 4.2) é característica pela utilização dos materiais mais abundantes na zona, sendo geralmente a pedra, e pela sua construção plana de planta retangular, vulgarmente de dois pisos independentes com funções distintas, sendo o térreo destinado à guarda dos animais e o piso superior às pessoas. A varanda e a escada exterior são também elementos típicos deste tipo de construção (Oliveira, 1994).

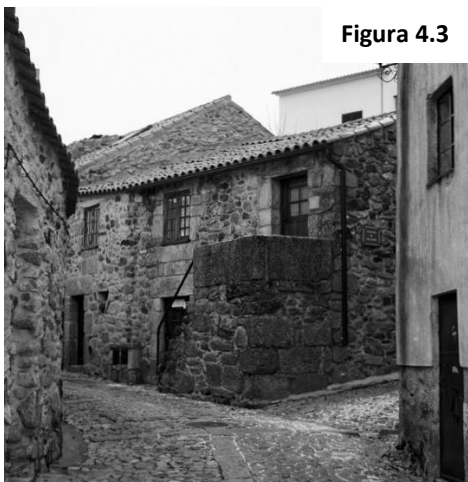


Figura 4.3



Figura 4.4

Figura 4.3 (Linhares da Beira) e 4.4 (Sortelha) - Exemplos de casas tradicionais do Norte.

Fonte: Imagens próprias, 2012.

A casa típica do sul (figuras 4.5 e 4.6) reflete o contraste climático, geomorfológico, cultural e económico do norte, tanto ao nível formal, como funcional. Os materiais mais abundantes neste tipo de construção são os arenitos, o tijolo, e as taipas, que resultam numa eficaz resposta térmica às necessidades do edifício. As casas nesta zona são sempre rebocadas e caiadas a branco, tanto no seu exterior como no seu interior. Os vãos neste tipo de habitação são poucos e reduzido, sendo este um mecanismo de defesa contra a luz e as altas temperaturas características da zona. Esta casa assume também uma planta retangular, contudo apresenta-se num só piso, isto porque no sul a função de “casa” é só para habitação, e também porque os materiais utilizados não possuem a robustez necessária para suportar mais um piso (Oliveira, 1994).



Figura 4.5



Figura 4.6

Tabela Figura 4.5 e 4.6 - Exemplos de casas tradicionais do sul.

Fonte: “Inquérito à habitação rural”, Barros, 1947.

4.5 Arquitetura portuguesa no século XX

O século XX, foi um período conturbado ao nível da arquitetura em Portugal, devido à implantação da primeira República, às Grandes Guerras Mundiais e aos anos de ditadura. O fim da Primeira Grande Guerra acelerou o desenvolvimento industrial na Europa e conseqüentemente em Portugal, contudo, rapidamente se verificaram problemas urbanísticos mediante a revolução industrial, devido às atrocidades de foro social, funcional, higiénico e político (Rodrigues, 2009).

A primeira geração de arquitetos modernistas em Portugal, nas décadas vinte e trinta, não demonstraram compreender a arquitetura como um orientador social, continuando a trabalhar numa vertente formal estabelecida entre o modernismo e alguns regionalismos.

Sendo característico deste período, o movimento da Casa Portuguesa que se desenvolveu entre finais do século XIX até às décadas de quarenta e cinquenta. Deste movimento, evidencia-se o nome de Raul Lino, contudo também outros nomes foram marcantes desta época em termos de arquitetura e antropologia, entre eles encontram-se por exemplo Henrique das Neves, Rocha Peixoto, Joaquim Vasconcelos, Abel Botelho, ou João Barreira. Henrique das Neves, por exemplo, não sendo arquiteto, mas militar, foi o primeiro a evocar, em 1893, a possibilidade da existência de “tipo português de habitação”.

No período que se seguiu, muitos discutiam a possibilidade da existência desse tipo português de habitação. Nessa altura, foi Lino que deu um maior contributo para o desenvolvimento desse movimento, segundo o mesmo, embora admitindo uma certa diversidade regional da habitação popular em Portugal, considerava que esta não impediria a possibilidade de se falar de algumas grandes constantes que lhe dariam unidade (figuras 4.7 e 4.8). Neste sentido, envolveram-se também numerosos arquitetos que, de forma mais consistente ou de forma mais ocasional, projetaram na linha dos princípios defendidos por Raul Lino.

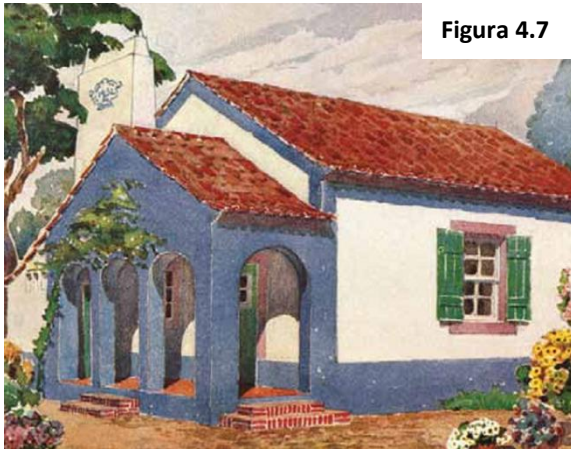


Figura 4.7

Figura 4.7 - Casita no Ribatejo.

Fonte: “Casas Portuguesas” Lino, 1992 (1993).

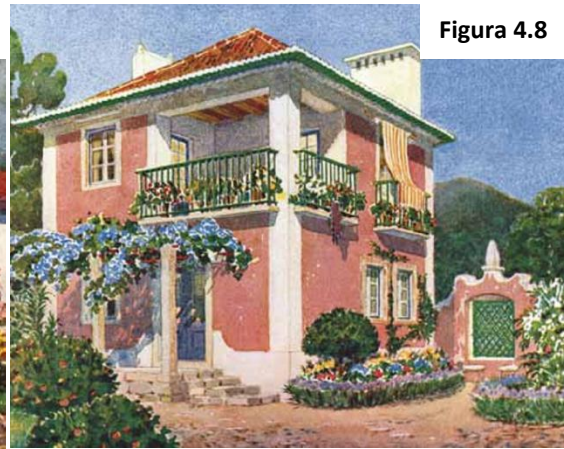


Figura 4.8

Figura 4.8 - Casita na Extremadura.

Fonte: “Casas Portuguesas” Lino, 1992 (1993).

Nas suas diretrizes gerais, o movimento da Casa Portuguesa estabelece-se sob dois princípios: a existência de um tipo único de habitação popular que seria considerado exclusivamente português, e a defesa e institucionalização de um formulário arquitetónico, adequado às exigências da vida moderna, inspirado nesse tipo de habitação. Lino, considerou também outras duas constantes, relativas às tendências que se verificavam na arquitetura nacional, a primeira constante considerava a casa típica do sul, oriunda de Lisboa, mas que fazia notar algumas das suas características pelo Alentejo e por Marrocos, sendo mais tarde considerada uma habitação do tipo mediterrânico. A sua segunda constante, marcava as soluções que, segundo Lino, melhor transmitiriam o espírito português da casa popular, entre essas soluções encontrar-se-ia, antes do mais, o alpendre, elementos formais como a caiação a branco ou a cores, o telhado com telha manual portuguesa e beiral, a chaminé, o emprego de azulejos, etc.

Os anos seguintes, relativos à década de quarenta, foram marcados pelo espírito nacionalista do Estado Novo, sendo que o regime de Salazar, passou a reprimir qualquer expressão do Movimento Moderno, que ao nível da arquitetura resultou num período conhecido pela busca de um “estilo nacional”, estilo este que se baseava fundamentalmente na conservação do património, sendo que o Ministério das Obras Publicas, no Dec. Lei nº 40 349 de 19/10/55 afirmava que se devia corresponder à “... valorização da arquitetura portuguesa, estimulando-a na afirmação do seu vigor e da sua personalidade e apoiando-se no propósito de encontrar um rumo próprio para o seu engrandecimento” sendo que este suposto rumo seria uma nova abordagem, sempre segundo os princípios impostos pelos Estado como é exemplo disso os “Regulamentos das

Cores a Aplicar nas Edificações” que visavam o fornecimento de um modelo de controlo cromático aos diferentes municípios Portugueses (Aguiar, 2003). Este período foi conhecido também pelo seu atraso industrial e tecnológico, num país maioritariamente rural, onde a arquitetura tentou no máximo conjugar alguns progressos modernos com a forte tradição existente (Rodrigues, 2009).

Numa fase posterior, e em oposição aos princípios defendidos pelo “estilo nacional”, a fim de se poder desenvolver na totalidade o movimento modernista, alguns arquitetos portugueses como Francisco Keil do Amaral e Fernando Távora, desenvolveram teorias que permitiam a consolidação da arquitetura portuguesa existente e as possibilidades da construção moderna. Este movimento, pode ter sido visto como um gesto de rebelião contra uma determinada forma de ler a arquitetura popular, ligada ao movimento da Casa Portuguesa, propiciou a que esta fosse vista como conservadora por uma nova geração de arquitetos atentos às influências europeias, e, em particular àquilo que Keneth Frampton (1996) chamou de “regionalismo crítico”. São várias as linhas de ataque favorecidas por esta *nouvelle vague* da arquitetura portuguesa. Modelo este que veio contra Raul Lino, que considerava um modelo mais ou menos único da casa popular.

Os arquitetos desta nova fase, tentaram resgatar a pluralidade regional da arquitetura vernácula, pluralidade essa, que resultaria em novas tipologias habitacionais face à própria diversidade geográfica do país, isto contra a conceção decorativa e ornamental propostas de Lino. O novo pensamento era o de fomentar novas alianças entre arquitetura popular e erudita, com as tendências europeias da época, em que se advogava um tempero dos excessos do “estilo internacional” com um regresso modernista ao vernáculo. São disso exemplos na zona do Porto a Igreja de São Mamede de Negrelos, de Luís Cunha, o Centro Médico-Social de Negrelos, de Germano de Castro, ou alguns projetos de Álvaro Siza. Em Lisboa, os impactos deste novo movimento não foram tão fortes, em grande parte devido às características mais urbanas das encomendas, sendo que a população já não estranhava esta linguagem, pelo fato de arquitetos como Teotónio Pereira, Bartolomeu Costa Cabral, José Veloso e Alves Martins nunca terem deixado de projetar segundo os seus ensinamentos (Costa, 1995).

Após a Segunda Grande Guerra, Com o regime do Estado Novo enfraquecido, é estabelecida uma ligação com o resto da Europa, e o mais importante desta conexão, é que a arquitetura praticada no país não assumiu um papel de desdém com as suas raízes

culturais, sendo que os arquitetos portugueses optaram por uma abordagem crítica do Movimento Moderno e sem renegarem o seu país, procuraram encontrar-se com as raízes da arquitetura vernácula (Rodrigues, 2009).

Contudo, devido aos movimentos populacionais tão sentidos na década de cinquenta, verificaram-se graves problemas ao nível da arquitetura por todo o país, isto porque os centros urbanos sofriam a consequências de um crescimento desenfreado na maior parte dos casos não foi sequer programado, constatando-se novos modelos de habitação coletiva com um expressivo aumento de escala em relação aos bairros anteriores (Rodrigues, 2009). Por outro lado, nos meios rurais, verificaram-se também graves consequências devido ao abandono destes espaços, sendo que se passou a sentir a falta de manutenção não só dos edifícios como dos próprios campos que deixaram de ser cultivados.

Nas cidades, começaram a aparecer as habitações clandestinas, isto porque na maior parte dos casos, a classe operária não possuía capacidade financeira para aceder aos empreendimentos construídos para receber as grandes massas de pessoas que dirigiam para a cidade, criou-se portanto uma forte especulação da construção que não favorecia os mais necessitados (Salgueiro, 1986).

Com o 25 de Abril, verificou-se que cada vez mais as pessoas optavam por comprar casa em vez de arrendar, o que provocou uma incapacidade de resposta à procura de habitação, havendo demasiada procura face à oferta. Isto proporcionou um grande impulso da construção clandestina, sendo esta responsável por um aumento significativo do volume de vendas de materiais para a construção civil (Salgueiro, 1986). Para isso recorria-se essencialmente a materiais industrializados baratos, implementando no mercado, técnicas e materiais de construção que ainda hoje são marginais face à comum construção.

Isto veio, como no resto da Europa, trazer graves problemas ambientais, devido ao mau uso dos materiais de construção, que implicavam o recurso de sistemas de climatização para proporcionarem as condições mínimas de habitabilidade.

A redução das emissões de CO₂ têm sido uma preocupação atual e fundamentando um estudo na (re)criação de uma arquitetura sustentável, onde se torna evidente a necessidade de redução dos gastos energéticos dos edifícios, sendo que uma boa solução

reside na arquitetura vernácula dos tempos mais remotos em que a energia não se encontrava prontamente disponível e onde os artificios eram obrigados a testar engenhosos sistemas que otimizassem o conforto do ambiente interior do edifícios.

Quando se fala em arquitetura vernacular, existe sempre o pressuposto, que esta se refere a um período onde o meio rural assumia ainda um papel ativo na economia do país. Ainda hoje, se tenta encontrar esse espírito no meio rural, sendo exemplo disso o próprio Turismo em Espaço Rural (TER), que se estabelece em casas rurais recuperadas, considerando um dos mais ambiciosos projetos de turismo rural em Portugal, o projeto das Aldeias Históricas da Serra da Estrela, baseando-se justamente na valorização etnográfica da arquitetura popular.

Um outro exemplo passa pela procura de residências secundárias pelas classes médias, assentes quer na recuperação e modernização de casas rurais quer na encomenda de projetos que retomam o diálogo com arquitetura popular. Desta forma, a arquitetura popular que parecia ter morrido, hoje se chama-se de “hiper arquitetura popular”, que parece ter ressuscitado sob exuberantes formas em vários condomínios de luxo, a arquitetura popular continua assim a mostrar-se no domínio da evolução das sociedades. O desafio é justamente o de estudar essas novas expressões da arquitetura vernácula de acordo com o que se pensa ser hoje popular.

4.6 Contributo da arquitetura vernácula para o TER

As construções vernaculares, têm cada vez mais, despertado o interesse dos visitantes, na busca da história e da perícia artesanal das populações que se envolvem diretamente com esta arquitetura. Esta é conhecida pela sua integração na paisagem rural, em contextos verdes, onde a agricultura se processa, entre os pastos e matas, que prendem a atenção do transeunte, com as suas casas carregadas de história, de um tempo em que o homem e a natureza se tentavam estabelecer no mesmo lugar.

Na composição destas paisagens, o património arquitetónico assume um grande valor, onde as casas tradicionais estabelecem uma das expressões mais emblemáticas da ruralidade. Sendo essa atração complementada pela própria forma de construir e de habitar em meios rurais, evidenciando-se as casas rústicas, que assumiram um papel emblemático na arquitetura vernacular perceptível nos dias de hoje tanto em Portugal

como no estrangeiro (Leal, 2000). Estas casas são características pelo seu modelo de habitação mais simples e próximo daquele que seria típico dos camponeses com algumas posses, dado que os mais humildes, quando possuíam casa, o seu recheio era visivelmente mais pobre com pouco mobiliário e roupa (Sobral 1999).

Um outro tipo de alojamento, mais requintado e próximo daquele que se associa às elites de província, era constituído pelo solares e casas apalaçadas, este tipo de espaços desperta interesses nos turistas pelo seu caráter magnífico despertando o desejo de experimentar os estilos de vida das elites de província, sendo este um produto característico das Pousadas de Portugal. Estas casas são também muito apreciadas devido à história dos próprios edifícios de suporte, que muitas vezes é multissecular.

Os turistas impressionam-se também com o fato de, em alguns casos, estas casas, pertencerem à mesma família desde a sua construção inicial, isso implica que também as famílias sejam objeto de fascínio pelo seu estatuto social e por serem eles próprios os porta-vozes das histórias inerentes ao edifício. O estatuto social destes proprietários, em alguns casos detentores de títulos nobiliárquicos, como o caso do conde de Calheiros no Minho e da viscondessa de São Sebastião na Beira Interior, é um símbolo que também remete para a componente histórica. Por outro lado, a participação dos próprios turistas nas atividades campestres é feita por uma via mais elitista, isto é, enquanto o turismo de habitação é procurado pela sua carga senhorial, as restantes modalidades são procuradas pela sua relação com o popular.

Esta emblematização das formas da arquitetura popular, também se verifica no universo das residências secundárias, onde se constata que um número crescente de cidadãos, retentores de maiores recursos económicos, têm vindo a adquirir ou construir este tipo de edifícios fora do seu local habitual de residência/ trabalho. É também importante referir que as formas de arquitetura popular características do TER são muitas vezes consideradas, como expressões típicas da cultura portuguesa, reconhecendo-se como uma identidade própria do país no contexto das diferentes nações. Esta foi também uma perspectiva defendida por alguns etnógrafos, antropólogos, historiadores e arquitetos que, desde a segunda metade do século XIX até meados do século XX, procuraram alicerçar a cultura e a identidade nacional portuguesa à arquitetura popular de matriz rural (Leal, 2000; Sobral, 2004). Devido a essa conotação, a arquitetura vernacular é

para os turistas, muitas vezes considerada como um símbolo da tradição, que no seu entender existe no campo e não na cidade.

A preservação e valorização destes documentos históricos pode ser portanto, uma forma de qualificar o desenvolvimento da região, gerando um processo de sustentabilidade através da cultura e identidade específica conferida ao lugar. O turismo rural pode dessa forma ser visto como um agente poderoso desta vertente, permitindo o desenvolvimento socioeconómico do município, aliado à preservação da paisagem cultural através da sua integração nos roteiros culturais que consideram o património arquitetónico, os atrativos naturais e produtos da agricultura local. Neste sentido, falar da casa, não é falar apenas de arquitetura, com a sua conotação técnica, considerando-se mais o espaço habitado, onde se verifica uma relação efetiva entre o homem e o lugar, pois a habitação pressupõe uma identificação com o lugar.

Numa perspetiva mais formal, para suscitar o interesse do turista, e considerando que as formas construídas são encaradas como parte integrante da paisagem, existem padrões que conferem à paisagem, um determinado valor, podendo este ser: científico, cénico, económico e cultural (Quaranta, 1997). São estes valores que muitas vezes motivam os turistas no desenvolvimento da sua atividade e que são potencializados por se encontrarem no domínio da ruralidade.

O valor científico - Considera três critérios: a raridade natural ou construída (relativa à excecionalidade dos objetos geomorfológicos e dos elementos construídos que se encontram na paisagem), a exemplaridade didática (relativa ao conhecimento e à originalidade dos elementos da paisagem) e o testemunho geomorfológico.

O valor cénico - Constitui o aspeto estético da paisagem, em termos de tamanho, altura, largura, etc. Implica portanto uma análise do contributo estético da paisagem, sendo que para isso depende da subjetividade do observador. Não obstante, usando a filosofia da paisagem, também se podem estudar os fatores que suscitam emoções positivas, geralmente baseados nas cores, nas sombras, nas luzes, nas relações de volume entre as formas, que variam em função da distância que separa o observador da forma considerada.

O valor cultural - Trata-se de saber qual é o lugar que ocupam os elementos da paisagem na tradição cultural através da observação do seu legado histórico, ou seja, da elaboração de um conhecimento profundo e constante acerca do lugar.

O valor económico - Está ligado ao meio ambiente, natural e construído, e que permite proteger os elementos que o compõem, incentivando assim um desenvolvimento a longo prazo para o território e sua região. No caso do património arquitetónico, este é considerado como elemento-chave do lugar, marcando seus pontos atrativos da visita.

Também, a valorização turística em termos arquitetónicos, passa pelo aumento da notoriedade da arquitetura ou de um determinado lugar, sendo que a atração do visitante depende da maneira de apresentação dos objetos ou acontecimentos, que podem ser: *in situ* ou *in context*. A primeira privilegia a presença dos visitantes e a experimentação e a segunda valoriza a colocação de objetos ou dos acontecimentos segundo enquadramentos logísticos. Atualmente pode-se encontrar uma ou outra ou ambas as situações dentro do mesmo suporte arquitetónico, segundo as necessidades dos acontecimentos ali apresentados (Moreira, 2007).

Por fim, percebe-se que a arquitetura vernacular é um forte marco dentro da paisagem rural. Ainda assim, além desta se adaptar ao contexto do lugar onde se insere, a sua aparência exterior, ao nível do turismo, não é tão importante quanto à importância dos espaços de acolhimento. Visto que a receção do visitante, é muito valorizada nos dias de hoje pelos turistas. Desta forma, o espaço rural para além de enaltecido com as características locais, naturais e construídas, deve contar também com boas condições de acolhimento, sendo essa uma mais-valia ao seu desenvolvimento.

4.7 Contributo da arquitetura vernácula para a construção sustentável

A arquitetura vernacular é conhecida pelo seu carácter sustentável, que resulta da afinidade que os povos estabeleceram ao longo dos tempos com a natureza, esta relação foi durante muito tempo associada a crenças mitológicas, onde cada local tinha uma divindade, e era isso que justificava a escolha de um determinado local para o homem se estabelecer, ou com um edifício ou com a implantação de uma cidade inteira.

Vitrúvio, no Tratado da Arquitetura, há mais de 2000 anos, considerava de igual modo importante a escolha do lugar para edificar, sendo que para isso se deveria analisar os fígados dos animais que já viviam nesse local, assim como o tipo de vegetação, elementos estes que ditavam a qualidade das águas e das pastagens, o tipo de solo existente entre outros (Fernandes e Mateus, 2011).

Esta arquitetura, conhecida pela sua capacidade de resposta perante múltiplos condicionalismos, tem sido alvo de estudo por apresentar uma relação evidente com os três pilares da sustentabilidade (economia, sociedade e ambiente). Dessa forma, alguns autores defendem que este tipo de arquitetura deverá estabelecer a base para um desenvolvimento sustentado, rompendo com a descrença que se criou com a descredibilização científica dos saberes tradicionais (Montaner, 2001).

Sendo que o fundamento destas iniciativas reside em demonstrar como a atitude de preservar o património vernacular é já meio caminho andado para a valorização do mesmo. Perante isso, pretende-se que esta forma de pensar resida nas dinâmicas económicas locais e que se desenvolva através da investigação e formação profissional nas técnicas tradicionais.

Esta nova consciencialização da importância do património vernacular construído, fundamentou algumas instituições internacionais, a investirem novamente neste mercado, exemplo disso é o *International Council On Monuments and Sites* (OCOMOS), com a sua “Carta sobre o património construído vernáculo” de 1999, que fundamenta não só a importância de preservar o legado histórico, assim como de o saber fazer evoluir. Também o projeto CORPUS, estabelecido pela União Europeia que estabeleceu uma parceria entre os países mediterrânicos a fim de fazerem o levantamento de todo o seu património tradicional (AAVV, 1999).

Na averiguação dos estudos realizados por estas instituições constata-se que se pretende que no futuro exista uma correta integração entre a tradição e modernidade, com a fusão de materiais inteligentes aos materiais tradicionais e que continue a permitir novos anseios estéticos e funcionais (Abalos, 2009), sendo que seria um erro ignorar todo o trabalho evolutivo alcançado até agora nesta área, na medida em que os objetivos de atingir edifícios com elevado desempenho são idênticos. Desta forma, visa-se que a sustentabilidade predomine em vários aspetos da arquitetura, ao nível cultural, social, económico, ambiental e nesse domínio na própria eficiência energética.

Ao nível cultural, a sustentabilidade revela-se na preservação das diferentes culturas, que muitas vezes se expressam na arquitetura. Com a utilização de conceito de base vernacular, estes garantem a salvaguarda do património cultural permitindo a distinção entre culturas. Um outro aspeto da sustentabilidade cultural, é o facto de se poder conjugar a arquitetura vernacular com a moderna, permitindo que a última se incorpore de um modo sustentado e com a compreensão dos seus recetores, desta forma pode estabelecer novas especificidades globais, sem perder a noção e o orgulho nas suas raízes.

Numa perspetiva social, a sustentabilidade associada à arquitetura vernácula, traduz-se numa melhor organização de trabalho cooperativo, sendo que esta concede uma maior união entre as comunidades rurais. Isto permite que seja mantida uma forte coesão social, ao contrário do que acontece geralmente em comunidades maiores e mais desenvolvidas.

Relativamente à sustentabilidade económica estabelecida por este método, devido ao recurso a técnicas, materiais e mão-de-obra locais, o investimento, que de outra forma iria para grandes empresas e para o estrangeiro, passa a ficar nas próprias comunidades, da região ou do país, dinamizando assim a economia local e nacional. Através da organização do trabalho cooperativo, os habitantes destes meios vêm uma nova possível fonte de rendimento, podendo assim, investir em outras áreas como é o caso da saúde, educação, atividade económica.

Ao nível ambiental, a sustentabilidade desta proposta revela-se nas escolhas, tanto quanto possível, de matérias e tecnologias locais, reduzindo desta forma o impacto do transporte e da transformação da matéria-prima, pelo menos, em comparação com determinados processos industriais, como é o caso do fabrico de cimento ou tijolo cozido. É necessário porém o cuidado para que as técnicas usadas, não levem os materiais locais à exaustão. Ainda no âmbito do ambiente, a um nível mais energético, a arquitetura vernácula permite conciliar técnicas tradicionais como a climatização passiva, com técnicas mais modernas, como é o caso do recurso a tecnologias de energias renováveis. Deste modo, conjugando todos estes aspetos da sustentabilidade, busca-se um desenvolvimento sustentável.

É contudo importante referir-se que no contexto atual da arquitetura, devido à sua multiplicidade nos elementos que a influenciam, é ilusório pensar-se que existe apenas

um só modelo ou que esse modelo é o mais viável de todos para a obtenção de uma arquitetura sustentável (Zardini, 2009). É preferível considera-se a arquitetura vernacular como um expressão de várias manifestações arquitetônicas, próprias de cada lugar, e que fornece várias soluções eficazes para se atingir uma arquitetura mais sustentável. Sendo necessária uma reflexão sobre o passado e compreender-se o que de melhor é passível de ser transposto para a contemporaneidade sendo necessário agora a validação científica destas soluções de modo a torna-las credíveis.

Por exemplo, quando se fala na implementação de arquitetura moderna num espaço rural, é necessário pensar na importação de tecnologia, materiais e, possivelmente, mão-de-obra para esse meio, tornando-se portanto um processo dispendioso, acrescentando isso a baixa capacidade técnica e a fraca qualidade dos materiais, que por se tratar de modelos de arquitetura importados, são geralmente estandardizados. Perante isto, a própria organização dos espaços pode não estar de acordo com as exigências e hábitos das populações, levando à alteração de hábitos sociais, também o grau de expressão artística diminui ou desaparece também, devido aos métodos utilizados que não dão oportunidade para o homem dar azo à sua criatividade.

A arquitetura vernacular deve aparecer portanto em parceria com a arquitetura moderna, sendo que as novas técnicas e materiais utilizados devem estar ao alcance destas populações, quer física, quer economicamente, e caso sejam sabiamente utilizados, poderão trazer-lhes grandes vantagens, como, por exemplo, a nível da economia de tempo e recursos, e mais importante ainda, na integração com o mundo global. Para além da arquitetura moderna em prol da arquitetura vernacular, as tecnologias modernas, são também muito importantes no contexto atual, principalmente no campo do fornecimento de energia e água, e no tratamento de águas e resíduos, elevando, assim, os padrões de qualidade de vida.

A arquitetura vernácula mostra-se, então, proveitosa em pontos como a manutenção da identidade local, a boa adaptação às capacidades económicas e financeiras da população, sendo pouco necessário o uso de equipamento e de grandes investimentos, causando um impacto positivo a nível da economia local. Já a arquitetura moderna mostra-se vantajosa na substituição de técnicas tradicionais desatualizadas, na integração com o mundo global e na melhoria da qualidade de vida, através de

tecnologias complementares inexistentes no contexto rural de países em desenvolvimento.

4.8 O meio envolvente como utensilio de técnicas sustentáveis

Na perspectiva de um melhor desenvolvimento sustentável, e tendo em conta os princípios da arquitetura vernacular, pretende-se chegar à preservação das estruturas fundamentais da paisagem e salvaguardar o seu funcionamento ecológico (Magalhães, 2001). Para isso, vão sendo estudadas novas formas que rentabilizem as potencialidades do meio ambiente não o danificando.

Para a realização de uma obra é necessário que o projeto considere: quem vai usá-la, em que ambientes vai ser usada, quanto tempo vai ter vida útil e se, depois desse tempo, ela pode ainda servir para outros propósitos. Isto, mais diretamente do que parece, diz respeito aos materiais utilizados na sua construção, que devem ter em conta as necessidades do edifício, os desperdícios, a energia gasta no processo de construção, e por fim, se esses materiais podem ser reaproveitados.

A autossuficiência de uma construção, deve portanto ser tida em consideração, sendo que muitas vezes, a energia que se necessita, pode ser gerada no próprio lugar e a água pode ser reaproveitada, reduzindo os gastos de luz e água. Geralmente a energia externa produz gases de efeito estufa num determinado momento de sua produção, sendo que com a produção da sua própria energia, os edifícios colaboram para a redução destes gases (Bussoloti, 2007).

A Arquitetura vernacular, tem como base considerar o espaço onde é implantada, onde os aspetos naturais são de extrema importância para o projeto, respeitando as condições geográficas, meteorológicas, topográficas, aliadas às questões sociais, económicas e culturais do lugar. Desta forma exemplificam-se nas figuras 4.9, 4.10 e 4.11 situações onde se pode aproveitar as potencialidades do território de acordo com o seu clima, sendo estes apenas alguns dos inúmeros exemplos que se podem encontrar neste domínio.

- Clima tropical húmido - Devido à intensidade das chuvas e altas temperaturas, os tetos devem ser altos e muito inclinados, sendo que devido à pouca diferença que se

faz sentir do dia para a noite, as casas devem-se encontrar distantes umas das outras para criar ventilação entre elas;



Figura 4.9 - Solução de uma casa característica de um clima tropical húmido.

Fonte: HowStuffWorks, 2007.

- Clima temperado - característico por um frio mais intenso, por isso é importante recorrer-se a materiais que isolem o interior do frio externo e preservem o calor no seu interior, sendo que a casa deve ser exposta ao sol.



Figura 4.10 - Solução de uma casa característica de um clima temperado.

Fonte: HowStuffWorks, 2007.

- Clima tropical seco - devido aos seus dias quentes e noites frias, as construções devem ficar próximas umas das outras, ampliando as sombras e diminuindo as paredes expostas.

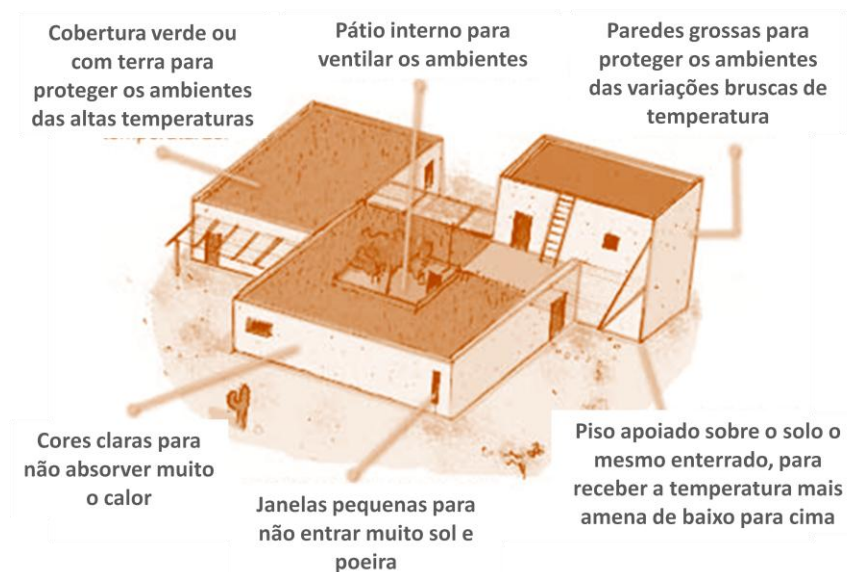


Figura 4.11 - Solução de uma casa característica de um clima tropical seco.

Fonte: HowStuffWorks, 2007.

Desta forma, e tendo em conta as características da paisagem, no fundamento de soluções sustentáveis eficazes para a melhoria das condições de vida das sociedades rurais, apresentam-se, no panorama ambiental, o recurso a materiais e tecnologias locais, sendo necessário cuidado nestas práticas para que as técnicas usadas, não levem os materiais locais à exaustão.

Na promoção da sustentabilidade energética, existem vantagens na conjugação de uma arquitetura vernácula e moderna. Em termos tradicionais é possível estabelecer uma climatização passiva, e em termos modernos com o recurso a tecnologias auxiliares como as energias renováveis. Através do uso de sistemas construtivos locais ou modernos, facilmente apreensíveis e acessíveis, e a estruturas e tipologias simplificadas e adaptadas à realidade do lugar, evitando sistemas e soluções desnecessárias, dispendiosas ou inacessíveis, é possível tornar mais viável o processo construtivo ou manutenção das obras por parte da população rural (Fathy, 2009).

Sendo que através do recurso a tecnologias vernaculares, com materiais próprios do local, recorrendo na maior parte dos casos a processos de extração manual, não são necessárias transformações nocivas ao meio ambiente. Contudo, estas tecnologias

tradicionais podem se encontrar ultrapassadas, o que pode levar os recursos naturais disponíveis à exaustão. Para que isso não aconteça, é importante que seja realizado um estudo de impacto ambiental, para garantir que a estratégia não se torne, a longo prazo, prejudicial ao meio-ambiente. As técnicas modernas, levantam também algumas preocupações, sendo sempre necessário ver, o modo como vão interferir no ambiente natural e construído já existente, para que este possa ser preservado, visto ser uma mais-valia e parte integrante da paisagem rural.

Neste sentido, serão apresentadas algumas soluções passíveis de ser aplicadas no âmbito dos dois tipos de arquitetura, consolidando as técnicas tradicionais com as modernas. Perante a vastidão de soluções que se encontram nos dias de hoje neste domínio, optou-se por analisar as principais carências que estes edifícios podem ter, e face a isso dar um exemplo sustentável passível de ser encaixado na arquitetura vernacular. Assim sendo considerou-se que os principais problemas residiam ao nível do desperdício de água, do desperdício de energia na climatização, em isolamentos e finalmente tentou-se perceber qual o sistema que resultaria melhor no âmbito de construção deste tipo de edifícios.

4.8.1 Tratamento de águas

A questão do tratamento de águas residuais no desenvolvimento rural tem um papel decisivo, sendo que a água potável é um recurso limitado e representando apenas 0,01% de toda a água do mundo, encontrando-se em circulação contínua sob a forma de chuva, evaporação, ou simplesmente de deslocação de vapor. Contudo, este conceito é ainda estranho neste tipo de sociedades, que não têm noção da sua importância nem das consequências da inexistência deste tipo de sistemas.

Caso não haja um tratamento adequado das águas residuais, estas possivelmente vão integrar-se em circuitos de água potável por infiltração ou por derramamento, contaminando os circuitos recetores, podendo assim destruir fauna e flora, ou até pôr em perigo o próprio homem, através do contacto ou ingestão da água contaminada.

O cerne desta questão encontra-se na falta de meios técnicos e financeiros para pôr em prática os sistemas de tratamento de águas convencionais, que são sistemas que recorrem a consumos energéticos para a filtração das águas, sendo que estes métodos envolvem maiores custos de manutenção e mão-de-obra especializada. Em alternativa a

estes sistemas mais dispendiosos, aparecem os sistemas naturais, que se baseiam em processos naturais de filtração das águas, com pequeno ou nenhum recurso a consumos energéticos. Os sistemas naturais são conhecidos por terem o mesmo rendimento que os sistemas convencionais, adicionando a isso um investimento mais baixo, uma manutenção e operação *per capita*, baixos consumos energéticos e a não necessidade de mão-de-obra qualificada, tendo como única desvantagem, a sua área de implantação, que é muito maior que a dos sistemas convencionais. Estes sistemas subdividem-se em sistemas de captação e armazenamento da água da chuva, sistemas de tratamento pelo solo, lagoas, e ETAP (Santos,2010).

a) Captação e armazenamento de água da chuva

Aproveitar a água da chuva pode representar uma grande redução nos gastos da fatura da água dos edifícios residenciais ou comerciais. Sendo que se confere a um processo bastante simples e que pode fazer muita diferença na preservação da água como recurso não renovável.

O armazenamento de águas pluviais conta apenas com sistemas simples de funcionamento, exigindo apenas espaço para armazenar a água, sendo geralmente em cisternas, que ficam instaladas próximas ao sistema de abastecimento do edifício. E mesmo que não seja destinada ao consumo humano, por não ser possível a sua filtração de formas igualmente acessível, esta água pode ser utilizada para irrigar jardins, lavar calçadas e limpar áreas comuns, podendo eventualmente, ser utilizada para descarga de vasos sanitários.

b) Sistemas de Tratamento Pelo Solo

Os sistemas de tratamento pelo solo, baseiam-se no tratamento das águas residuais através de processos físicos, químicos e biológicos com a interação destas com o solo e/ou plantas. Estes tipos de tratamento são geralmente utilizados como auxílio ao tratamento dos solos, controlando as cargas orgânicas afluentes. Contudo, é necessária a proteção dos lençóis freáticos, a fim de não serem contaminados. Este sistema subdivide-se em: sistema de infiltração lenta no solo, sistema de infiltração rápida no solo, e sistema de escoamento superficial no solo (Tabela 4.1).

Tabela 4.1 - Sistemas de Tratamento Pelo Solo.

Fonte: Santos, 2010.

Tipo de sistema	Características
Sistema de infiltração lenta pelo solo	Pode ser aplicado de três diferentes maneiras: por escoamento hidráulico, distribuição superficial, ou distribuição por sprinklers. Trata-se de um sistema combinado solo/plantas, onde o equilíbrio nutricional das plantas, estabelece a quantidade de água residual a aplicar (3,5-10,0 mm/d). Sendo que as plantas encarregam-se do tratamento do azoto e fósforo a passo que o solo trata os restantes elementos.
Sistema de infiltração rápida pelo solo	Também pode ser aplicado de três formas distintas: por escoamento hidráulico, recuperação por drenos subterrâneos, ou recuperação por poços. O solo é o único interveniente, sendo um sistema intensivo, capaz de tratar grandes cargas hidráulicas e orgânicas. No entanto requer uma maior manutenção face outros sistemas, e poderá ter resultados insatisfatórios caso a permeabilidade do solo não seja adequada.
Sistema de Escoamento Superficial no Solo	Só é possível em solos de baixa permeabilidade (argilas e siltes), escoando as águas residuais. Sendo área de aplicação da água residual é caracterizada por um talude revestido por vegetação, sendo aplicada no topo do talude, recolhida em depressões, e tratada nesse percurso. O seu declive pode variar entre 2% e 8%.
Sistemas de Tratamento Por Lagoas	Constituído por grandes bacias e com elevados tempos de retenção, com lagoas delimitadas por diques do próprio material do terreno. Neste sistema a depuração da água é feita através da atividade biológica das bactérias e das algas. A lagunagem pode ser: anaeróbia, aeróbia, facultativa, ou de maturação.
Anaeróbias	Predominam os processos de decomposição anaeróbia na lagoa, caracterizando-se pela inexistência de oxigénio. Apropriado ao tratamento de águas residuais com cargas orgânicas elevadas e com grande concentração de sólidos em suspensão.
Aeróbias	Predominam os processos de decomposição aeróbia na lagoa, caracterizando-se pela existência de oxigénio dissolvido em toda a massa líquida.
Facultativas	Predominam os processos de decomposição aeróbia na superfície, e anaeróbia no fundo, sendo a zona intermédia caracterizada por processos de biodegradação na presença de apenas oxigénio combinado.
Maturação	São lagoas aeróbias, ou por vezes, facultativas, servindo para tratamentos terciários ou de afinação, cuja função principal consiste na redução dos germes patogénicos.

c) Sistema ETAP

Quando se fala em espaço rural, compreendem-se algumas carências no seu sistema estrutural, uma dessas carências é a ligação dos saneamentos à rede pública de drenagem, ou ao sistema municipal de tratamento. Neste caso o tratamento de esgotos pode ser assegurado através de uma fossa séptica, que se desenvolve em dois ou três compartimentos enterrados em betão ou em tanques pré-fabricados.

A fossa séptica é bastante eficaz na decantação e mineralização, mas não pode reduzir a carga de nutrientes dos líquidos como nitratos e fosfatos. Em consequência não é permitido libertar as águas tratadas pela fossa no meio ambiente sem qualquer tratamento adicional.

Como órgão complementar da fossa séptica é útil para a infiltração no solo, um sistema que garanta a proteção do meio ambiente, mais concretamente do nível freático dos terrenos. Uma solução eficiente nesse sentido, é o sistema de tratamento através de plantas (ETAP) a jusante da fossa séptica.

A Carta Europeia de Água de 1968 diz “Alterar a qualidade da água é prejudicar a vida do Homem e dos outros seres vivos que dependem dela” e “Quando a água, depois de utilizada, volta ao meio natural, não deve comprometer as utilizações ulteriores que dela se farão, quer públicas quer privadas”. Com esta tecnologia, pode-se reciclar portanto a água aproveitando-se para fins de rega.

Como principais benefícios, tem-se:

- Reciclagem em média cerca de 50% da água usada para rega (o que por si reduz custos);
- A carga dos nutrientes, fosfatos e nitratos, é retirada na ETAP. Uma parte é mineralizada através da atividade de bactérias e fungos, uma outra parte é incorporada nas plantas. Assim, são alcançados rendimentos de 95% (fosfatos) e 80-90% (nitratos) ou seja, na saída do processo existe água depurada suficiente para ser libertada no meio ambiente;
- Perfeita integração paisagística no espaço através de um caniçal construído;
- Não necessita de se ligar à rede pública;
- Custos baixos de manutenção;

- Não necessita de energia para manutenção da ETAP e seu funcionamento;
- Bom rendimento devido à auto-regulação e da eco-tecnologia instalada;
- Depuração eficaz conforme a legislação (para mais de 50 anos);

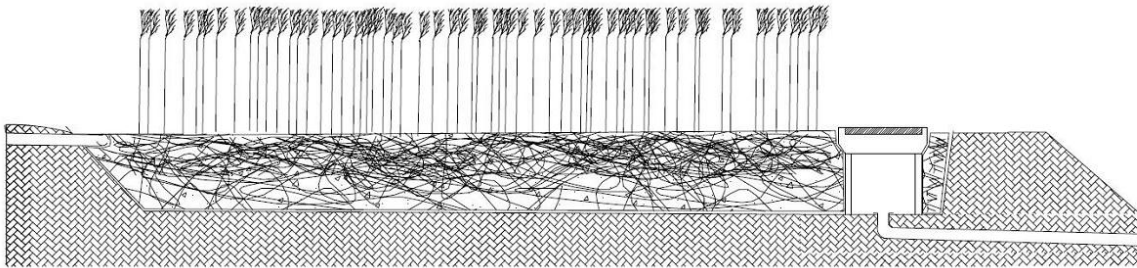


Figura 4.12 - Pormenor tipo do sistema ETAP.

Fonte: Pormenor cedido por Biopiscinas, Lda, 2008.

4.8.2 Climatização passiva

A climatização passiva, trata-se de um processo de climatização dos edifícios estritamente natural, que compreende logo desde a fase de projeto, as melhores soluções para se rentabilizar em termos térmicos as condições de climatéricas do lugar onde o projeto vai ser implementado. A intenção na sua implementação é que os edifícios se tornem autossuficientes neste âmbito não recorrendo a aparelhos eletrónicos para proporcionar o conforto necessária à habitabilidade humana (Gonçalves 2004).

Aquecimento passivo - Recorre à energia solar para fazer o aquecimento da habitação, contribuindo para o seu conforto interior, para isso deve ser estabelecido tendo em conta a orientação solar, proporcionando o dimensionamento dos vãos com o tipo de atividade a desenvolver em cada divisão da casa. Podem combinar diferentes tipos de aproveitamento da energia, relativos aos ganhos diretos e/ ou indiretos dos raios solares.

Arrefecimento passivo - Visa promover arrefecimento do edifício com técnicas passivas, geralmente recorrendo à ventilação natural do mesmo. Para isso a orientação solar é também um fator determinante para o desenvolvimento, permitindo um maior controlo da ventilação natural e das radiações diretas do sol.

A ventilação natural acontece quando se verificam diferenças de pressão atmosférica entre o interior e o exterior, isto é, como o ar frio é mais pesado, tem tendência para baixar, enquanto o ar quente, por ser mais leve tem tendência para subir, provocando assim a renovação do ar entre o interior e o exterior.

4.8.3 Coberturas verdes

As coberturas verdes e os jardins suspensos existem há muito tempo na história da humanidade. No século VI a.C. na Babilónia, verificaram-se os primeiros apontamentos deste sistema. No século XIX em Berlim, as casas rurais eram cobertas por uma camada de terra, a fim de evitar incêndios, sendo que nessa camada de húmus a vegetação acabava por crescer e cobrir as coberturas. Esta tendência foi evoluindo até aos dias de hoje, que compreendem devidas estruturações destes sistemas.

Embora seja mais caro construir este tipo de coberturas, sobretudo, devido às estratégias necessárias para se poder proporcionar às plantas condições favoráveis ao seu desenvolvimento numa situação que lhes é completamente artificial, na medida em que são necessários grandes transportes de matéria orgânica, alguns autores defendem que estes espaços apresentam vantagens ambientais e energéticas, relacionadas com a sua inércia térmica proporcionada pela massa verde e terra vegetal. Visto que este tipo de solução têm como objetivo maximizar a eficiência energética dos edifícios, possibilitando ainda, aumentar a durabilidade dos sistemas de impermeabilização, uma vez que ficam menos sujeitos às variações térmicas do exterior, podendo vir a compensar os gastos iniciais a longo prazo (Costa, 2010).

As coberturas verdes são portanto, muito benéficas para as construções e para as pessoas que convivem nelas, na medida em que permitem proteger acústica e termicamente uma cobertura, tem a capacidade de reter e filtrar as poeiras e permitem ainda filtrar a água que vem da chuva, auxiliando a reutilização da mesma (Imagens 4.13 e 4.14).

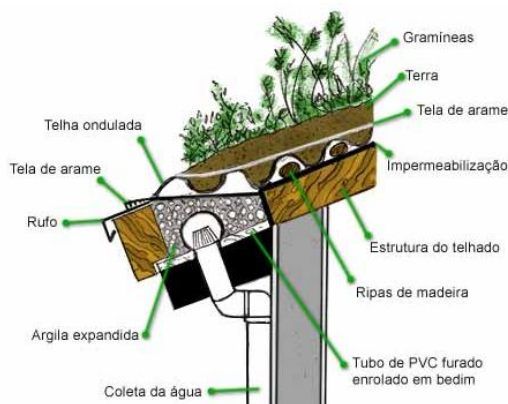


Figura 4.13 - Cobertura verde inclinada

Fonte: HowStuffWorks, 2007.

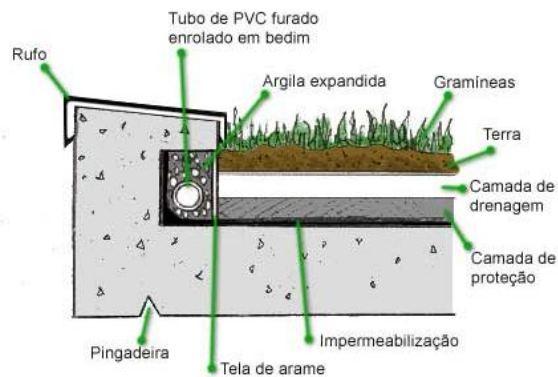


Figura 4.14 - Cobertura verde plana

Fonte: HowStuffWorks, 2007.

4.8.4 Construção Cooperativa

Por fim, para consolidar a conjugação entre arquitetura vernacular e moderna considerou-se esta estratégia, que tem como principal objetivo a sustentabilidade económica e social, através do recurso a materiais e técnicas localmente disponíveis e rentáveis, sejam elas vernaculares ou modernas.

Devido a essa conjugação das técnicas e materiais de construção com a organização do trabalho segundo um sistema cooperativo, a construção fica consideravelmente mais barata do que se recorresse a mão-de-obra externa e a técnicas e materiais importados, assumindo um carácter dinâmico que perdura e cresce sem a dependência de tecnologias ou de ajudas externas.

Para que este sistema se estabeleça, é necessário entender qual o modo funcionamento da sociedade rural que o compreende, ou seja, se o meio onde o sistema vai ser estruturado é estritamente tradicional, onde a construção tem carácter comunitário, sendo nesse caso, mais fácil implementar o sistema cooperativo, pois este já está enraizado na comunidade. Por outro lado, caso não se verifique esta cultura comunitária, é necessária a organização de uma espécie de “Banco de Trabalho”, onde as pessoas de uma comunidade prestam o seu apoio entre si, assegurando-se que quando chegar a sua vez de construir a sua própria casa serão igualmente auxiliados pelos restantes habitantes, promovendo-se desta forma uma política de justiça social para que não saia ninguém prejudicado ou beneficiado. Para estruturar a distribuição de forma

justa, é necessário considerar todas as horas de trabalho que cada trabalhador ofereceu e quantas horas de trabalho são necessárias para cada elemento da casa, podendo assim, contabilizar-se a quantidade de trabalho a que cada aldeão tem direito a usufruir, consoante o trabalho prestado (Fathy, 2009).

Neste sentido, o arquiteto intervém, projetando espaços passíveis de ser executados com o apoio da comunidade e com recurso a matérias localmente disponíveis, criando, assim, um clima social no qual a construção possa florescer, não desperdiçando tempo e energia nos edifícios. Desta forma, os investimentos dirigidos à construção, não vão diretamente para as grandes cidades ou para o estrangeiro, como é hábito nas situações onde se recorre a materiais e técnicas importados, mas sim para pequenos “empresários” locais, tornando a economia local, relativa a esta indústria, mais dinâmica.

Neste sentido, existem estudos que demonstram a vantagem de estimular este tipo de indústria, considerando-se até, conseguir promover o emprego produtivo mais eficazmente que as grandes empresas (Amaratunge, 2001):

- As pequenas empresas baseiam-se na mão-de-obra intensiva, sem ser demasiado dispendiosas ou pouco rentáveis, tornando-se uma solução mais viável no balanço entre qualidade/preço;
- Os requisitos iniciais de capital são de modo geral baixos, fazendo com que, com um mínimo de assistência, qualquer indivíduo consiga estabelecer um emprego por sua conta;
- Este tipo empresas cria mais postos de emprego para pessoas pouco qualificadas, o que se torna uma medida vantajosa para estes meios, onde a maior parte da população tem ainda pouca qualificação;

No que diz respeito aos cidadãos, verifica-se que estes ganham um maior grau de formação no domínio da construção, assim como uma maior capacidade de cuidar da sua propriedade e de a desenvolver consoante as suas necessidades, podendo, ainda, criar uma nova fonte de rendimento para além da agricultura.

A construção cooperativa, considera também outras vantagens para o meio rural, sendo que se este processo estiver devidamente sistematizado, é possível atingir uma maior

harmonia arquitetônica, através de determinados parâmetros baseados nos modelos de aprendizagem dos aldeãos. Isto, devido ao fato de os mesmos terem adquirido conhecimentos e experiências com o passar de geração em geração, sendo que até as identidades públicas poderiam tirar partido dessas potencialidades.

4.9 Materiais modernos a consolidar com as técnicas vernaculares

Toda construção necessita de materiais, a arquitetura vernacular não é exceção, sendo que em épocas passadas recorria somente a materiais locais, viabilizando assim os seus atributos. Contudo, nos dias que correm, devido ao avanço tecnológico, foram descobertas novas soluções que podem ser administradas no contexto da arquitetura vernacular e que potencializam as condições de conforto dos habitantes de forma a não prejudicar o meio ambiente, isso aliado a uma boa combinação entre técnicas e usos responsáveis desses materiais. Assim sendo, segundo uma construção sustentável prevê que os materiais usados:

- Devem dar preferência aos que venham de locais próximos.
- Sejam sintéticos, naturais e ou transformados, devem ser produzidos para ser usados até o fim da vida útil, passíveis de serem reciclados.
- Devem ser preferencialmente composto por substâncias não tóxicas, não nocivas e benéficas na sua decomposição.
- Tenham sido feitos sem agredir o meio social ou cultural e se possível, contribuindo beneficentemente para a economia da região na qual implementado.
- Criem condições para novos padrões sustentáveis de consumo e sejam eficientes.
- Não sejam transgênicos.
- Não poluam o meio onde são utilizados.

Os materiais utilizados nas construções de cariz vernacular não só devam ser fabricados com responsabilidade, mas, quem os usa tem também a responsabilidade da manutenção desses materiais, de modo a que continuem a ser sustentáveis (Bussoloti, 2007).

Nesse sentido, apresentam-se alguns materiais muito utilizados na atualidades pelo seu caráter sustentável, e que se consideram ser boas ferramentas para serem aplicadas na maximização das potencialidades já alcançadas pela arquitetura vernacular.

Fibras vegetais - São materiais de isolamento naturais que substituem as fibras de vidro e sintéticas. Possuem características físicas e mecânicas, em alguns casos muito melhores do que as não naturais, principalmente quando incorporadas com compostos plásticos. Feitas a base de uma série de plantas e vegetais, são utilizadas em vários produtos de construção, podendo ser misturada com betão para este ganhar maior resistência, para fazer telhas, revestimentos acústicos e térmicos, painéis, tecidos, tapetes e carpetes.

Óleos vegetais - Mais conhecidos nos produtos alimentares e farmacêuticos, contudo ganharam uma nova incrementação no setor energético na produção de biocombustíveis, os óleos vegetais também são utilizados em vários produtos aplicados na construção civil, como tintas, vernizes, impermeabilizantes e diluentes, que descartam o uso de produtos químicos prejudiciais à saúde.

Solo-cimento - Muito útil em meios rurais pela disponibilidade da matéria-prima, já que a maior parte da mistura vem do chão. É um tipo de cimento para argamassa ou estrutura, adequado para construções pequenas, como o revestimentos de pavimentos, paredes, confeção de tijolos e telhas sem que se recorra a uma queima prévia. O solo-cimento é um material homogêneo resultante da mistura de um para doze, onde a uma porção de cimento são aplicadas doze de solo (areia e argila).

Betão reciclado - Possui inúmeras fórmulas e combinações, sendo que alguns são feitos com escória de alto-forno, material originalmente refugado, resultante da fabricação de cimento e em usinas metalúrgicas, outros utilizam sobras de minérios e asfalto, recolhidos em demolições e entulhos. O uso do betão reciclado tem despertado cada vez mais uma consciência de reaproveitamento dos materiais que antigamente eram descartados, como restos de tijolos e telhas.

Madeiras alternativas - A madeira é utilizada desde sempre pelo ser humano, perante isso, muitas espécies de árvores e florestas foram dizimadas a fim de abastecer o consumo humano ao longo dos tempos. Daí a intenção de se encontrar uma madeira alternativa, de reflorestamento e certificadas, em que na hora da compra de deve comprovar a origem de onde foram retiradas:

Reflorestamento - a madeira de reflorestamento vem de lugares que mantêm uma área de floresta original ou replantada, através de técnicas sustentáveis de produção.

Certificadas - As madeiras certificadas são aquelas que conseguem comprovar a origem de onde foram retiradas, através de selos concedidos por órgãos competentes e avaliadores. Um dos mais conhecidos é o selo verde do Forest Stewardship Council (Conselho de Administração Florestal) presente em mais de 50 países.

Adobe - É um material próprio para regiões que tenham solos argilosos e clima seco, sendo usado para se fazer tijolos, são muito eficazes na construção de alvenarias estruturais externas, pois depois de secos adquirem uma alta resistência e ótimas propriedades acústicas. O tijolo de adobe é feito de uma mistura com argila, areia, água e algumas vezes podem ser adicionadas palha ou outras fibras.

Tintas naturais - Como se sabe, as tintas tradicionais são compostas na sua essência por materiais tóxicos. Perante isso surgiram no mercado algumas tintas à base de água, ceras, óleos vegetais, resinas naturais, com pigmentações minerais, muito mais recomendáveis para um equilíbrio sustentável nos ambientes, pois não têm odor e não utilizam materiais poluentes.

Telhas “ecológicas” - Podem ser feitas de placas prensadas de fibras naturais ou de materiais reciclados, são conhecidas por possuírem características mecânicas melhores do que as das telhas de fibra de vidro e amianto, são mais leves e não prejudicam a o meio ambiente. Uma particularidade destas telhas é que por conterem uma percentagem de alumínio, refletem a luz solar garantindo melhores condições térmicas nos ambientes.

Equipamentos sanitários de baixo consumo e automáticos - Os equipamentos sanitários são conhecidos por proporcionarem grandes desperdícios de água. Para se combater esta tendência, a tecnologia, permite que nos dias de hoje sejam integrados aos equipamentos sanitários sistemas reguladores de consumo, como sensores de presença que fecham a água assim que esta não é necessária e doseadores mais restritos nas descargas sanitárias.

Lâmpadas de alta eficiência energética - Atualmente existem muitos tipos de lâmpadas eficientes no mercado, sendo as mais comuns as lâmpadas fluorescentes compactas que aquecem menos o ambiente, e apesar de mais caras, representam um consumo de energia 80% menor e duram 10 vezes mais que lâmpadas convencionais. Uma outra grande alternativa sustentável, são os LEDs, que em inglês significam Díodo Emissor de

Luz, são característicos por desperdiçarem pouca energia, não libertam calor, contudo ainda são caras e pouco difundidas.

Estes materiais, também denominados materiais- eco, melhoram em muitos as técnicas já por si sustentáveis da arquitetura vernacular, sendo que na maior parte dos casos são passíveis de ser utilizados a par com os materiais locais. Tratando-se portanto de um controlo responsável entre os recursos existentes com o próprio avanço tecnológico, conciliando-se assim, gerações de vivências em contacto com a natureza traduzidas no tradicional com o moderno que, felizmente nos dias de hoje, tem ganho consciência ambiental.

Capítulo V - Conclusão

O turismo tem-se revelado, cada vez mais, como um potencializador da economia mundial, tanto em termos de volume de turistas como de receitas ao longo dos tempos. Ganhando uma nova dimensão e alargando a sua base de incidência geográfica, encontra-se presente por todo o lado, sendo isto possível, nos dias de hoje, em grande parte, devido às transformações tecnológicas sobretudo ao nível dos transportes e das comunicações.

Verificou-se que a Europa e os países mais desenvolvidos continuam a ser os maiores recetores e emissores de turistas, percebendo-se assim que existe uma estreita relação entre três parâmetros: rendimento, qualidade de vida e turismo.

Contrariamente a outras atividades humanas, o turismo implica a deslocação do consumidor e não do “bem consumido”, sendo que para desfrutar de um local, o consumidor tem que se deslocar até ele. Sendo portanto no local recetor que o turismo se faz sentir.

Numa tendência atual, verifica-se que o turismo de hoje se encontra mais orientado, não tanto para o turismo de massas, mas para as necessidades pessoais de cada turista, com itinerários e serviços mais flexíveis, com um aumento de possibilidades de mercado respondendo às modificações sociais, perante os gostos cada vez mais sofisticados.

Com estas mutações da sociedade e dos sistemas económicos é necessária uma reestruturação do território para permitir que os elementos constituintes do turismo possam competir entre si, interagindo de forma planeada. Isto permite que todo um conjunto de produtos esteja ligado ao consumo e às indústrias de lazer, com as quais o turismo estabelece uma relação de benefício mútuo, servindo como forma de rentabilizar ou justificar muitas das intervenções aplicados no setor.

Com esta dissertação, pretendeu-se perceber também a dimensão da relação entre o turismo e a cultura, demonstrando que, em termos concetuais, históricos, de planeamento e de política, o turismo possui uma base de relação muito próxima com a área da cultura. Numa perspetiva de mercado, constata-se que o sucesso do turismo depende sobejamente da forma como a vertente cultural e patrimonial é tomada em consideração.

No caso português, percebe-se que tem existido um esforço para que as questões da cultura e do património sejam consideradas devidamente a nível das políticas que são preparadas para estas áreas. Contudo, fica igualmente demonstrado que para além das intenções expressas neste domínio, a realidade não reflete os anseios estatais. Onde, de fato, continua a observar-se que, na prática, as organizações da área da cultura e património estão longe de possuírem a expressão necessária aos processos de tomada de decisão no acesso aos financiamentos disponibilizados na área do turismo.

Deste modo, torna-se essencial que a relação da cultura com o do turismo seja expressa através de fórmulas de financiamento e de representação organizacional mais adequadas, com recurso à construção de sistemas de financiamento que integrem as organizações culturais para o centro do processo de tomada de decisões deverão estar entre o conjunto de medidas políticas a serem tomadas no futuro do setor turístico.

Numa relação com o património cultural, destacou-se o turismo em áreas rurais, sendo que as principais características deste tipo de turismo regem-se pelo fato de estar localizado em áreas rurais, ser de carácter tradicional, ser em pequena escala, proporcionar um tratamento personalizado de modo a que os visitantes tenham a possibilidade de participar nas atividades, vivenciar o modo de vida rural e os costumes, tendo contato direto com o meio rural e a natureza.

O alojamento turístico neste contexto é entendido como pré-condição do turismo, distinguindo-se da hotelaria convencional devido ao atendimento personalizado, aos espaços de caris rústico, à possibilidade de usufruir da gastronomia tradicional e dos produtos regionais e do contacto com a natureza. O TER surgiu assim, como uma forma de alojamento específica em Portugal, podendo ser considerado um (sub)produto que integra diferentes modalidades e com o intuito de revitalizar as áreas rurais.

O turismo em espaço rural, é visto como um forte dinamizador destas áreas, que geralmente são conhecidas pelo seu avançado estado de abandono. Desta forma, é atualmente entendido como um instrumento de apoio ao desenvolvimento rural e revitalizador das áreas rurais profundas, apresentando-se assim como uma alternativa ou até complemento à atividade agrícola.

Contudo, esta abordagem ainda não assume a dimensão desejada, no sentido em que alguns estudos revelam que o contributo do turismo é ainda muito escasso para se poder

fazer valer numa avaliação positiva. Isto é ainda agravado no caso de Portugal, onde se constata a inexistência de uma política de desenvolvimento rural que permite definir uma orientação concreta sobre esta temática. Embora tenham surgido já algumas tentativas neste sentido, como foi o caso da PAC (1986) e do PDR (1993), estas tentativas viram-se reduzidas à aplicação de políticas apenas no setor agrícola.

Ainda assim, as áreas rurais constituem zonas atrativas em função do seu novo papel e das novas orientações pelas quais se regem, sendo que a atividade turística nas suas diferentes componentes (acomodação, restauração, animação), em complemento à atividade agrícola, apresenta-se hoje como uma alternativa aos constrangimentos encontrados nos meios urbanos.

O rural profundo continua a ser um espaço de ausências, contudo a população urbana entende-o como um escape, onde ainda há lugar para o genuíno (nomeadamente em termos de produtos da terra), lugar para o “idílico” e para o “natural”, embora tudo continue a ser uma construção do homem. Existe, portanto, uma função ambiental e cultural importante, desempenhada pelo rural como um todo.

Para se tirar proveito económico disso, é necessário que se consiga tirar proveito das potencialidades sem destruir a visão urbana do rural. Daí a importância do reforço das identidades, em preservar os recursos naturais e os elementos fundamentais da paisagem, sendo que a valorização económica de tudo isto passa pela diversificação das atividades no espaço rural. Neste sentido, constata-se o recurso a medidas agroambientais para desempenharem um papel importante na manutenção de certas atividades e no surgimento de outras novas atividades, podendo incentivar a diversificação económica, compensando a perda que se verifica ao nível da agricultura.

A sociedade e os desafios à escala global impõem então, novas relações e complementaridades entre a cidade e o campo, mas a acentuada interioridade e declínio socioeconómico do rural remoto, que por um lado contribuiu para a preservação dos recursos naturais revelando-se como um potencial económico, também dificultou e dificultará o estabelecimento de relações com o exterior e o envolvimento dos agentes locais nas estratégias de desenvolvimento que se pretendam desenhar. Portanto, embora desejável, a operacionalização da sustentabilidade em espaço rural é complexa, poderá ter diversas interpretações o que implica soluções específicas para cada caso particular.

Nessa procura pela sustentabilidade no meio rural, constatou-se, que existem elementos potencializadores do desenvolvimento sustentável dessas mesmas zonas, como é o caso da preservação do seu património construído com recurso a sistemas subjacentes ao próprio lugar, pretende-se portanto referir a arquitetura vernácula.

Num estudo sobre a arquitetura, percebe-se que esta se encontra em constante mudança, caminhando em direção à sustentabilidade, onde a construção tem ainda um longo caminho a percorrer na busca de um melhor desempenho ambiental, na otimização da qualidade do ambiente interior e diminuição dos custos. A arquitetura vernacular aparece neste domínio como um agregado de soluções e conhecimentos que se mostram merecedores de investigação a fim de serem classificados ao nível da sustentabilidade. Isto para que haja um processo de creditação através de justificações científicas que fomentem a aplicação destes sistemas no futuro. Pretende-se assim que se aprenda com o passado, de forma que no futuro se possa utilizar o potencial tecnológico existente e melhorá-lo de forma a adaptá-lo ao paradigma energético em vigor. Mesmo que em muitos casos a habitação vernacular não esteja de acordo com os atuais padrões de conforto, a própria evolução permitiu que um conjunto de estratégias a tornasse mais independente das energias não renováveis para a redução da sensação de desconforto.

Outra questão muito importante neste domínio, é o fato de esta arquitetura poder, ou não, apelar à vinda de turistas ao espaço rural. Considerou-se que a arquitetura vernacular está intrinsecamente ligada à evolução histórica das sociedades rurais, portanto na sua ascensão, é inevitável que o turista que se interessa pelas condições do meio rural, não sinta uma ligação muito forte com o legado arquitetónico destes mesmos espaços. Primeiramente, porque existe no ser cidadão uma ligação com as suas origens, depois porque estes espaços contam pedaços de histórias e culturas do local e também porque a sua imagem compactua com resto da envolvente, sendo que nestas condições a natureza ficaria desprovida de anseios se não tivesse objetos construídos assim como o património arquitetónico ficaria desprovido de sentido se não tivesse a natureza para o completar.

Desta forma, e respondendo às principais dúvidas estabelecidas logo no início da dissertação, o turismo rural ainda considera muitas vulnerabilidades, em que o seu desenvolvimento não é ainda um fato adquirido, contudo, o turismo em espaço rural

apresenta-se como uma solução viável para que se possa alcançar alguma autonomia nessas áreas, sendo que para isso, são necessárias concordâncias com outros setores como por exemplo, esforços políticos na implementação de medidas que estimulem o turismo nestes espaços. Nesse sentido, e como se pretendia numa fase inicial, o papel do património arquitetónico, expresso na sua maioria em condições de arquitetura vernacular, pode contribuir para estimular o turismo no meio rural, como divulgador da história e cultura destes meios.

Relativamente ainda à construção, a utilização de materiais locais é muito importante, na medida em que na maior parte dos casos apresenta baixa energia incorporada, sendo que o baixo nível de processamento da maioria desses materiais, permite ainda a diminuição dos impactos do ciclo de vida do edifício.

No contexto atual, é necessário o interesse no estudo deste tipo de arquitetura, como têm vindo a evidenciar diversas publicações científicas, por ser um modelo coeso na utilização racional dos recursos, de adaptação ao lugar e no seu possível contributo para questões sustentáveis.

Capítulo VI - Referências

6.1 Referências bibliográficas

AAVV (1980), *Arquitetura Popular em Portugal*, Associação dos Arquitetos Portugueses, Lisboa.

Abalos, I. (2009), *Beauty from Sustainability?*, *Harvard Design Magazine* 30: Sustainability + Pleasure, vol.1, Harvard University Graduate School of Design, Cambridge.

Alves, J. E. (2002), *Património rural e desenvolvimento: do discurso institucional às dinâmicas locais. O programa “Revitalização de Aldeias Históricas da região Alentejo”*, Vol. I, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.

Baptista, M. (1990). *O turismo na Economia*. Lisboa: Instituto Nacional de Formação Turística.

Barata, Ó. S. (1991), *Introdução às Ciências Sociais*, 4ª edição, Vol.II, Bertrand Editora, Venda Nova.

Batouxas, M. F. M. (1998), *O turismo como componente das novas abordagens e propostas de desenvolvimento rural - análise exploratória de alguns instrumentos recentes de política regional na Terra Quente Transmontana*, Tese de Mestrado em Agricultura, Ambiente e Mercados, UTAD, Vila Real.

Beato, C. (2008), *Planeamento do Setor do Turismo em Centros Urbanos*, Universidade de Aveiro.

Bussoloti, F. (2007), *"HowStuffWorks - Como funcionam as construções sustentáveis"*. <http://ambiente.hsw.uol.com>, recolha 17 de Setembro de 2012.

Bourdieu, P. Chamboredon, J.C. e Passeron, J.C. (1968), *“Le métier de sociologue”*, Mouton, Bordas, Paris.

Brito, B. R. (2003), *“O turista e o viajante: contributos para a conceptualização do turismo alternativo e responsável”*, IV Congresso Português de Sociologia, Associação Portuguesa de Sociologia.

Burnay, Mª J. (1997), *Turismo e Desenvolvimento. As Áreas Protegidas e o desafio da sustentabilidade*, Tese de Mestrado, ISCSP - UTL, Lisboa.

- Butler, R.** (1998), Sustainable tourism- looking back in order to progress, in Hall, C. M. e Lew A. (eds.), *Sustainable Tourism Development: Geographical Perspectives*, Harlow, Addison Wesley Longman.
- Cala, A., Urbano, P. e Fernández, J.** (2006), “Estructura económica del turismo”, Editorial Síntesis, S.A. Madrid.
- Canclini, N. G.** (1998), *Culturas Híbridas. Estratégias para Entrar e Sair da Modernidade*, EDUSP, São Paulo.
- Cavaco, C.** (Coord.), (1995a), *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu*, CEG-UL, Lisboa.
- Cavaco, C.** (1995b), “Turismo Rural e Desenvolvimento Local”, in Cavaco, Carminda (Coord.), *As regiões de fronteira. Inovação e Desenvolvimento do Mercado Único Europeu*, CEG-UL, Lisboa.
- Cavaco, C.** (1999), “O mundo rural português: desafios e futuros”, in Cavaco, Carminda, (Coord.) *Desenvolvimento Rural - Desafio e Utopia*, Lisboa, CEG.
- Cavaco, C.** (2003), “Permanências e mudanças nas práticas e nos espaços turísticos”, in TERN: *Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.
- Cequeira, J.** (2005), *O Estilo Internacional Versus Arquitetura Vernácula: O Conceito de Genius Loci*, Ideart - Revista de Teorias e Ciências da Arte - Ano I, N.º2 (Abr/Jun - 2005).
- Cooper, C., Fletcher, J., Fyall, A., Gilbert, D., Wanhill, S.** (2005), *Tourism Principles and Practice*, 3ªed., Harlow, Pearson Education.
- Correia, J. e Figueiredo, E.** (2008) “Repór o rural no mapa: a comunicação como processo para a sustentabilidade em meio rural”, in Atas do “Colóquio Ibérico de Estudos Rurais - Cultura, Inovação e Território”, Coimbra: ESAC (disponível on-line).
- Costa, A. A.** (1995), “A Problemática, a Polémica e as Propostas da Casa Portuguesa”, Introdução ao Estudo da História da Arquitetura Portuguesa. Outros Textos sobre Arquitetura Portuguesa, FAUP Publicações, Porto.
- Costa, J.** (2004), *The Portuguese Tourism Sector*, in *International Journal of Contemporary Hospitality Management*, 16, 7, Emerald Group.
- Couto, S.** (2011), *Conta Satélite de Turismo para as Economias Regionais*, tese de mestrado, Universidade de Aveiro.

Covas, A. (1999), As amenidades rurais: um contributo para o desenvolvimento das zonas desfavorecidas, DGDR, Coleção Estudos e Análises, Lisboa.

Covas, A. (2004) Política Agrícola e Desenvolvimento Rural, Edições Colibri, Lisboa.

Cristóvão, A. (2002), “Mundo rural: entre as representações (dos urbanos) e os benefícios reais (para os rurais)”, in Riedl, M., J. A. Almeida e A. L. Barbosa (2002), Turismo Rural: tendências e sustentabilidade, EDUNISC, Santa Cruz do Sul.

Cruz, J. (1995), “Emprego, Crescimento e Desenvolvimento Económico: Notas Sobre um Caso Regional.

Cunha, L. (1997), *Economia e política do turismo*, McGrawHill, Alfragide.

Cunha, L. (2001), *Introdução ao Turismo*, Editorial Verbo, Lisboa.

Cunha, L. (2006), *Economia e Política do Turismo*, Lisboa, Editorial Verbo.

Davidson, R. e Robert M. (1997), “Tourism Destinations”, Hodder and Stoughton, Londres.

Durand, G. e Huylenbroeck, G. (2003), “Multifunctionality and rural development: a general framework”, in Huylenbroeck e Durand (orgs.) Multifunctional Agriculture: a new paradigm for Europe agriculture and rural development, Ashgate Publishing.

EPBD (Energy Performance of Buildings Directive), Diretiva 2010/31/UE.

Fathy, H. (2009), Arquitetura para os pobres: Uma experiência no Egito rural. 1ª ed, Lisboa: Argumentum, Dinalivro, Lisboa.

Fernandes, J. Mateus, R. (2011), Arquitetura Vernacular - Uma lição de sustentabilidade, Universidade do Minho, Guimarães.

Fidalgo, A. (1999) “Nova Corte na Aldeia. Internet e ruralidade”, in Diálogos Raianos - Ensaios sobre a Beira Interior, Edições Colibri, Lisboa.

Fidélis, T. (2001) Planeamento Territorial e Ambiente - o caso da envolvente da Ria de Aveiro, S. João do Estoril: Principia-Publicações Universitárias e Científicas.

Figueira, V. (2000), “Ecologia Humana e Turismo: breves apontamentos”, in Actas do VIII Encontro Nacional da APDR “Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu”, Instituto Politécnico de Beja, Beja.

Figueiredo, E. (2003), Um rural para viver, outro para visitar - o ambiente nas estratégias de desenvolvimento para as áreas rurais, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Forster, C. (1995), *Australian Cities: Continuity and Change*, Melbourne, Oxford University Press.

Fraga, M. (2003), Turismo e Desenvolvimento Sustentável: referências e reflexões, Observatório de Inovação do Turismo, Rio de Janeiro.

Frampton, K., 1996 (1992), *Modern Architecture. A Critical History*, Thames & Hudson, London.

Freitas, T. (1996), Qualidade de Vida, Seminário de Investigação, ISCSP, Lisboa.

Fyall, A. e Garrod, B. (1997), "Sustainable tourism: towards a methodology for implementing the concept", in Butcher, J., *Tourism sustainability principles to practice*, CAB International, Wallingford.

Gallo, C., Sala, M., Sayigh, A. A. (Ed.) (1998), *Architecture: Comfort and Energy*, Pergamon.

Garrod, B., Fyall, A. (2000), Managing heritage tourism, in *Annals of Tourism Research*, 27.

Godinho, C. (2004), "O Turismo em Espaço Rural (TER) em Portugal, problemas e desafios para o futuro", *Revista Turismo e Desenvolvimento / Journal of Tourism and Development*, N.º1, Vol. 1.

Goitia, F. C. (1996), *Breve História do Urbanismo*, Editorial Presença, 4.ª Edição, Lisboa.

Gonçalves, H., Graça, J. M. (2004), *Conceitos bioclimáticos para os edifícios em Portugal*, Lisboa.

Gunn, C., Var, T. (2002), *Tourism Planning*, 4ª ed., Nova Iorque, Routledge.

Hall, C.M. (1998), *Introduction to Tourism: Development, Dimensions and Issues*, 3ª ed., Melbourne, Longman.

Hall, C. M. (2000), *Tourism Planning: Policies, Processes and Relationships*, Harlow, Pearson Education.

Henriques, J. M. (1990) *Municípios e Desenvolvimento*, Escher, Lisboa.

Holloway, J. C. (1999), *The business of tourism*, 5th ed., Longman, Harlow.

ICEP - Investimento, Comércio e Turismo de Portugal (2005), *Reinventando o Turismo em Portugal*, Confederação do Turismo Português, Lisboa.

ICN (2006), Plano Sectorial da Rede Natura 2000 para Portugal Continental; Instituto para a Conservação da Natureza; Ministério do Ambiente e do Ordenamento do Território.

IESE (2008), Estudo de Caracterizaçãodo Turismo no Espaço Rural e do Turismo de Natureza em Portugal, edição: dezembro de 2008, Lisboa.

INE (2011), Estatísticas do Turismo, edição: 2012.

Inskeep, E. (1991), *Tourism Planning: An integrated and sustainable development approach*, New York: John Wiley & Sons.

Jacinto, R. (2007), *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ II Série | N.º 45 - 2007*, INDE, Lisboa.

Jenkins, J. M., Hall, C. M. e Troughton, M.(1998), “The restructuring of rural economies: rural tourism and recreation as a government response”, in Butler, R. W., Hall, C. M. e Jenkins, J. M., *Tourism and Recreation in Rural Areas*.

Joaquim, G. (1994), *Turismo e Ambiente: Complementaridade e Responsabilidade. Contribuição para uma abordagem sociológica do fenómeno turístico*, Dissertação de Mestrado, Lisboa.

Joaquim, G. (1999), “Turismo e Mundo Rural. Que sustentabilidade?”, in Cavaco, Carminda, (Coord.), *Desenvolvimento Rural Desafio e Utopia*, CEG-UL, Lisboa.

Joaquim, G. (2003), “Turismo sustentável: o desafio da inovação e da tradição”, in TERN: *Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

Kastenholz, E. (2002), *O papel da imagem do destino no comportamento do turista e implicações em termos de marketing: o caso do Norte de Portugal*, Dissertação de Doutoramento, Universidade de Aveiro.

Kastenholz, E. (2003), “A gestão da procura turística como instrumento estratégico no desenvolvimento de destinos rurais”, in TERN: *Turismo em espaços rurais e naturais*, Instituto Politécnico de Coimbra, Coimbra.

Krippendorf, J. (1982), *Towards new tourism policies: The importance of environmental and social factors*, *Tourism Management*.

Law, C. (1993), *Urban Tourism: Attracting visitors to large cities*, Mansell, London.

Leal, C. M. (2001), *O Turismo Rural e a União Europeia*, Livraria Almedina, Coimbra.

Leal, J. (2008), *Arquitetos, engenheiros e antropólogos - Estudo sobre a arquitetura popular do século XX português*, Fundação Marques da Silva, Porto.

Leatherbarrow, D., Wesley, R. (2009), *Frameworks of performance and delight*. Harvard Design Magazine 30, Sustainability + Pleasure, vol.1, Harvard University Graduate School of Design, Cambridge.

Leiper, N. (1990), *Tourism Systems: An Interdisciplinary Perspective*, Palmerston North, New Zealand: Department of Management Systems Occasional Paper 2, Massey University.

Leiper, N. (2004), *Tourism Management* 3ª ed., Sydney, Pearson Education.

Lowe, P, Ray, C, Ward, N, Wood, D, Woodward, R. (1999) *Participation in Rural Development*, European Foundation for the Improvement of Living and Working Conditions.

Magalhães, M. (2001) *A Arquitetura Paisagista - morfologia e complexidade*, Editorial Estampa.

Malta, P. A. M. S. (1996), *Turismo, Espaços do Turismo e Intervenção do Estado em Portugal*, Tese de Mestrado, Instituto de Estudos Geográficos da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, Coimbra.

Mathieson, Alister e Wall, Geoffrey, (1990), *Tourism: economic, physical and social impacts*, Longman Scientific e Technical, New York.

Meadows, D. H. Meadows, D. L., Randers, J. (1972). *The Limits to Growth: a report for the Club of Rome's project on the predicament of mankind*, Universe Books, New York.

Middleton, V. (1994), "Managing the Marketing Mix", in Witt, S., Moutinho, L., (eds), (1994), *Tourism Marketing and Management Handbook*, New York, Prentice Hall.

Middleton, V. (1996), *Marketing in Travel and Tourism*, Oxford, Butterworth/Heinemann.

Mill, Robert C. e Morrison, Alastair M., (1985), *The tourism system - an introductory text*, Prentice-Hall.

Montaner, J. M. (2001), *Depois do movimento moderna, Arquitetura da segunda metade do século XX*, Editorial Gustavo Gili, Barcelona.

Moreira, F. J. (1994), *O Turismo em Espaço Rural - enquadramento e expressão geográfica no território português*, Centro de Estudos Geográficos - Universidade de Lisboa, Lisboa.

Moreira, A. M. (2007), *Cultura e cidade: A casa, a rua e o bairro nas etnografias urbanas*. Porto Alegre.

Moreno, L. (2007) *Desenvolvimento Territorial - de um sentido ocidental às orientações coesivas para um meio rural inovador: Caminhos e Caminhantes*, e-book, com base na revisão da obra de 2002 intitulada *Desenvolvimento Local em Meio Rural: Caminhos e Caminhantes*, Lisboa.

Murphy, P. (1985), *Tourism: A community approach*, London, Routledge.

Nave, J. G. (2003), “O rural e os seus duplos”, in Portela, José e Caldas, José Carlos, Portugal Chão, Celta Editora, Oeiras.

Neto, J. B. N. P. (1985), *Turismo e desenvolvimento num contexto de evolução e mudança cultural*, Universidade do Algarve, Faro.

Oliveira, E. V., Ganhano, F. (1991), *Arquitetura Tradicional Portuguesa*, Dom Quixote, Lisboa.

OMT (2003), *Guia do desenvolvimento do turismo sustentável*, BookMan, São Paulo.

OMT (2006), Boletim de Junho de 2006, última atualização em 17/09/2006, no site da organização em www.world-tourism.org.

OMT, Nações Unidas, EUROSTAT, & OECD (2008), *Tourism Satellite Account: Recommended Methodological Framework*. Luxemburgo, Madrid, Nova Iorque, Paris: United Nations Publication.

Page, S. Brunt, P., Busby, G., Connell, J., (2002), *Tourism: A Modern Synthesis*, London, Thompson Learning.

Page, S. (2003), *Tourism Management*, Elsevier, Oxford.

Pardal, S. (2002) *Planeamento do Espaço Rústico*, Lisboa: ADISA-Instituto Superior de Agronomia e CESUR-Instituto Superior Técnico.

Pearce, D. (1992), “Tourist Organisations”, Harlow, Longman and New York, Wiley.

Pereira, L. dos S. N. (2002), *Turismo no Espaço Rural: o contributo histórico-geográfico do concelho de Lamego no desenvolvimento da região demarcada do Douro*, Dissertação de Mestrado, ISCTE/ISP, Viseu.

Pigram, J. (1995), *Alternative tourism: Tourism and sustainable resource management*, in Smith V., Edington W., (eds.) (1995), *Tourism Alternatives: Potentials and Problems in the Development of Tourism*, New York, Wiley & Sons.

Pina, P. (1988), *O Turismo em Portugal no Século XX*, Lucidus, Lisboa.

Pinto, A. (2004), “Turismo em Espaço Rural: motivações e recursos Holandeses em Ferreira de Aves - Sátão”, *Revista Turismo e Desenvolvimento*, Vol. 1, N.º 2.

Quarantana, G. (1997), “La prise en compte des biens paysagers dans la promotion touristique d’une zone environnementale protégée” (Croda da Lago, Cortina D’Ampezzo, Dolomites Italiennes). In *Tourisme et milieu*, Paris, Collections Colloques du CTHS, n. 16.

Rátz, T. (2000), “Residents’ perceptions of socio-cultural impacts of tourism at Lake Balaton, Hungary”, in *Tourism and Sustainable Community Development*, Routledge, London.

Ribeiro, J. Cadima; Freitas, M^a Marlene e Mendes, Raquel B. (2000), “O Turismo no Espaço Rural: uma digressão pelo tema a pretexto da situação e evolução do fenómeno em Portugal”, in *Atas do VIII Encontro Nacional da APDR “Desenvolvimento e Ruralidades no Espaço Europeu”*, Universidade do Minho.

Ribeiro, M. (2003), “Espaços rurais como espaços turísticos - reflexões em torno da construção de turismo em espaço rural em Portugal”, in *Portela, José e Caldas, José Carlos, Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras.

Ribeiro, V. (coord. Geral) (2008), *Materiais, Sistemas e técnicas de construção tradicional: Contributo para o estudo da arquitetura vernácula da região oriental da serra do Caldeirão*, Edições Afrontamento e CCDR Algarve.

Rodrigo, I. (2003) “A questão ambiental nos territórios rurais e nas agriculturas da União Europeia”, in *Portela/Calda, Portugal Chão*, Celta Editora, Oeiras.

Rodrigues, I. (2009), *Quando a habitação coletiva era Moderna: Desde Portugal a outros territórios de expressão Portuguesa 1940-1974*. Tese de Doutoramento, Departamentos de Projetos Arquitetónicos, ESTAB, UPC.

Salgueiro, T. (1986), *A promoção habitacional e o 25 de Abril*, *Revista crítica de ciências Sociais* n.º18/19/20, Fevereiro, documento disponível *online*.

Santos, E. (2000), *(Re) Encontros rurais: contributos para o desenvolvimento de uma estratégia turística - o caso particular de Bucelas*, Dissertação de Mestrado, ISCTE, Lisboa.

Santos, L. M. (2010), *A Arquitetura no Desenvolvimento Sustentável - Proposta para Comunidades Rurais de Países em Desenvolvimento*, Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências e Tecnologia Universidade de Coimbra.

Schittich, C. (Ed.) (1003), *InDetail, Solar Architecture*, Munchen: Institut fur Internationale Architektur - Dokumentation GmbH & Co.

Serrano, R. (2007), *Jornal de Animação da Rede Portuguesa LEADER+ II Série | N.º 45 - 2007*, INDE, Lisboa.

Seydoux, J. (2002), *De L´Hospitalité à L´accueil*, Paris, Delta & Spes.

Shortall, S. (2004), “Social or Economic Goals, Civic Inclusion or Exclusion? An Analysis of Rural Development Theory and Practice”, *Sociologia Ruralis* Vol 44, Number 1, January.

Sirgado, J. R. (1996), “Dinâmicas do turismo e sustentabilidade do desenvolvimento local / regional”, in Cavaco, Carminda (Coord.), *Turismo e Lazeres*, CEG-UL, Lisboa.

Silva, J. (2004), A Investigação Científica e O Turismo, in *Revista Turismo & Desenvolvimento*, 1,1.

Simões, O. (2003). Turismo em espaços rurais e naturais: um ponto de partida. In *TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais* (Vol. 6), Instituto Politécnico de Coimbra.

Slee, W., Farr, H. e Snowdon, P. (1997), “Sustainable tourism and the local economy”, in *Tourism sustainability principles to practice*, CAB International, Wallingford.

Smith, M. P. (2001), *Transnational Urbanism: Locating Globalization*, Oxford, UK: Blackwell Publishers Inc.

Stock, M. (org) (2003), *Le tourisme: acteurs, lieux et enjeux*, Paris, Belin.

Stynes, D. O´Halloran, C. (2004), *Tourism planning*, Extension Bulletin, Michigan State University, EUA. Extension Bulletin E- 2004, <http://web1.msue.msu.edu>.

Swarbrooke, J. (2002), *The Development and Management of Visitors Attractions*, Oxford, Butterworth-Heinemann.

Terluin, I. (2003) “Differences in economic development in rural regions of advanced countries: an overview and critical analysis of theories”, in *Journal of Rural Studies*, n.19.

Testard-Vaillant, P. (2007), *Architecture - Les leçons du passé. Science & Vie - Hors Série*, n.º 241, Decembre.

Torgal, F. P., Jalali, S. (2010), a Sustentabilidade dos Materiais de construção, TecMinho.

TP, Turismo de Portugal (2008), Turismo de Habitação e Turismo em Espaço Rural - A oferta e a procura, edição: maio de 2009, Lisboa.

TP, Turismo de Portugal (2010), Anuário das Estatísticas do Turismo 2010, edição: dezembro de 2011, Lisboa.

TP, Turismo de Portugal (2011), Plano Estratégico Nacional do Turismo - Propostas para revisão no horizonte 2015, versão 2.0, Lisboa.

TP, Turismo de Portugal (2010), Relatório de Sustentabilidade - Atual no desenvolvimento sustentável, Lisboa.

TP, Turismo de Portugal (2011), Empreendimentos turísticos - Boas práticas ambientais, edição: abril de 2011, Lisboa.

Umbelino, J. (1998), "Turismo em espaço rural: da utopia à realidade", in Turismo: Horizontes Alternativos.

Urry, J. (1995), *Consuming Places*, London, Rutledge.

Van Der Ploeg, J., Renting, H., Gianluca, B., Knickel, K., Mannion, J., Marsden, T., De Roest, K.; Sevilla-Guzmán, E., Ventura, F. (2000), Rural Development: From Practices and Policies towards Theory, in *Sociologia Ruralis* Vol. 40, N°4, October.

Vitruvio (2006), *Tratado de Arquitetura*, IST press, Lisboa.

Wahab, Salah e Pigram, John J. (1997), *Tourism Development and Growth - the challenge of sustainability*, Routledge, London.

Williams, A. M. e Shaw, G. (1991), *Tourism and economic development: western european experiences*, Belhaven Press, London.

Yellés, N. (2002), *Le Tourisme en France - Territoires et Stratégies*, Armand Colin, Paris.

Zardini, M. (2009), (Against) The Greenwashing of Architecture, *New Geographies 2 : Landscapes of Energy*, Harvard University Press, Cambridge.

6.2 Referências Eletrónicas

Arquitetura sustentável - www.ecoarquitetura.wordpress.com

Banco Mundial - www.worldbank.org

Barómetro Internacional do Turismo Social - <http://www.bits-int.org>

Biblioteca Digital - <http://bibliotecadigital.ipb.pt>

Central Nacional do Turismo em Espaço Rural - www.center.pt

Comissão Europeia - www.ec.europa.eu

Direção Geral do Turismo - www.dgturismo.pt

Ecoturismo (site internacional) - www.ecotourism.org

Enciclopédia on line (Porto Editora) - www.infopedia.pt

ENDS - www.desenvolvimentosustentavel.pt

EUROSTAT - www.eurostat.com

Governo português - www.portugal.gov.pt

Instituto Nacional de Estatística - www.ine.pt

OCDE - www.oecd.org

Organização Mundial do Turismo - www.unwto.org

Plano Tecnológico (Portugal) - www.planotecnologico.pt

Privetur - www.turismorural.pt

Turismo de habitação e turismo em espaço rural - www.solaresdeportugal.pt

Turismo de Portugal, I.P. - www.turismodeportugal.pt

Turismo rural - www.portugal-rural.com

WTTC - www.wttc.org